

Fabiano Seelig Paulokun

**AVALIAÇÃO DE UM NÚCLEO DE INOVAÇÃO  
TECNOLÓGICA – NIT: O CASO DA SECRETARIA DE  
INOVAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA  
CATARINA**

Dissertação submetida ao Programa de  
Pós-Graduação em Administração  
Universitária da Universidade Federal  
de Santa Catarina para a obtenção do  
título de Mestre em Administração  
Universitária.

Orientador: Prof. Cláudio José  
Amante, Dr.

Florianópolis  
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária  
da UFSC.

Paulokun, Fabiano Seelig

Avaliação de um Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT:  
O caso da Secretaria de Inovação da Universidade Federal de  
Santa Catarina / Fabiano Seelig Paulokun ; orientador, Cláudio  
José Amante, 2019.

170 p.

Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal  
de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-  
Graduação em Administração Universitária, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

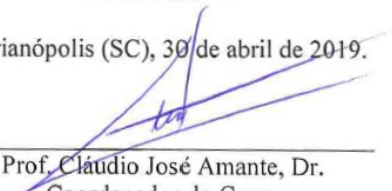
1. Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT. 2. Modelo de  
Avaliação de NIT. 3. Gestão Universitária. I. Amante, Cláudio  
José. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de  
Pós-Graduação em Administração Universitária. III. Título.

Fabiano Seelig Paulokun

**AVALIAÇÃO DE UM NÚCLEO DE INOVAÇÃO  
TECNOLÓGICA – NIT: O CASO DA SECRETARIA DE  
INOVAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA  
CATARINA**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de “Mestre” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina.


Florianópolis (SC), 30 de abril de 2019.



---

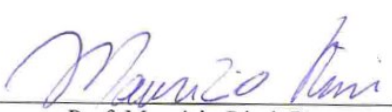
Prof. Cláudio José Amante, Dr.  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**



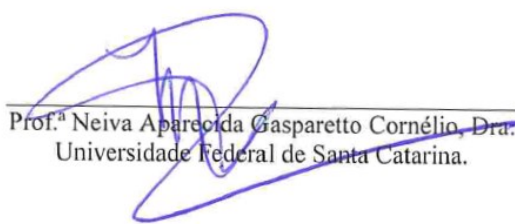
---

Prof. Claudio José Amante, Dr.  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina



---

Prof. Mauricio Rissi, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina



---

Prof.ª Neiva Aparecida Gasparetto Cornélio, Dra.  
Universidade Federal de Santa Catarina.



Este trabalho é dedicado a minha mulher, minha família e amigos que foram fundamentais para esta conquista.



## AGRADECIMENTOS

São muitos os agradecimentos pela conclusão deste estudo.

Primeiro agradeço ao meu amor, companheira e parceira, Ana Carolina que me auxiliou no diagnóstico, esteve sempre ao meu lado e me deu o apoio fundamental para a conclusão deste estudo.

Aos meus filhos de sangue e coração, que souberam compreender minhas às vezes ausências e colaboraram com silêncio nas minhas horas de estudo.

Aos meus pais que sempre me incentivaram a prosseguir nos estudos e superar os desafios.

Ao meu mestre e amigo Cláudio Amante, que esteve ao meu lado me incentivando e orientando, sempre com paciência.

Aos meus amigos, Roberto Orofino e Deise Rita, que não me deixaram cair, sempre me procurando e incentivando.

A Neiva Gasparetto, que fez parte da banca e me auxiliou em todo o processo de organização do trabalho, me auxiliando a juntar as peças do quebra-cabeça.

Ao Maurício Rissi que me auxiliou em todo o processo interno após meu diagnóstico.

Finalizando ao meu amigo e colega Patrick Cunha que nestes últimos meses fez tudo ao seu alcance para que eu pudesse me dedicar ao máximo a este estudo.

Obrigado de coração a todos vocês.





Vencer a si próprio é a maior das vitórias.  
(Platão)



PAULOKUN, Fabiano Seelig. **Avaliação de um Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT: O caso da Secretaria de Inovação Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina**. Florianópolis, 2019. 156f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Universitária) - Programa de Pós Graduação em Administração Universitária, Centro de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2019.

### **RESUMO**

Esta pesquisa analisa a propriedade intelectual do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da Secretaria de Inovação da Universidade Federal de Santa Catarina (SINOVA/UFSC). Tem como objetivo avaliar, a partir de dados públicos, a Gestão da Propriedade Intelectual na SINOVA/UFSC, tendo por base o modelo PRONIT. O estudo abrange os processos, sistemas de informação e documentos da SINOVA, relativos à gestão da Propriedade Intelectual. Utiliza-se da metodologia de natureza aplicada e qualitativa. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, com delineamentos de pesquisa exploratória, bibliográfica, documental, análise de conteúdo e estudo de caso. Como resultado, a partir da análise dos dados, foi possível conhecer como ocorre a gestão da propriedade intelectual no âmbito da SINOVA/UFSC. Aponta-se também o percentual de implementação das categorias Sistema de Informação e Gestão da Propriedade Intelectual. Com base nessas informações, foram propostas melhorias no que se refere à organização e divulgação dos conteúdos e serviços disponibilizados aos usuários.

**Palavras-chave:** Núcleo de Inovação Tecnológica-NIT. Modelo de Avaliação de NIT. Gestão Universitária.



## ABSTRACT

This research analyzes the intellectual property management in the Technology Transfer Offices – TTO of the Office of Innovation of the Federal University of Santa Catarina (SINOVA/UFSC). It aims to evaluate the Intellectual Property Management in SINOVA / UFSC, from public data and based on the PRONIT model. The study it encloses the processes, systems of information and documents of the relative SINOVA the management of the Copyright.

It is used the methodology of applied nature, with qualitative characterization. Regarding the ends, it is characterized as descriptive with exploratory research outlines, bibliographic, documentary and content analysis, case study. As result, from the analysis of the data it was possible to know as it occurs to the management of the copyright in the scope of the SINOVA/UFSC. The percentage of implementation of the Information and Intellectual Property Management System categories is also indicated. Based on this information, improvements have been proposed regarding the organization and dissemination of content and services made available to users.

**Keywords:** Technology Transfer Offices – TTO. Evaluation Model of TTO. University Management.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Processo de Inovação Tecnológica.....	45
Figura 2- Categorias de Propriedade Intelectual .....	48
Figura 3- Classificação dos direitos de propriedade intelectual - A.....	64
Figura 4- Classificação dos direitos de propriedade intelectual - B.....	64
Figura 5- Configuração do modelo PRONIT de estruturação de NITs .	71
Figura 6- Organograma SINOVA .....	81
Figura 7- Organograma da estrutura organizacional da UFSC .....	84
Figura 8- Organograma interno SINOVA em dezembro de 2018.....	86
Figura 9- Site SINOVA – página inicial .....	91
Figura 10- Página de encaminhamento de solicitações.....	93
Figura 11- Página inicial do sistema de atendimento integrado da SINOVA.....	94
Figura 12- Opções para gerar novos tickets no sistema da SINOVA....	95
Figura 13- Acompanhamento <i>status</i> de <i>ticket</i> no sistema da SINOVA.	96
Figura 14- Fluxo do processo de registro de Marcas e Programas de Computador.....	98
Figura 15- Fluxo do processo para registro de patentes .....	100
Figura 16- Gráfico tipo radar, implementação do modelo PRONIT na SINOVA.....	113
Figura 17- Sugestão da Configuração dos menus no site da SINOVA. ....	116





## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Instituições responsáveis pelo registro de direito autoral no Brasil .....	50
Quadro 2- Categorias de Marcas segundo uso e forma: .....	56
Quadro 3- Escopos do projeto PRONIT.....	70
Quadro 4- Categorias do modelo PRONIT. ....	72
Quadro 5- Categorias de Marcas segundo uso e forma: .....	79
Quadro 6- Institucional SINOVA.....	85



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- PRONIT – Sistema de Informação – Administração do Aplicativo .....	73
Tabela 2- Referência para pontuação Modelo – PRONIT .....	74
Tabela 3- Cálculo Nota Final da Categoria – Modelo PRONIT. ....	74
Tabela 4- Nota Final Modelo PRONIT.....	75
Tabela 5- Notas SINOVA - Sistema de Informação - Aplicativo .....	105
Tabela 6- Notas SINOVA - Sistema de Informação - Comunicação ..	106
Tabela 7- Notas SINOVA - Sistema de Informação - Biblioteca.....	107
Tabela 8- Notas SINOVA - Sistema de Informação - Atendimentos..	107
Tabela 9- Nota Sistema de Informação. ....	108
Tabela 10- Notas SINOVA - Gestão da PI e Contratos – Gestão da PI .....	109
Tabela 11- Notas SINOVA - Gestão da PI e Contratos - Projetos. ....	110
Tabela 12- Notas SINOVA - Gestão da PI e Contratos – Negócios. ..	110
Tabela 13- Notas SINOVA - Gestão da PI e Contratos - Projetos. ....	111
Tabela 14- Nota final da categoria Gestão da Propriedade Intelectual e Contratos. ....	112



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACATE - Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia  
AGU - Advocacia Geral da União  
ANCINE - Agência Nacional de Cinema  
ANPAD - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração  
AUTM - *Association Of University Technology Managers*  
BN - Biblioteca Nacional  
CA - Colégio de Aplicação  
CAC - Colégio Agrícola de Camboriú  
CAD - Departamento de Ciências da Administração  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação  
CASCOS - Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira  
CCA - Centro de Ciências Agrárias  
CCB - Centro de Ciências Biológicas  
CCE - Centro de Comunicação de Expressão  
CCJ - Centro de Ciências Jurídicas  
CCR - Centro de Ciências Rurais  
CCS - Centro de Ciências da Saúde  
CDS - Centro de Desportos  
CED - Centro de Ciências da Educação  
CERTI - Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras  
CFH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
CFM - Centro de Ciências Físicas e Matemáticas  
CGEN - Conselho de Gestão do Patrimônio Genético  
COGEPI - Coordenadoria de Gestão da Propriedade Intelectual  
CeT - Ciência e Tecnologia  
CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura  
CSE - Centro Socioeconômico  
CTC - Centro Tecnológico  
CTeI - Ciência, Tecnologia e Inovação  
CTJ - Centro Tecnológico de Joinville  
CTS - Centro de Ciências Tecnológicas e Saúde  
CUB - Convenção da União de Berna  
CUn - Conselho Universitário  
CUP - Convenção da União de Paris  
DA - Direito Autoral  
DGPI - Departamento de Gestão da Propriedade Intelectual  
DI - Desenho Industrial

DIT - Departamento de Inovação Tecnológica  
DITS - Departamento de Inovação Tecnológica e Social  
DPI - Direito de Propriedade Intelectual  
DPGI - Departamento de Planejamento e Gestão da Informação  
DOU - Diário Oficial da União  
EBA - Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro  
EBT - Empresa de Base Tecnológica  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes  
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural  
FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau  
FORMICT - Formulário para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas  
GR - Gabinete do Reitor  
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
ICD - Instrumento de Coleta de Dados  
ICT - Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação do Brasil  
IEL - Instituto Evaldo Lodi  
IES - Instituições de Ensino Superior  
IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina  
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior  
IFET - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia  
IG - Indicação Geográfica  
INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial  
LPC - Lei da Proteção de Cultivares  
LPI - Lei da Propriedade Intelectual  
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MBC - Movimento Brasil Competitivo  
MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
MEC - Ministério da Educação  
MU - Modelo de Utilidade  
MUSICA - Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro  
NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica  
OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico  
OECD - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
OMPI - Organização Mundial da Propriedade Intelectual  
PACTI - Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação

PCT - Parque Científico Tecnológico  
PDeI - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação  
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional  
PeD - Pesquisa e Desenvolvimento  
PF - Procuradoria Federal  
PI - Propriedade Industrial  
PI - Propriedade Intelectual  
PPC - Projeto Pedagógico de Curso  
PPGAU - Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária  
PRAE - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis  
PROAD - Pró-Reitoria de Administração  
PRODEGESP - Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas  
PROEX - Pró-Reitoria de Extensão  
PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação  
PRONIT - Projeto de Implantação e Estruturação do Arranjo  
Catarinense de Núcleos de Inovação Tecnológica  
PROPESQ - Pró-Reitoria de Pesquisa  
PROPG - Pró-Reitoria de Pós-Graduação  
PRPPG - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
SAAD - Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades  
SEAD - Secretaria de Ensino a Distância  
SEAI - Secretaria de Apoio Institucional  
SECARTE - Secretaria de Cultura e Arte  
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SEOMA - Secretaria de Obras, Manutenção e Ambiente  
SEPLAN - Secretaria de Planejamento  
SESP - Secretaria de Esportes  
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior  
SINTER - Secretaria de Relações Internacionais  
SNI - Sistema Nacional de Inovação  
SINOVA - Secretaria de Inovação  
SNI - Sistema Nacional de Inovação  
SNPC - Serviço Nacional de Proteção de Cultivares  
SOCIESC - Sociedade Educacional de Santa Catarina  
STA - Servidor Técnico-Administrativo  
SSI - Secretaria de Segurança Institucional  
T.A.- Teoria da Administração  
TAES- Técnico em Educação de Ensino Superior  
TI- Tecnologia da Informação  
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação  
T.O. - Teoria das Organizações

TT- Transferência de Tecnologia

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

UNESC - Universidade do Extremo Sul Catarinense

UNICAMP - Universidade de Campinas

UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina

UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí

UNIVILLE - Universidade da Região de Joinville

UNOCHAPECÓ - Universidade Comunitária da Região de Chapecó

UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

USP - Universidade de São Paulo



## LISTA DE SÍMBOLOS



Estrutura Organizacional



Planejamento Estratégico



Sistema de Informação



Propriedade Intelectual e Contratos



Mapeamento de Competências



Relação com a Sociedade



Estratégias de Comunicação



Comercialização de Tecnologia



Métricas de Desempenho



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>29</b>
1.1	OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS .....	36
1.2	JUSTIFICATIVA E ADERÊNCIA AO PPGAU .....	36
1.3	ESTRUTURA DO TRABALHO .....	37
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>39</b>
2.1	A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E A PROPRIEDADE INTELLECTUAL .....	39
2.2	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.....	43
<b>2.2.1</b>	<b>Propriedade Intelectual.....</b>	<b>46</b>
1.1.1.1	Direito Autoral (DA) .....	49
<b>2.2.2</b>	<b>Propriedade Industrial.....</b>	<b>52</b>
<b>2.2.3</b>	<b>Proteção Sui Generis .....</b>	<b>60</b>
2.3	UNIVERSIDADES NO CONTEXTO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E DA PROPRIEDADE INTELLECTUAL ..	65
2.4	AVALIAÇÃO DE NÚCLEOS DE INOVAÇÃO – MODELO PRONIT .....	67
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTO METODOLÓGICO .....</b>	<b>77</b>
3.1	ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	77
3.2	CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	78
3.3	COLETA E ANÁLISE DE DADOS .....	79
<b>4</b>	<b>O CASO SINOVA/UFSC .....</b>	<b>81</b>
4.1	DADOS COLETADOS E ANÁLISE .....	90
4.2	NOTAS ATRIBUIDAS E RESULTADOS OBTIDOS .....	105
<b>4.2.1</b>	<b>Categoria Sistema de Informação .....</b>	<b>105</b>
<b>4.2.2</b>	<b>Categoria Gestão da Propriedade Intelectual e Contratos .....</b>	<b>108</b>
<b>4.2.3</b>	<b>Resultado Final Do Modelo Utilizado .....</b>	<b>113</b>
4.3	SUGESTÕES DO AUTOR .....	114
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>117</b>

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>119</b>
<b>APÊNDICE A – Modelo PRONIT adaptado para análise de NIT existente. ....</b>	<b>131</b>
<b>ANEXO A – Tabelas originais do Modelo PRONTI de avaliação NIT. ....</b>	<b>149</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por finalidade apresentar o contexto em que o tema deste estudo está inserido, o problema e os objetivos. Apresenta, também, a justificativa e a estrutura geral da dissertação.

A mão de obra e o capital, até bem pouco tempo atrás, eram considerados os únicos fatores diretamente ligados ao crescimento econômico. O conhecimento, a educação e o capital intelectual eram considerados fatores externos com pouco impacto sobre a economia.

Em meados dos anos 80, a sociedade começou a vivenciar o papel importante do conhecimento junto às organizações e mercados. Diante disso, os economistas passaram a estudar o conhecimento e o reconheceram como o mais importante fator de produção de uma nova economia: a economia baseada no conhecimento (EVERS, 2002; DAVID; FORAY, 2003).

Por ser a economia baseada no conhecimento, definida como aquela em que a geração e exploração do conhecimento desempenham um papel preponderante na criação de riqueza e bem-estar, Terra (2001) e Evers (2002) já alertavam que os principais indicadores que caracterizam uma Sociedade do Conhecimento incluem investimentos em infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), educação continuada, valorização e capacitação dos recursos humanos (capital intelectual das organizações) e investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CTel), assim como em Pesquisa e Desenvolvimento (PeD), para possibilitar uma posição competitiva em nível mundial.

Com isso pode-se afirmar que é fundamental para o desenvolvimento de uma nação, o investimento em criar conhecimento e novas ideias que possam ser incorporadas aos produtos, aos processos e às organizações, pois o conhecimento científico e tecnológico é um dos principais fatores que determina a competitividade entre os diferentes setores produtivos, as empresas e os países, podendo gerar inovação e, conseqüentemente, desenvolvimento.

Segundo Jonash e Sommerlatte (2001) a inovação impulsiona os resultados econômicos da empresa, acelera seu crescimento e garante vantagem competitiva perante seus concorrentes. No entanto, para que uma empresa se mantenha competitiva, mais do que inovar seus processos e produtos, recomenda-se a proteção do conhecimento pelos direitos de propriedade intelectual (BEN-ISRAEL, 2006; AUTM, 2007; PIMENTEL, 2015; CHESBROUGH, 2012), com o intuito de preservar

suas criações, além de explorá-las economicamente por um determinado período de tempo.

Paralelamente a este cenário, marcado pelo reconhecimento da importância do conhecimento para a economia e desenvolvimento social, percebe-se, também, um ressurgimento das políticas públicas, enquanto **campo de conhecimento**. Vários fatores contribuíram para isso, como por exemplo: a adoção de políticas restritivas de gasto da maioria dos países e da adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa, bem como restrições à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais, principalmente entre os países que ainda não conseguiram delinear uma política pública suficientemente capaz de impulsionar o seu desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população.

As políticas públicas afetam os diversos setores da economia e das sociedades e para a sua compreensão existe a necessidade da participação de estudiosos das diversas áreas dos saberes, tais como: da economia, da ciência política, da sociologia, da antropologia, da geografia, do planejamento, da gestão e ciências sociais aplicadas.

Desta forma, as políticas públicas, depois de desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados e pesquisas, bem como são passíveis de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2006).

Seguindo este mesmo direcionamento e grau de importância, as políticas de inovação constituem um amálgama das políticas de ciência, de tecnologia e industrial. Uma política de inovação parte da premissa de que o conhecimento tem, em todas as formas, um papel crucial no progresso econômico, e que a inovação é um fenômeno complexo e sistêmico (OCDE, 2005).

A inovação recebe destaque ampliado em decorrência de sua estreita relação com a competitividade no setor produtivo. Portanto, quanto mais inovadora se constitui uma empresa, mais competitiva ela se torna, pois consegue melhorar o seu posicionamento diante do setor produtivo no qual ela atua. (CARVALHO; REIS; CAVALCANTE, 2011). Ainda segundo os autores, a vocação para inovar transforma ideias em produtos, serviços em processos inovadores de forma rápida e eficiente, permitindo que a empresa aumente a sua lucratividade.

O papel da universidade, nesse contexto competitivo empresarial, é de inquestionável importância em virtude de seu objetivo maior ser o de formar pessoas qualificadas, nas mais diversas áreas do conhecimento, para o desenvolvimento socioeconômico de um país, principalmente quando fundamentado em uma política científica,

tecnológica articulada no espaço das relações entre universidade, Estado, empresariado e outros setores sociais (FAVA-DE-MORAES, 2000).

Segundo Negri e Kubota (2008), as inovações vêm contribuindo para a transformação da história humana. Do machado às terapias com células-tronco, um conjunto infindável de produtos e de processos modificou as formas de vida.

Nos últimos tempos, o Brasil conseguiu construir uma infraestrutura de pós-graduação e de pesquisa científica nas universidades e nos institutos de pesquisa públicos, gerando um número crescente de pesquisadores e de produção científica, melhorando a sua produção científica no cenário internacional. Todavia, esse avanço da ciência brasileira não se refletiu em correspondente aumento dos indicadores de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PDeI nas empresas (NEGRI e KUBOTA, 2008).

A ciência, a tecnologia e a inovação “são, no cenário mundial contemporâneo, instrumentos fundamentais para o desenvolvimento, o crescimento econômico, a geração de emprego e renda e a democratização de oportunidades” (PACTI, 2007, p.29).

Cabe salientar que o Brasil apresentou um avanço significativo em CTeI em decorrência da execução e consolidação de uma Política Nacional. Dentre esses avanços, pode-se citar o incremento na qualificação de recursos humanos nas diversas áreas do conhecimento; a ampliação da infraestrutura de pesquisa, desenvolvimento e Inovação (PDeI), com desconcentração e redução de assimetrias regionais; e a criação e o aperfeiçoamento dos instrumentos de promoção da pesquisa e da inovação. Pôde-se ainda observar o aumento das publicações científicas por cientistas nacionais, a interiorização de pesquisadores qualificados e a expansão e diversificação do financiamento a empresas inovadoras (BRASIL, 2016).

Com base no reconhecimento de que a maior capacidade de pesquisa se encontra em universidades e instituições de pesquisa públicas e por reconhecer o potencial empreendedor e inovador que reside nas empresas, foi editada, no Brasil, a Lei de Inovação (Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004), a referida Lei que integra o Sistema Nacional de Inovação (SNI), define inovação como a introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços. A Lei de Inovação possui três vertentes principais de atuação:

- ✓ A constituição de ambiente propício às parcerias estratégicas entre as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Brasil (ICTs) e as empresas;
- ✓ Estímulo à participação de ICT no processo de inovação e;
- ✓ O incentivo à inovação na empresa.

Ou seja, esse marco regulatório foi instituído para impulsionar e estimular a inovação a partir da construção de ambientes especializados e cooperativos de inovação; participação das ICTs no processo de inovação; e inovação nas empresas.

A partir da instituição do marco legal da inovação no Brasil em 2004, as ICTs, foram obrigadas a criar os NITs, que são estruturas instituídas por uma ou mais ICTs, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação. São setores que tem como finalidade gerar as políticas de inovação e empreendedorismo, auxiliando na promoção, a utilização do conhecimento e o uso de novas tecnologias oriundas de universidades e institutos de pesquisa (COELHO e DIAS, 2016; COSTA, 2016; BRASIL, 2016; FERREIRA; TEIXEIRA; FLOR, 2016).

Em janeiro de 2016 foi sancionada nova Lei (Lei nº 13.243/2016), com a finalidade de alterar a legislação com o objetivo de estimular, ainda mais, o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. Essa normativa manteve a necessidade das ICTs instituírem os NITs, que tenham por finalidade a gestão de política institucional de inovação e por competências mínimas as atribuições previstas nesta Lei (BRASIL, 2016b).

O público-alvo dos NITs envolve sujeitos públicos e privados, desde pesquisadores, empresários até governo e empresas (FERREIRA; TEIXEIRA; FLOR, 2016).

Entretanto, é importante ressaltar que antes mesmo das leis citadas, já existiam estruturas semelhantes aos NITs, nas mais diversas denominações (conhecidos como agências de inovação, escritórios de transferência de tecnologia, entre outros), sendo os mais antigos os NITs das Universidades de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). (LOBATO, 2000).

As políticas públicas de incentivo à estruturação de redes de ciência, tecnologia e inovação, os NITs das instituições públicas de ciência e tecnologia passaram a desempenhar um importante papel de interlocução entre a demanda e a oferta de tecnologias, de ser o canal de



ligação entre as necessidades das empresas brasileiras e os pesquisadores das instituições de pesquisa que dominam o conhecimento fundamental para o desenvolvimento de soluções para os desafios tecnológicos da indústria (TRZECIAK; VAILATI; CORAL, 2012).

De acordo com o relatório resultante da análise das informações constantes no Formulário para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das Instituições de Ciência e Tecnológica (FORMICT) 2016 do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC, 2017), existem hoje no Brasil 278 NITs, estando 208 implementados, (74,8%); 46 que ainda estão em fase de implementação (8,6%) e 24 (8,6%) que ainda não estão implementados.

Nesse contexto, as universidades se constituem em organizações do conhecimento e seus pesquisadores são os trabalhadores do conhecimento, levando em consideração a produção, os bens e serviços e o tripé ensino, pesquisa e extensão. As universidades, para cumprir seu papel no sistema de inovação e fazer chegar ao mercado o resultado da pesquisa, dispõem dos NITs, que se constituem em instâncias de interface na relação da universidade com o setor produtivo.

Os serviços prestados pelos NIT às universidades e à sociedade são serviços intensivos em conhecimento, realizados por trabalhadores do conhecimento. A equipe das empresas, seja no setor de PeD, no setor negócios ou marketing, realizam atividades intensivas em conhecimento e as mesmas são desempenhadas por trabalhadores do conhecimento.

Segundo Cadore (2013):

[...] Os NIT das universidades federais contam com os serviços de consultoria e assessoramento jurídico da Procuradoria Federal (PF), órgão vinculado à Advocacia-Geral da União (AGU) nos processos de negociação dos (contratos, convênios ou acordos) de PeD, na transferência e comercialização de resultados de pesquisa da universidade para o setor produtivo, entre outras atividades sob responsabilidade do NIT e da universidade de maneira geral.

Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a história do NIT tem seu início em 15 de junho de 1981, quando foi assinada a Portaria nº 276/GR, pelo então Reitor, Prof. Ernani Bayer, que estabeleceu a criação do NIT, vinculando-o à Pró Reitoria de Pesquisa e

Pós-Graduação (PRPPG) e tendo por primeiro coordenador o Prof. Nelson Back.

Em junho de 2002 foi criada a Resolução nº14/CUn/2002, assinada pelo Reitor Rodolfo Pinto da Luz. Esta Resolução dispõe sobre a Propriedade e a gestão de direitos relativos a Propriedade Intelectual (PI) no âmbito da UFSC. Determina, também, que cabe a Coordenadoria de Gestão da Propriedade Intelectual (COGEPI), na medida do interesse da universidade, exercer e fazer cumprir a Resolução mencionada.

No ano de 2004, no mesmo ano da publicação do marco regulatório, instituído pelo governo federal, o NIT da UFSC passa a ter suas funções exercidas pelo Departamento de Gestão da Propriedade Intelectual (DEGEPI), permanecendo vinculado à PRPPG, de acordo com a Portaria nº 317/GR/2004. Neste mesmo ano foi renomeado a Departamento de Propriedade Intelectual (DPI), por meio da Portaria nº 951/GR/2004.

Em 13 de abril de 2007, a Profa. Thereza Christina Monteiro de Lima, Reitora em exercício, por meio da Portaria nº 336/GR/2007, revogou a Portaria nº 276/GR/1981, e por meio das Portarias nº 337/GR/2007 e nº 338/GR/2007, respectivamente, revigorou o Núcleo de Inovação Tecnológica e criou o Comitê de Inovação. Nesta ocasião a universidade apresentou, também, a primeira patente obtida junto ao Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI) e da qual é titular. O NIT estava vinculado a Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, com a responsabilidade de facilitar a relação do pesquisador com o mercado e torná-la mais produtiva, encaminhando, sempre que julgar procedente, as solicitações de proteção ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Atualmente, o NIT da UFSC possui maior destaque e importância dentro da estrutura universitária, estando subordinada diretamente à administração central da UFSC, reconhecido como Secretaria de Inovação (SINOVA). A SINOVA/UFSC foi instituída no ano de 2016, na gestão do Reitor Prof. Luiz Carlos Cancellier. Formalmente criada e estruturada, ocupando posição de destaque na hierarquia administrativa, com estrutura semelhante às pró-reitorias, executando seu planejamento e estratégias próprias de acordo com o plano institucional da UFSC.

O tema desta pesquisa encontra-se situado dentro do contexto descrito, onde se partiram de considerações gerais a Inovação Tecnológica e a Propriedade Intelectual, seguindo para as universidades no contexto da Inovação Tecnológica e da Propriedade Intelectual e com o modelo PRONIT de Núcleos de Inovação Tecnológicas - NIT. A partir dessas considerações, conseguiu-se vincular estes conceitos à área

de concentração do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária (PPGAU), denominado **Políticas Públicas e Sociedade**, norteando-se para um tema mais específico, relacionado com as políticas de inovação vigentes em nosso país. Por conseguinte, chegou-se ao tema central desse estudo que é avaliar a Propriedade Intelectual na SINOVA/UFSC, a partir do modelo PRONIT.

Com esta base, foi desenvolvida uma pesquisa acadêmica, que segundo a visão de Denhardt (2012) assume grande importância nos estudos das organizações públicas. Para o autor, as pesquisas podem possuir aplicação prática ou não, e ser direcionada aos profissionais da área.

Se forem de cunho prático, antes de serem aplicadas, devem passar por um processo em que se analisam determinadas questões, com coleta e discussão das evidências coletadas. Os acadêmicos, técnicos e pesquisadores tem papel importante, uma vez que se espera deles, uma visão mais ampla do assunto a ser estudado e que vejam os problemas de uma perspectiva diferente dos profissionais que irão utilizar os resultados. Para Vergara (2012), dissertações e teses surgem da existência de problemas científicos, sendo em geral uma resposta a esses problemas. A formulação de problemas científicos não é uma tarefa fácil, mas estratégica. Ainda segundo o autor, “problema é uma questão não resolvida, é algo para se buscar resposta via pesquisa”.

Com base na contextualização do tema da pesquisa, o objeto de análise desta dissertação, conforme já mencionado, discorre sobre a gestão da PI pela SINOVA/UFSC.

O departamento que desenvolvia o papel de NIT na UFSC, antes da criação da SINOVA participou do estudo que criou o modelo PRONIT de gestão de NITs. Este estudo se constitui como um arranjo das principais instituições científicas e tecnológicas do estado de Santa Catarina, que desenvolveu um modelo de referência para a criação e avaliação de Núcleos de Inovação Tecnológica, apresentando parâmetros que possibilitem mensurar o percentual de implantação do NIT em 09 (nove) categorias distintas. Os mesmos relatórios apontam que a UFSC adotaria o sistema de informações, de acordo com este modelo.

Partindo destas considerações destaca-se a seguinte pergunta de pesquisa:

De que maneira se dá a gestão da Propriedade Intelectual na SINOVA/UFSC?

Conhecendo-se o problema de pesquisa, elenca-se a seguir as premissas tomadas como verdadeiras, para que se possa melhor analisar e discutir os dados levantados por este autor, sendo elas:

- a) A SINOVA/UFSC utiliza um modelo de gestão da Propriedade Intelectual, apresentando as condições necessárias para atender aos preceitos legais previstos na legislação brasileira;
- b) A UFSC por ser uma das instituições idealizadoras do modelo PRONIT, utilizou o seu modelo para registro e controle da Propriedade Intelectual na instituição;
- c) A SINOVA possui a viabilidade técnica e econômica para realizar um registro de PI e acompanhar os processos de forma eletrônica, através de uma interface própria, segura com fluxo previsto e passível de auditoria em tempo real;

Com conhecimento do tema e problema de pesquisa, bem como estando determinadas as premissas tomadas como verdadeiras para a realização deste estudo, a seguir apresentam-se os objetivos acerca desse trabalho.

## 1.1 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

Apresenta-se, a seguir, a proposta do presente trabalho sob a forma de objetivo geral e objetivos específicos.

O objetivo geral desta pesquisa é:

Avaliar, a partir de dados públicos, a Gestão da Propriedade Intelectual na SINOVA/UFSC, tendo por base o modelo PRONIT.

Como objetivos específicos, para se atingir o objetivo geral, temos:

- ✓ Descrever a SINOVA/UFSC;
- ✓ Identificar dados públicos da SINOVA/UFSC que contemplem as categorias do Modelo PRONIT avaliadas neste estudo.

## 1.2 JUSTIFICATIVA E ADERÊNCIA AO PPGAU

A UFSC é uma instituição intensiva na construção de conhecimentos e saberes, porém, muitas vezes, esses conhecimentos acabam sendo represados, seja por limitação da legislação, que dificulta a relação entre a comunidade (interna e externa), e, também, pela própria estrutura organizacional da UFSC, que não possui um

instrumento eficaz de divulgação do seu capital intelectual e competências.

Com a elevação de status do NIT da UFSC de departamento para Secretaria de Inovação Tecnológica (SINOVA) pela gestão do Reitor Prof. Luiz Carlos Cancellier de Olivo em 2016, houve uma ampliação em sua estrutura, de forma geral, com o intuito de potencializar ações institucionais nas áreas de Inovação e Propriedade Intelectual. Acredita-se que a partir de um trabalho de gestão bem desenvolvido, neste sentido, os resultados tendem a aumentar o número de registros de PI da instituição.

Neste sentido, esta dissertação, tem seu direcionamento em auxiliar no gerenciamento administrativo da SINOVA, à medida que pretende avaliar o grau de implantação no tocante à propriedade intelectual da UFSC, tendo por base o modelo PRONIT de avaliação de Núcleo de Inovação Tecnológica.

A escolha do modelo PRONIT para análise se deve a este modelo ser a referência no estado de Santa Catarina para a criação e avaliação de NITs, com estudo realizado pelas principais ICTs do estado. Deve-se também ao fato de a UFSC ser a instituição que escreveu o projeto inicial em conjunto com a FAPESC. Outro elemento que contribuiu para a escolha foi a presença nos Relatórios de Gestão do NIT da UFSC, referente aos anos de 2010 a 2013 que menciona a criação do PRONIT e adoção do aplicativo de Gestão DIT/PRONIT.

A partir de um estudo que nos permita conhecer o atual estágio em que se encontra a gestão da PI no âmbito da SINOVA/UFSC, torna-se possível auxiliar os gestores a criarem iniciativas que contribuam no aumento da divulgação de nosso capital intelectual. Estas ações podem resultar, também, na ampliação de pesquisa referente à essa temática e na ampliação do número de profissionais qualificados a laborar em ações que envolvam PI na UFSC. Da mesma forma, contribui para o PPGAU, por se caracterizar como uma iniciativa acadêmica que visa colaborar com a gestão da universidade e por possibilitar estudos futuros sobre o tema.

### 1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos, detalhados conforme segue:

No capítulo 1 é apresentado de forma sucinta, o tema, o problema a ser tratado, seus objetivos bem como a justificativa e a relevância deste estudo para o PPGAU.

O capítulo 2 discorre sobre o referencial teórico que aborda três macrotemas: Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual, Universidades no contexto da Inovação Tecnológica e da Propriedade Intelectual e, Avaliação de Núcleos de Inovação – Modelo PRONIT.

No capítulo 3 se detalham o enquadramento metodológico, sendo desenvolvido com base na referência ao Modelo PRONIT e suas categorias e com o a indicação da origem dos dados coletados. Detalha-se nele o passo a passo percorrido para se chegar ao resultado final.

O capítulo 4 trata do Caso SINOVA, onde discorre sobre a forma de coleta e interpretação dos dados coletados, sua análise, bem como as sugestões apresentadas para publicitar os dados de inovação.

Finaliza no capítulo de considerações finais, onde se foram atingidos os objetivos.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo são apresentados os fundamentos teóricos utilizados para a sustentação desta dissertação. Esses fundamentos se iniciam com a abordagem sobre a Inovação Tecnológica, seus conceitos e como funciona seu processo. Complementar a este tema são apresentados os conceitos de Propriedade Intelectual, suas subdivisões e locais de registro.

A seguir se contextualiza a Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual no âmbito das universidades, destacando a UFSC neste cenário ao se destacar o papel da administração universitária e a importância que se dá a Inovação na instituição.

Finaliza-se a fundamentação teórica com a apresentação e descrição do Modelo PRONIT de avaliação de Núcleos de Inovação Tecnológicas – NIT, suas categorias, divisões e parâmetros de análise.

Importante frisar que não se pretende exaurir aqui, os assuntos tratados pela diversidade de opiniões que os mesmos suscitam; mas busca-se abordá-los, de forma a estabelecer um linguajar único, de fácil compreensão, que será utilizado ao longo de todo o trabalho.

### 2.1 A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E A PROPRIEDADE INTELECTUAL

Segundo Cadore (2013) uma das principais evidências da economia baseada no conhecimento incide na aceleração, sem precedentes, com que o conhecimento é criado, acumulado e, até mesmo, na velocidade com que se torna obsoleto e perde seu valor econômico.

Sveiby (1998) e Lévy (1995) alertavam já na década de 90, que o valor não está na informação armazenada, mas sim na criação do conhecimento e de que ela pode fazer parte. Que a informação e o conhecimento passaram a constar entre os bens econômicos e primordiais e que são as principais fontes de riqueza de uma sociedade.

Na concepção de McGill e Slocum (1995), todas as fronteiras em uma organização que aprende, são altamente permeáveis para maximizar o fluxo de informação e abrir a organização às suas experimentações, tornando possível monitorar constantemente as necessidades e as pessoas em processo de mudança.

Ainda, segundo Cadore (2016), o conhecimento científico e tecnológico é um dos principais fatores que determina a competitividade

entre os diferentes setores produtivos, as empresas e os países, podendo gerar inovação e, conseqüentemente, desenvolvimento.

Sendo assim, pode-se dizer que o conhecimento nas organizações causa um efeito multiplicador em todos os setores da economia mundial, construindo por sua vez, a força motora do desenvolvimento político, econômico e social, cultural e tecnológico de um país. O acesso a informação e a capacidade, a partir desta, de extrair e aplicar conhecimentos, em busca da inovação são vitais para o aumento da competitividade e desenvolvimento das atividades num mercado sem fronteiras.

Por conseqüência, quando se fala de inovação, automaticamente, pensamos em progresso, desenvolvimento tecnológico, geração de ideias e melhorias na qualidade de vida das pessoas.

De acordo com Simantob e Lippi (2003), inovar é ter uma ideia que seus concorrentes ainda não tiveram e implantá-la com sucesso. Ainda segundo o autor a inovação faz parte da estratégia das organizações e seu foco é o desempenho econômico e a criação de valor.

Para Schumpeter (1997) a inovação é considerada a mola propulsora do desenvolvimento econômico. O autor em seus apontamentos destaca que a inovação ocorre a partir do momento em que novas combinações surgem no processo de produção, de forma descontínua, gerando desenvolvimento. O mesmo autor definiu esse processo de inovação em que as tecnologias novas substituem as antigas, de destruição criadora e classificou a inovação em: Radical: que produz grandes mudanças e ruptura mais intensa, e em Incremental: que é aquela que dá continuidade ao processo de mudança.

O Manual de Oslo, criado em 2005, pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, na sua terceira edição, conceitua inovação como sendo a:

“[...] implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas” (OCDE, 2005, p55).

Spencer (1994) pondera que quando se fala em inovação não se está referindo sempre a uma nova tecnologia, um novo produto ou novo



serviço, mas a algo que as pessoas, as empresas ou o sistema social percebam como novo.

Como podem ser observados, muitos são os conceitos sobre inovação, partindo-se de alguns conceitos estudados, pode-se afirmar que, de forma sucinta, que inovação significa a solução de um problema tecnológico; a introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social e que resulte na introdução de produtos e processos (novos ou significativamente melhorados) no mercado, produzidos em escala comercial, e que gere repercussões socioeconômicas positivas.

Observa-se que economistas supõem que uma mudança organizacional pode ser uma resposta a uma mudança técnica, quando, de fato, “a inovação organizacional poderia ser uma condição necessária para a inovação técnica” (MARTINS, 2013, p. 41).

É preciso perceber a mudança organizacional como um sustentáculo ao avanço tecnológico, e não como uma energia a parte do progresso econômico, como também:

Nelson (2006, p.190) afirma que “[...] encontrar e aprender a usar eficientemente uma nova forma de organização envolve muito dos mesmos tipos de incerteza, hesitações experimentais e de aprendizado por tentativas e erros que têm marcado as invenções e inovações tecnológicas”.

Tigre (2006, p. 73) sustenta que inovação implica em: “[...] mudanças que ocorrem na estrutura gerencial da empresa, na forma de articulação entre suas diferentes áreas, na especialização dos trabalhadores, no relacionamento com fornecedores e clientes e nas múltiplas técnicas de organização dos processos de negócios.”

O campo organizacional da inovação é muito vasto e compreende inúmeros domínios gerais, tais como:

[...] novas formas de organização do trabalho, novas práticas de gestão do tempo de trabalho, formação contínua, práticas de participação e diálogo social no âmbito da empresa, responsabilidade social das organizações, inovação nas práticas de recursos humanos e segurança, higiene e saúde no trabalho (MARTINS, 2013, p. 43-44).

O Manual de Oslo, para definir as diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica, se refere a inovação organizacional como: “implementação de um novo método

organizacional nas práticas de negócios da empresa, na organização do local de trabalho ou nas relações externas” (OCDE, 2005, p. 173).

O manual divide a inovação em quatro áreas: produto, processo, marketing e organização, conforme segue:

- a) **Inovação de Produto:** introdução de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado no que refere a suas características ou usos previstos;
- b) **Inovação de Processo:** implementação de um método de produção ou distribuição novo ou significativamente melhorado;
- c) **Inovação de Marketing:** implementação de um novo método de marketing com mudanças significativas na concepção do produto ou em sua embalagem, no posicionamento do produto, em sua promoção ou na fixação de preços;
- d) **Inovação Organizacional:** implementação de um novo método organizacional nas práticas de negócios da empresa, na organização do seu local de trabalho ou em suas relações externas.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, Moura (2011, p. 59), se refere à inovação organizacional como:

[...] implementação de novos métodos, tais como mudanças em práticas de negócios, na organização do local de trabalho, nas relações externas da empresa, no aprimoramento da capacidade de inovação da empresa aumentando sua capacidade para desenvolver novos produtos, processos, ou ainda, para ganhar e criar novos conhecimentos.

Em suma, é fundamental desenvolver uma capacidade de inovação para um crescer ininterrupto das organizações, descobrir novas formas de instituir um ambiente favorável às descobertas, gerar ideias e novos insights, buscando abarcar um significativo número de indivíduos interna e externamente à organização. Contudo, é necessário estar atento e identificar possíveis barreiras que são comuns quando da implementação de processos (MOURA, 2011).

Partindo-se das considerações sobre inovação e inovação organizacional, tratadas pelos pesquisadores citados, pode-se afirmar que é fundamental que a organização busque alternativas que visem

desenvolver capacidades para inovar se quiserem se estabelecer e se diferenciar no crescente e ininterrupto mercado competitivo. Precisa, também, descobrir novas maneiras de promover, junto aos seus colaboradores e junto à sociedade, um ambiente favorável à geração de ideias, de novas descobertas e necessidades, sem deixar de se dar conta de que barreiras e dificuldades são comuns quando se pretende implantar mudanças.

## 2.2 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

De acordo com Simantob e Lippi (2003), inovar é ter uma ideia que seus concorrentes ainda não tiveram e implantá-la com sucesso. Ainda segundo o autor a inovação faz parte da estratégia das organizações e seu foco é o desempenho econômico e a criação de valor.

Para Schumpeter (1997) a inovação é considerada a mola propulsora do desenvolvimento econômico. O autor em seus apontamentos destaca que a inovação ocorre a partir do momento em que novas combinações surgem no processo de produção, de forma descontínua, gerando desenvolvimento. O mesmo autor definiu esse processo de inovação em que as tecnologias novas substituem as antigas, de **destruição criadora** e classificou a inovação em: Radical: que produz grandes mudanças e ruptura mais intensa, e em Incremental: que é aquela que dá continuidade ao processo de mudança.

O Manual de Oslo, criado em 2005, pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, na sua terceira edição, conceitua inovação como sendo a

[...] implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas” (OCDE, 2005, p55).

Spencer (1994) pondera que quando se fala em inovação não se está referindo sempre a uma nova tecnologia, um novo produto ou novo serviço, mas a algo que as pessoas, as empresas ou o sistema social percebam como novo.

Como se pode observar, muitos são os conceitos sobre inovação, partindo-se de alguns conceitos estudados, pode-se afirmar que, de

forma sucinta, que inovação significa a solução de um problema tecnológico; a introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social e que resulte na introdução de produtos e processos (novos ou significativamente melhorados) no mercado, produzidos em escala comercial, e que gere repercussões socioeconômicas positivas.

No âmbito empresarial, a tecnologia pode ser considerada um ativo para as empresas. Há que se ressaltar que pode ser um ativo intangível, de difícil mensuração e valorização, por exemplo, o conhecimento pessoal, ao *Know-how* e a experiência das pessoas.

Desta forma entende-se que é possível comprá-la, vendê-la ou transferi-la, sob a forma de bens ou equipamentos; na forma de documentos escritos, audiovisual, público ou privado e a tecnologia incorporada ao conhecimento e experiências das pessoas (CADORI, 2013).

Portman (1994, p23) enfatiza que “Uma nova tecnologia não acrescenta nem subtrai nada, altera tudo” e “[...] As novas tecnologias alteram as estruturas dos nossos interesses.”

De acordo com Teixeira e Rocha (1994), a inovação tecnológica é o aprimoramento de produtos e processos e produz impactos na sociedade. Seguindo esta mesma ótica, Gonçalves e Gomes (1993), afirmam que a inovação, valendo-se do conhecimento científico, técnicas e procedimentos, produzem mudanças nos processos de produção e nos modelos de produtos, contribuindo para o avanço tecnológico.

Ribaut; Martinet; Lebidois (1995, p.17) conceituam inovação tecnológica como: “uma combinação entre uma necessidade do utilizador e os meios tecnológicos para satisfazer essa necessidade.”

Magalhaes (1998, p.33) pondera que para entender-se o processo de inovação tecnológica há que se distinguir inovação de invenção. Para o autor a invenção é: “o ato de descobrir relações científicas ou técnicas, tornando possível o modo de fazer” Já a inovação é “a aplicação comercial da invenção, descobrindo, assim, um modo melhor ou mais eficiente para executar uma função e menos dependente da mão-de-obra”.

Ainda de acordo com Magalhães (1998), a inovação tecnológica surge em uma empresa à medida que consegue identificar, no mercado, algo que pode vir a atender as suas necessidades ou que possa ser adaptada para melhor atender seus consumidores, ou seja, identificar ou criar necessidades de consumo. Com isso a empresa passa a ter opções de decidir por qual linha seguir para dar conta do atendimento de suas necessidades (pesquisa) e passa a experimentar os modelos existentes

para escolher o que melhor se adequa a sua situação real (desenvolvimento). Esses modelos, depois de testados, geram resultados que se transformam no produto final (engenharia). As informações sobre esse novo produto são repassadas para o usuário do mesmo (transferência). Esta nova tecnologia no processo produtivo dá início à produção de um novo produto (produção industrial) e, após isso, sua utilização pelo mercado consumidor (uso do produto final) e novamente, o surgimento de novas necessidades (MAGALHÃES, 1998, p. 33-34).

Para um melhor entendimento sobre o processo de inovação descrito por Magalhães, dá-se destaque a figura 1, que resume esse ciclo do processo de inovação tecnológica.

Figura 1 - Processo de Inovação Tecnológica



Fonte: Magalhães (1998).

Na ótica de Gonçalves; Gomes (1993 apud MAGALHÃES, 1998, p. 34-35), uma “nova tecnologia não é necessariamente uma tecnologia que tenha como base o computador, mas aquela que é inédita para a empresa, mesmo não sendo nova no mercado”.

Segundo documento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (apud MAGALHÃES, 1998, p. 34-35): “As novas tecnologias visam melhorar a qualidade e produtividade de equipamentos, processos, serviços e a organização do trabalho.” [...] o termo novas

tecnologias não se aplica a todas as tecnologias atualmente disponíveis no mercado, mas, de forma restrita, a todo o equipamento ou máquina que realiza tratamento informatizado de dados, [ou seja] [...] toda maquinaria que possui ou está conectada a um computador ou microprocessador e que devido a isto é programada.”

Finaliza-se este enfatizando que, as novas tecnologias alteram as estruturas dos nossos interesses (SCHUMPETER, 1997).

### 2.2.1 Propriedade Intelectual

A Propriedade Intelectual é considerada a “[...] expressão genérica que corresponde ao direito de apropriação que o homem pode ter sobre suas criações, obras e produções do intelecto, talento e engenho” (THEOTONIO, 2004, p. 22).

Segundo Vanin (2016) A Propriedade Intelectual surgiu a partir da necessidade da criação de uma nova categoria de direitos de propriedade, por conta da aceleração do processo informacional e o desenvolvimento da economia industrial. Segundo o autor essa necessidade se deu, essencialmente:

[...] a partir do momento em que a tecnologia passou a permitir a reprodução em série de produtos a serem comercializados: além da propriedade sobre o produto, a economia passou reconhecer direitos exclusivos sobre a ideia de produção, ou mais precisamente, sobre a ideia que permite a reprodução de um produto. (VANIN 2016)

Em 1967 a Propriedade Intelectual-PI passou a integrar-se, como órgão autônomo, dentro do sistema das Nações Unidas a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI, ou, na versão inglesa, WIPO).

A Convenção da OMPI define Propriedade intelectual como:

[...] o conjunto dos direitos relativos às obras literárias, artísticas e científicas, às interpretações e às execuções dos artistas, aos fonogramas e às emissões de radiodifusão, às invenções em todos os domínios da atividade humana, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais, às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem

como às firmas comerciais e denominações comerciais, à proteção contra a concorrência desleal e todos os outros direitos relacionados à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico (MASCARENHAS, 2008, p. 67).

De acordo com Barbosa (2003), antes da definição da OMPI, o termo “Propriedade intelectual” restringia-se aos direitos autorais.

Sampaio e Santos (2000) afirmam que a propriedade intelectual desempenha um papel de grande importância para a sociedade, tendo em vista que é por meio dela que as empresas conseguem ter retorno financeiro de seus investimentos com PeD. Isso, pelo fato de que a propriedade intelectual é considerada uma forma de reconhecimento a atividade inventiva, pois permite que o autor receba um retorno financeiro pelos investimentos realizados pela pesquisa e por outro lado tende a incentivar e a estimular que ocorram mais investimentos em inovações tecnológicas.

Correa (1999, p.1) define PI como “[...] um meio de apropriação dos resultados do inventor, entretanto, sua eficácia varia de acordo com a matéria e o setor da inovação.”

No Brasil, os Direitos de Propriedade Intelectual (DPI) são constitucionalmente assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, Artigo 5º, incisos XXVII e XXIX, garantindo que pertence aos autores o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar. A lei assegura aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

A PI resulta da expressão de uma ideia, podendo ser uma marca, uma invenção, um projeto, uma música ou outra criação intelectual (OLIVEIRA, 2014).

Ao mencionar DPI, automaticamente, remete-se a proteção do conhecimento, ou seja, aos direitos dos bens intangíveis de instituições públicas e privadas. Os bens intangíveis resultam de produções do intelecto, nos domínios industrial, científico, literário e artístico. Tanto os ativos tangíveis quanto os intangíveis são considerados patrimônio da instituição. Sendo uma propriedade, o titular detém o poder de usar,

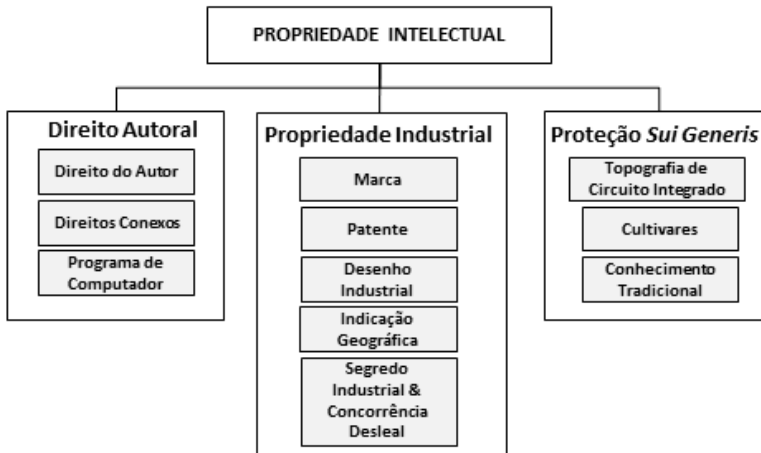
fruir e dispor do objeto protegido, bem como reaver de quem, de maneira injusta, o tenha possuído.

A PI é uma ferramenta estratégica no processo de globalização. Segundo Leonardos (2005, p. 177),

[...] o direito da propriedade intelectual está intimamente ligado a um sistema econômico aberto [...]: deverá atuar tanto para manter sua posição de incentivador da atividade econômica, criando condições para o desenvolvimento e aplicação prática da tecnologia, quanto estimulando as leis práticas de comércio e reprimindo a deslealdade, projetando-se cada vez mais para o cenário internacional.

Na figura 2 apresentam-se as três formas de divisão da propriedade Intelectual e suas ramificações:

Figura 2- Categorias de Propriedade Intelectual



Fonte: Oliveira (2014).

Oliveira, (2014) aponta três formas de divisão da Propriedade Intelectual:

- a) Direito autoral (concede proteção jurídica aos autores de obras literárias, fotográficas, cinematográficas, artes cênicas e plásticas);
- b) A proteção sui generis (modalidade intermediária entre direito autoral e industrial);



c) Propriedade industrial, mais abrangente de todas, caracteriza-se por estar diretamente relacionada aos interesses da indústria de transformação e comércio. A sua proteção pode se dar por meio de patentes ou registros

Os itens que seguem discorrem sobre as três divisões principais da Propriedade Intelectual.

#### 1.1.1.1 Direito Autoral (DA)

No Brasil, o Direito Autoral encontra amparo na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que em seu art.1 “[...] regula os direitos autorais, entendendo-se sobre esta denominação os direitos de autor e os que lhes são conexos.” (BRASIL, 1998).

Trata do direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor de obra literária artística ou científica e que a utilização de uma obra depende de autorização prévia do autor (Vanin, 2016).

O Direito Autoral decorre da criação de obras intelectuais no campo literário, artístico e científico, entendidas como pinturas, livros, desenhos, músicas, filmes, conferências, artigos científicos, matérias jornalísticas, programa de computador, dentre outras. Por essa lógica, o que se protege é a expressão da ideia e não a ideia em si, ou seja, a forma como as ideias estão explanadas no livro, no artigo, na composição da letra de uma música ou na partitura de uma melodia, no desenho, nas suas cores, no volume, no código fonte do programa de computador etc. (CADORI, 2013).

Desde a última década do século XIX, os DA são regidos pela Convenção da União de Berna (CUB) e compreendem as criações artísticas, as obras literárias, escritas ou orais, as obras musicais cantadas ou instrumentadas, as obras estéticas bidimensionais (tais como pinturas, gravuras, desenhos, fotografias, litografias) ou tridimensionais (esculturas e obras de arquitetura); interpretações de artistas, emissões de radiodifusão e os fonogramas (MASCARENHAS, 2008, p. 68).

Os registros dos Direitos Autorais podem ser realizados em cinco locais diferentes, sendo eles, Biblioteca Nacional (BN), Agência Nacional do Cinema (ANCINE), Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EBA), Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MUSICA), nos Conselhos Regionais de Engenharia (CREA's) e no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), sendo que a cada uma compete o registro de acordo com o tipo de criação.

No quadro 1, apresentam-se as instituições responsáveis, onde se realizam os registros dos direitos de autor, conforme o tipo de criação:

Quadro 1- Instituições responsáveis pelo registro de direito autoral no Brasil

Filmes	Agência Nacional do Cinema - ANCINE	www.ancine.gov.br
Livros e textos	Fundação Biblioteca nacional - BN	www.bn.gov.br
Partituras e Músicas	Fundação Biblioteca nacional - BN	www.bn.gov.br
	Escola de Música – MÚSICA	www.musica.ufrj.br
Obras Artísticas	Escola de Belas Artes – EBA	www.eba.ufrj.br
Plantas Arquitetônicas / Projetos	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – Unidade da Federação – CREA-UF	www.confed.org.br
Programas de Computador	Instituto Nacional da Propriedade Intelectual - INPI	www.inpi.gov.br

Fonte: IEL (2010).

O Direito Autoral por sua vez, subdivide-se em: Direito de autor, direitos conexos e programa de computador, os quais descreve-se a seguir:

Direito do Autor são direitos conferidos aos criadores de obras literárias e artísticas. Os tipos de trabalhos protegidos por direitos autorais incluem: trabalhos literários como, por exemplo: romances, poemas, peças de teatro, obras de referência, jornais e programas de computador, bases de dados, filmes, composições musicais; trabalhos artísticos como: pinturas, fotografias, esculturas, desenhos, fotografias, arquitetura, anúncios, mapas e desenhos técnicos.

O autor poderá ser utilizar seu nome civil, completo, ou abreviado, ou somente por pelas iniciais do seu nome. Poderá, também, utilizar-se de um pseudônimo ou qualquer outro sinal que o identifique.

Ressalta-se que, todos aqueles que tiverem o seu nome agregado a uma obra, serão legalmente considerados como coautores, não se enquadrando nesta definição aqueles que realizam serviços de correção, atualização ou fiscalização de uma obra.

Barbosa (1999) destaca que “A interpretação das limitações da Lei Autoral não se faz restritamente, ou em favor do autor, mas de forma adequada e razoável, levando em conta o equilíbrio dos interesses

constitucionais expressos nos vários incisos do art. 46 e outros dispositivos da Lei Autoral.”

Em suma, o direito de autor ou direito autoral, constitui-se como um dos ramos dos denominados direitos intelectuais, enquanto criações do espírito humano (BRASIL, 1998).

Já os Direitos Conexos, se referem a proteção para artistas, intérpretes ou executantes, produtores fonográficos, e empresas de radiodifusão, em decorrência de interpretação, execução, gravação ou veiculação das suas interpretações e execuções. Essa proteção não afeta as garantias asseguradas aos autores das obras literárias, artísticas ou científicas, pois:

[...] Os direitos de autor e os direitos conexos protegem diferentes pessoas, como por exemplo: no caso de uma canção, os direitos de autor protegem o compositor da música e o criador da letra; já os direitos conexos se aplicam aos músicos e ao cantor que interpretam a canção, ao produtor da gravação sonora (também chamada de fonograma) na qual a música é incluída e às empresas de radiodifusão que transmitem a música. (Jungmann e Bonetti, 2010).

Ainda segundo Jungmann e Bonetti (2010) “Os titulares dos direitos conexos têm o direito exclusivo de autorizar ou de proibir”, conforme segue:

- ✓ Intérpretes e executantes: Fixar, reproduzir por meio de radiodifusão ou execução pública de suas interpretações;
- ✓ Produtores de fonogramas: Reproduzir, distribuir por meio da venda ou locação de exemplares e comunicar ao público por meio de execução pública ou radiodifusão;
- ✓ Empresa de radiodifusão: Transmitir, fixar e reproduzir em suas emissões.

Programas de Computador, também são protegidos pelo Direito Autoral. Neste caso, a proteção à propriedade intelectual de programa de computador é a mesma conferida às obras literárias, pela legislação de direitos autorais que trata dos direitos do autor e conexos (JUNGMANN e BONETTI, 2010; BRASIL, 1998).

No Brasil, há uma legislação específica junto a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que trata da proteção do computador, é também, conhecida, como Lei do Software. Destaca-se que tanto no

Brasil, como em outros países, a proteção de computador dá-se pelo Direito Autoral. Isso significa que o direito nasce com a criação da obra e que sua proteção independe de registro, pois este é facultativo. Os registros dos programas de computador são realizados junto ao INPI. (BRASIL, 1998).

Não se aplicam ao programa de computador as disposições relativas aos direitos morais, ressalvado, a qualquer tempo, o direito do autor de reivindicar a paternidade do programa de computador e de opor-se a alterações não autorizadas, quando elas implicarem deformação, mutilação ou outra modificação do programa de computador que prejudiquem a sua honra ou a sua reputação.

### **2.2.2 Propriedade Industrial**

Entende-se o termo ‘industrial’ como “relativo à mudança nos estados da natureza, por oposição às simples operações conceituais, aritméticas ou, em geral, abstratas” (BARBOSA, 2003, p. 2).

Na Convenção da União de Paris (CUP), de 1883, surge o termo como:

[...] subconjunto da Propriedade intelectual, no qual estão compreendidos os direitos relativos às patentes de invenção, aos modelos de utilidade (MU), aos modelos ou desenhos industriais (DI), às marcas de produtos e serviços, aos nomes comerciais e às indicações geográficas (de procedência ou denominações de origem), bem como à repressão à concorrência desleal (MASCARENHAS, 2008, p. 68).

No Brasil, a Lei 9.279, de 14 de maio de 1996, a Lei de Propriedade Industrial (LPI) “[...] alterou profundamente a legislação patentária anterior, principalmente assegurando a privilegiabilidade nos setores alimentícios, químico, farmacêutico e de medicamentos” (THEOTONIO, 2004, p. 39).

O direito de PI, segundo Pimentel (2005, p. 18-19) é “o conjunto de princípios e de regras que regulam a aquisição, o uso, o exercício e a perda de direitos e de interesses sobre ativos intangíveis diferenciadores que são suscetíveis de utilização no comércio”.

No texto constitucional são listados os parâmetros básicos da patente, conforme segue:

- a) O fundamento da tutela será o invento industrial, ou seja, a criação de uma nova solução para um problema técnico de utilidade industrial;
- b) O direito é essencialmente temporário, como parte do vínculo que a patente tem com “o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País”;
- c) O privilégio será concedido para a utilização do invento, obviamente de forma compatível os fins sociais a que o próprio dispositivo constitucional se volta;
- d) A excepcionalidade da restrição à livre concorrência, através do privilégio, e o relevante interesse público envolvido, por força da cláusula final do inciso XXIX do art. 5º, impõe que o direito exclusivo seja interpretado de forma restrita;
- e) O que caracteriza a patente como uma forma de uso social da propriedade é o fato de que é um direito limitado por sua função: ele existe enquanto socialmente útil.

Como um mecanismo de restrição à liberdade de concorrência, a patente deve ser usada de acordo com sua finalidade e, o uso da exclusiva em desacordo com tal finalidade é contra direito (JUNGSMANN e BONETTI, 2010).

Desta forma, é possível afirmar-se que, a Constituição estabelece duas limitações básicas no que tange ao uso da patente: a primeira incide sobre o **privilégio**, tratando como uma restrição excepcional à liberdade de concorrência e que não pode ser abusado, e o segundo que deve ser utilizado de acordo com sua **função social**, ou seja, estará sujeito aos imperativos do **interesse coletivo**.

Tais princípios, que também decorrem da cláusula do devido processo legal incluída na Constituição Brasileira, levam em conta sobre o equilíbrio entre esses dois requisitos (a proteção da propriedade e o do interesse social), quando menciona que deva ser aplicado o princípio da proporcionalidade. Ou seja, que o interesse coletivo prevaleça somente até a proporção exata, necessária para satisfazer tal interesse. Isto significa que a licença compulsória, de acordo com a constituição, não pode exceder sua amplitude, o tempo e a forma indispensável para suprir o interesse público, ou para reprimir o abuso da patente ou do poder econômico (BARBOSA, 1997).

A proteção dos bens móveis se dá através da Patente e do Registro. Patente é o título que formaliza a proteção da invenção e do modelo de utilidade. Já o Registro é o título que formaliza a proteção do desenho industrial e da marca.

Serpa (2013, p.4) considera que: “A patente tem finalidade de proteção ao desenvolvimento tecnológico e funciona como incentivo à pesquisa, já que garante ao inventor e ao criador a exploração exclusiva e o usufruto dos lucros decorrentes da novidade.”

É concedida à invenção e ao modelo de utilidade, sendo que a patente de invenção é concedida às invenções relativas a processos ou produtos que sejam caracterizadas pela novidade, atividade inventiva e aplicação industrial. As mesmas devem apresentar uma solução para um problema técnico específico, dentro de um determinado campo tecnológico e que sejam passíveis de aplicação industrial. Já a patente de modelo de utilidade é aquela que incorpora um aperfeiçoamento a um objeto já existente. Desta forma, tudo aquilo que venha representar uma invenção ou um modelo de utilidade e que atendam aos requisitos anteriormente descritos podem ser objeto de expectativa de as organizações trabalharem em uma realidade que não pode ser confrontada, unicamente, com soluções padronizadas (CADORI, 2013; SERPA, 2013; BRASIL, 1998; BRASIL, 1996).

Barbosa (1997) destaca que quando se dá uma patente o Estado confere o direito ao seu titular no que se refere à exploração de uma tecnologia. Ainda segundo Barbosa (1997), o texto constitucional, no que se refere a patente de invenção, assegura o privilégio temporário aos autores que criam inventos industriais, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento econômico do país.

A patente é um título de propriedade, concedido temporariamente pelo Estado ou por uma organização internacional, cuja finalidade é proteger um processo ou produto. Contudo, sua exclusividade é limitada, por prazo determinado, a vinte anos para o caso de invenção e a quinze anos no caso de modelo de utilidade. Esses prazos são improrrogáveis e após esse período a patente cai em domínio público e a invenção pode ser explorada por terceiros (CADORI 2013; SERPA 2013; BARBOSA, 2003, BARBOSA, 1997; BRASIL 1996).

No Brasil, o pedido de concessão de patente deve ser feito junto INPI, que é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Dado a entrada ao pedido de concessão, o INPI julgará sua validade com base nas disposições da Lei da Propriedade Industrial, nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Portanto é garantida à exclusividade da exploração de uma invenção ou de um modelo de utilidade à pessoa que obtiver a concessão de uma patente validada pelo INPI. Seguindo essa linha de raciocínio, o inventor ou criador terá direito à exclusividade de exploração, somente se for patenteada a invenção/criação. Todavia, na

medida em que o Estado concede a exclusividade, como uma forma de compensar o titular, impõe-lhe em troca a total divulgação da patente para o público (BRASIL, 1996).

Da mesma forma, o Desenho Industrial, de acordo com Serpa (2013), para ter garantida a sua exclusividade, faz-se necessário, também registrá-lo junto ao INPI, porém o Desenho Industrial (DI), assim como a Marca, não é patenteável, mas sim registrável. O prazo estabelecido pela LPI, para esses casos é de dez anos, a contar da data de concessão feita pelo INPI.

Cabe ressaltar que no caso de Patente, não há possibilidade de prorrogação, ao contrário, o registro do DI é passível de prorrogação. A mencionada Lei permite prorrogar o DI até três vezes, por cinco anos a cada vez. Ao cabo da terceira prorrogação, o bem cai em domínio público. Diferentemente, no caso da Marca, o pedido de prorrogação é ilimitado, sendo concedidos sempre por igual período, a cada dez anos.

A LPI, em seu artigo 95, destaca que o desenho industrial é a forma plástica ornamental de um objeto ou o conjunto ornamental de linhas e cores que venha a ser aplicado a um produto, resultando externamente em visual novo e original. Pode ser passível de reprodução em escala industrial (aplicação industrial). Pode ser constituído de características tridimensionais, como a forma ou a superfície do objeto, ou de características bidimensionais, como padrões, linhas ou cores. Os requisitos para a proteção do DI descritos na lei, são a novidade, a originalidade e a aplicação industrial (Brasil, 1996).

Ou seja, o DI preocupa-se com a estética, com a configuração externa. Caso traga alguma utilidade não é mais desenho e sim modelo de utilidade que é definido pela Lei como “o objeto de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo, que resulte em **melhoria funcional** no seu uso ou em sua fabricação.”

Cadori (2013) afirma que o DI, faz parte do ativo de uma empresa e podem aumentar vir a aumentar o seu capital. O desenho industrial protegido pode ser licenciado ou cedido a terceiros, como, por exemplo, por meio da concessão de licenças uma empresa pode entrar em mercados que, de outro modo, não seria capaz fazê-lo.

Marca, outro tipo de PI, conforme definido pelo artigo 122, da LPI é o sinal distintivo, visualmente perceptível, não compreendido nas proibições legais. (BRASIL, 1996).

É por meio da marca que se procura identificar um produto ou serviço, ou seja, a marca é o elemento de identificação e de distinção.

Assim como o DI, as marcas são registráveis e não patenteáveis e seu registro dá-se, também junto ao INPI. (SERPA, 2013).

Tal qual ocorre com a invenção, a marca também precisa atender requisitos definidos na lei. Estão descritas no quadro 2 as categorias de marcas, que são divididas segundo o uso e forma.

Quadro 2- Categorias de marcas segundo uso e forma:

<b>Segundo o Uso</b>	
<b>Produto ou Serviço</b>	Distingue um produto ou serviço de outro igual, semelhante ou afim, porém de origem diversa.
<b>Certificação</b>	Usada para atestar a conformidade de um produto ou serviço, com determinadas normas ou especificações técnicas quanto à qualidade, natureza, material utilizado e metodologia empregada. Como exemplo, segundo as normas da ISO ou INMETRO
<b>Coletiva</b>	Que identifica os produtos ou serviços que oriundos de membros de uma determinada associação, entidade ou instituição, que neste caso, geralmente disciplina uma série de critérios para o uso da marca coletiva e autoriza seus associados a utilizá-la dentro das condições estabelecidas.
<b>Segundo a Forma</b>	
<b>Nominativa</b>	São constituídas por uma ou mais palavras no sentido amplo do alfabeto romano, compreendendo, também os neologismos e as combinações de letras e/ou algarismos arábicos.
<b>Figurativa</b>	Desenho, imagem, figura ou qualquer forma estilizada de letra ou número.
<b>Mista</b>	Quando combinam elementos nominativos e elementos figurativos, ou podendo também ser elementos nominativos grafados de forma estilizada.
<b>Tridimensional</b>	É a forma plástica de produto ou embalagem, cuja forma tenha capacidade distintiva em si mesma e seja dissociada de qualquer efeito técnico. Neste caso a figura ou desenho é apresentada em três dimensões.

Fonte: Criado pelo Autor (2018).



No Brasil, diferentemente de alguns países, não é permitido o registro de sinal sonoro, tendo em vista que é considerado “marca” apenas o que é visualmente perceptível. Pode-se citar como exemplo o “Plim...plim” utilizado pela rede globo a cada intervalo de uma atração. Embora esse sinal sonoro nos remeta a referida empresa, não pode ser registrado como marca. Resumindo, no Brasil só se pode registrar como marca aquilo que se vê.

As marcas são categorizadas, segundo seu uso, em marcas de produto, serviço, coletivas e de certificação. Segundo a sua forma de apresentação em nominativa, figurativa, mista ou tridimensional.

Visto que a

[...] complexidade dos desafios exige soluções criativas e eficazes, que muitas vezes só serão alcançadas pela aquisição de novos conhecimentos, mudança cultural da empresa, novas estratégias de gestão dos bens intangíveis, ou mais precisamente, por parte daqueles que compõe a organização. (COPETTI e CADORI, 2008, p. 197).

Outra forma passível de proteção de PI é a Indicação geográfica, que se refere à proteção de produtos ou serviços que sejam oriundos de uma determinada área geográfica (país, cidade, região ou localidade de seu território) que tenha se tornado conhecida por possuir qualidade ou notoriedade relacionadas a sua forma de extração, produção ou fabricação e que sejam decorrentes dos fatores naturais e humanos relacionados com uma determinada origem. (Brasil, 1996).

A IG, no Brasil, é amparada, também, pela Lei nº 9.279/1996 e a Resolução INPI nº 75/2000 que regulamenta o registro da IG no Brasil. Além disso, existe o decreto nº 4.062, de 21 de dezembro de 2001, que protege, de forma *sui generis*, as expressões “Cachaçal” e “Brasil”, conferindo a estas o *status* de IG. (Brasil, 1996; INPI 2000; INPI, 1997).

Nas páginas da SINOVA (2018), IG se refere ao nome geográfico de país, cidade ou região ou localidade de seu território, constituindo-se como indicação geográfica:

- a) Indicação de procedência: nome geográfico conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de serviço;
- b) Denominação de origem: é o nome geográfico que designa produto ou serviço cujas qualidades ou características se devem

exclusa ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

Ainda segundo SINOVA (2018), o uso da indicação geográfica é restrito aos produtores e prestadores de serviços estabelecidos no local, exigindo-se, ainda, em relação às denominações de origem, o atendimento de requisitos de qualidade.

Lista-se, de acordo com INPI (2018), conforme segue, as indicações brasileiras que já forma concedidas pelo mesmo Instituto: Região do Cerrado Mineiro (café); Vale dos Vinhedos (vinho branco, tinto e espumante); Pampa Gaúcho Meridional (carne bovina e seus derivados); Paraty (aguardentes tipo cachaça e aguardente composta azulada); Vale Submédio do São Francisco (uvas de mesa e mangas) e Vale do Sinos (couro acabado).

Também considerada uma forma de proteção da Propriedade Industrial, o combate a concorrência desleal. Sendo considerada concorrência desleal o ato de quem divulga, explora ou se utiliza livremente, sem qualquer tipo de autorização, dos conhecimentos; das informações ou de dados sigilosos, de indústria, comércio ou de prestação de serviços, obtidos por meios ilícitos ou mediante fraude. É considerada, também, concorrência desleal, se utilizada de maneira ilícita, o acesso a informações obtidas por meio da relação contratual ou empregatícia, mesmo após o término acesso às informações, obtidas por meio contratual ou empregatícia, violando segredos de negócio (BRASIL, 1996).

No entanto, a divulgação, exploração ou utilização de conhecimentos, informações ou dados que sejam públicos ou evidentes para um técnico especializado no assunto, não é considerado crime contra a concorrência desleal.

O segredo industrial caracteriza-se por dados, informações e conhecimentos de natureza confidencial, tanto de pessoas físicas como jurídicas e que possua valor comercial por ser secreto (não ser de fácil acesso ou conhecido por pessoas que normalmente lidam com tais informações), e que os mesmos tenham sido objeto de precauções para mantê-los em segredo (como, por exemplo, acordos de confidencialidade) pelo proprietário da informação (OMPI, 2011).

SINOVA (2018) discorre que a proteção se dá a partir da Lei nº 10.603, de 17/12/2002, contra o uso comercial desleal de informações relativas aos resultados de testes ou outros dados não divulgados, apresentados às autoridades competentes como condição para aprovar ou manter o registro para a comercialização de produtos.

Comete crime de concorrência desleal quem:

- ✓ Publicar, por qualquer meio, falsa afirmação em detrimento de concorrente, com o fim de obter vantagem;
- ✓ Empregar meio fraudulento para desviar, em proveito próprio ou alheio, a clientela de seus concorrentes;
- ✓ Usar expressão ou sinal de propaganda alheio, ou imitá-los, de modo a criar confusão entre os produtos ou estabelecimentos;
- ✓ Vender, expor ou oferecer à venda, produto adulterado ou falsificado, ou dele se utilizar para negociar com produto da mesma espécie, embora não adulterado ou falsificado;
- ✓ Dar ou prometer dinheiro ou outra utilidade ao empregado do concorrente, para que este, faltando ao dever, conceda-lhe vantagem;
- ✓ Receber dinheiro ou outra utilidade, ou aceitar promessa de recompensa, para, faltando ao dever de empregado, proporcionar vantagem ao concorrente do empregador. Como, por exemplo, revelar segredo de negócio. (BRASIL, 1996).

A concorrência desleal é considerada uma conduta empresarial proibida, por comprometer a harmonia do mercado, além de colocar em risco o investimento em PDeI. A proteção do conhecimento pode ocorrer pelos DPI e seus respectivos títulos (patentes, registros, certificado), bem como pelo segredo industrial ou de negócio, confidencialidade e *know-how*.

O segredo industrial é frequentemente utilizado em áreas onde a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico são intensas, como na indústria das TICS, petroquímica, farmacêutica, de bebidas, alimentos e cosméticos. Porém, as empresas de produtos tradicionais também podem se valer do segredo industrial e do *know-how* para manter-se competitiva no mercado em que atuam. O *know-how* é considerado como um conjunto de conhecimentos técnicos e de outra natureza, que possibilita com que uma empresa se mantenha em vantagem, sob alguns aspectos, perante seus concorrentes. Esse conhecimento técnico transmitido com advertência de divulgação é tido como uma informação confidencial e será *know-how* desde que sua posse represente uma vantagem comercial (JUNGMANN; BONETTI, 2010).

### 2.2.3 Proteção Sui Generis

A Proteção *Sui Generis* se refere aqueles objetos que possuem peculiaridades, pois não se enquadram em uma área específica do direito da propriedade intelectual, ou seja, ora apresenta características do direito autoral, ora características do direito de propriedade industrial e ora apresenta características que se difere de ambos. Sendo assim, trata-se deles como uma proteção *Sui Generis*.

Os tipos de proteção *sui generis* que se encontrou na literatura e sob a forma da Lei são: Topografia de circuitos integrados; Cultivar; Patrimônio Genético; Conhecimentos Tradicionais e Informação não divulgada.

O circuito integrado é um produto em forma final ou intermediária, com elementos dos quais, pelo menos um, seja ativo e com algumas ou todas as interconexões integralmente formadas sobre uma peça de material ou em seu interior, cuja finalidade seja desempenhar uma função eletrônica (UFSC, 2010).

A topografia é um dispositivo microeletrônico capaz de desempenhar função eletrônica. Os componentes são formados em pastilhas de material semicondutor.

De acordo com o manual de Propriedade intelectual da UFSC, a topografia de circuito integrado significa:

[...] uma série de imagens relacionadas, construídas ou codificadas, sob qualquer meio ou forma, que represente a configuração tridimensional das camadas que compõem um circuito integrado. Cada imagem representa no todo, ou em parte, as camadas, a disposição geométrica ou arranjos da superfície do circuito integrado em qualquer estágio de sua concepção ou manufatura (UFSC, 2010, p.27).

A Topografia de Circuito Integrado é regulada, no Brasil, pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007. Essa proteção tem por objetivo oferecer maior segurança às indústrias brasileiras de semicondutores, às empresas de semicondutores que desejam instalar-se no Brasil, bem como criar mecanismos para impulsionar o desenvolvimento tecnológico mediante a proteção pelos DPI.

Para a proteção da topografia, exige-se que essa seja original, que seja resultado do esforço intelectual do seu criador ou criadores, e que

não seja comum ou vulgar para técnicos, especialistas ou fabricantes de circuitos integrados, no momento de sua criação.

Se registro é obrigatório e deve ser efetuado, também, junto ao INPI (INPI, 2018).

O termo cultivar, segundo Wilkinson e Catlli (2000, p.9), se refere a “uma variedade de plantas utilizadas na agricultura, ou seja, uma variedade cultivada. É, portanto uma variedade melhorada e mais homogênea – por força da seleção do homem – do que a variedade que lhe deu origem.”

A proteção de cultivares, no Brasil, é regulamentada pela Lei nº 9.456 de 25 de abril de 1997 Lei de Proteção de Cultivar (LPC), pelo Decreto nº 2.366 de 5 de novembro de 1997 e pelo Decreto nº 3.109 de 30 de junho de 1999, de conformidade com a LPI. Seu registro dá-se por meio do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC/MAPA), vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Para que a proteção de uma nova variedade de cultivar seja concedida pela LPC, faz-se necessário que a espécie seja distinta de outras cultivares conhecidas, homogênea e estável. Nessa forma de proteção é obrigatória a intervenção humana na alteração das características de uma planta para a obtenção de uma nova variedade da espécie, que não é encontrada no meio ambiente.

Segundo a LPC a nova variedade de vegetal será distinta quando a mesma se distinguir de outras cultivares já existentes; homogênea quando utiliza o plantio e apresentar variabilidade mínima com relação aos descritores que a identificam, e estável se nas gerações futuras esta mantiver a sua homogeneidade.

Estando essa nova variedade de vegetal de acordo com os requisitos exigidos, o obtentor receberá um certificado de proteção, sendo que este lhe dará direitos exclusivos. Casos outros queiram utilizar de sua obtenção, deverá ter autorização expressa e formalizada do obtentor, pois do contrário, agirá de forma ilegal.

O prazo de proteção de cultivares vigorará por quinze anos a partir da data de concessão do certificado provisório de proteção, exceto para videiras, árvores frutíferas, florestais e ornamentais que, neste caso o prazo será de dezoito anos (UFSC, 2010).

No que se refere ao Patrimônio Genético ou Tradicional, dados do MAPA (2018), apontam que o Brasil está entre os poucos países que reúne as principais características para ter um sistema de gestão de acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados que promova o desenvolvimento sustentável.

Nos apontamentos da página da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2018), o termo Conhecimento Tradicional Associado se refere a “qualquer informação ou prática individual ou coletiva de comunidade indígena ou de comunidade local, com valor real ou potencial, associada ao Patrimônio Genético” (UFRGS, 2018).

Montero (2018), afirma que o conhecimento tradicional foi evoluindo e que suas características atuais evoluem desde a segunda Guerra Mundial, quando surge a ideia de um “direito cultural”, que, pelo menos, até o final da década de 70 era compreendido como defesa dos bens artísticos considerados de valor universal. Partindo desta perspectiva, Arruti (2010), ressalta que ao longo desse período é possível evidenciar constituiu-se três diferentes concepções do “direito cultural”, quais sejam:

- a) Cultura como Patrimônio Cultural: recomenda a proteção de bens arqueológicos, paisagens e o controle da transferência de bens artísticos;
- b) Cultura como Patrimônio Mundial: templos, cidades e monumentos que merecem a proteção enquanto patrimônio da humanidade;
- c) Cultura como Patrimônio Imaterial: (culturas tradicionais): proteção aos valores e práticas sociais e culturais, religiosas e espirituais próprios de povos indígenas, tribais e demais povos da floresta.

A proteção de patrimônio genético e conhecimentos tradicionais, no Brasil, é regida pela Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 3.945 de 28 de setembro de 2001 e, posteriormente modificado pelo Decreto nº 4.946 de 31 de dezembro de 2003. Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e a transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, além de outras providências. Após a implementação citada MP o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, existente no País, passou a depender de autorização do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CADORI, 2013).

O último item referente à Proteção Sui Generis e ao Direito Autoral se refere à proteção da Informação não Divulgada. No Brasil, a proteção de informação não divulgada, é regulamentada pela Lei nº 10.603 de 17 de dezembro de 2002. Contudo, as informações técnicas

ou científicas eventualmente apresentadas por exigência das autoridades competentes pelo registro, com o objetivo a esclarecer processos ou métodos empregados na fabricação de produtos ou na obtenção das informações ou dados, e que constituírem segredo de indústria ou de negócio, serão mantidas confidenciais, podendo ser utilizadas internamente pelos órgãos de governo para fins de registro. De acordo com a referida Lei, “As informações protegidas serão aquelas cuja elaboração envolva esforço considerável e que tenham valor comercial enquanto não divulgadas” (BRASIL, 2002).

É contra o uso comercial desleal de informações relativas aos resultados de testes ou outros dados não divulgados, apresentados às autoridades competentes como condição para aprovar ou manter o registro para a comercialização de determinados produtos.

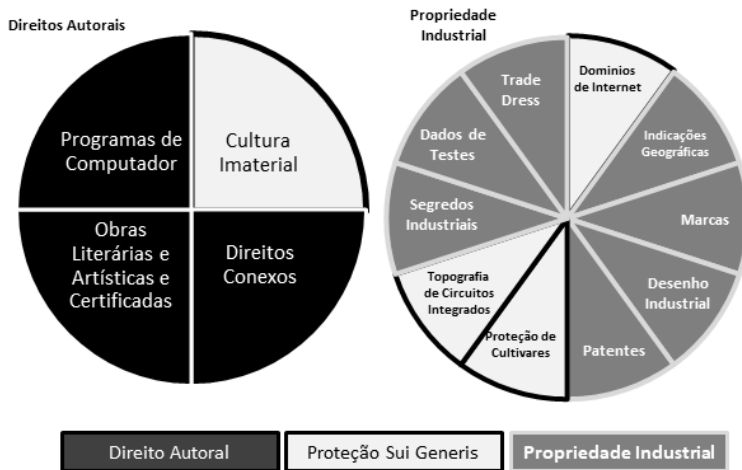
A Lei prevê licença compulsória das informações desde que, decorridos dois anos após a concessão do registro e o produto não tenha sido comercializado no Brasil.

Consideram-se não divulgadas as informações que, até a data da solicitação do registro do produto, não sejam facilmente acessíveis a pessoas que normalmente lidam com o tipo de informação em questão, seja como um todo, ou na configuração e montagens específicas de seus componentes e; que tenham sido objeto de precauções eficazes para manutenção da sua confidencialidade pela pessoa legalmente responsável por seu controle.

A proteção de informação não divulgada implica a não utilização por parte das autoridades competentes, dos resultados de testes ou outros dados a elas apresentados em favor de terceiros; bem como a não divulgação dos resultados de testes ou outros dados apresentados às autoridades competentes, exceto quando necessário para proteger o público.

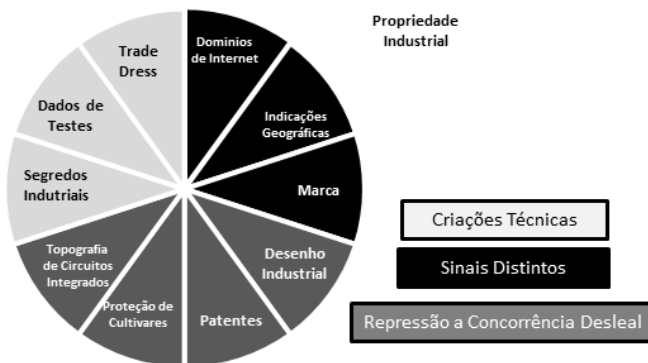
Nas figuras 3 e 4 observam-se de forma resumida as modalidades de proteção da Propriedade Intelectual no Brasil. Neles são apresentadas onde se enquadram as subdivisões do Direito Autoral, Propriedade Industrial e Proteção *Sui Generis*.

Figura 3- Classificação dos direitos de propriedade intelectual - A  
**Classificação dos Direitos de Propriedade Intelectual**



Fonte: Autor, adaptado de Mascarenhas (2008)

Figura 4- Classificação dos direitos de propriedade intelectual - B  
**Classificação dos Direitos de Propriedade Intelectual**



Fonte: Autor, adaptado de Mascarenhas (2008)

Na sequência, será apresentado o capítulo com os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa científica.



### 2.3 UNIVERSIDADES NO CONTEXTO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

No cenário globalizado apoiado por novas tecnologias, principalmente as de informação e comunicação e tendo o conhecimento como um aliado às habilidades, nações conseguem se diferenciar no mercado de trabalho, promovendo o crescimento em todos os seus segmentos, inclusive na educação de ensino superior. Essa alteração do cenário, de crescimento, exige que os gestores/administradores institucionais possuam conhecimentos, habilidades e atitudes pertinentes à sua função. Para tanto, faz-se necessário fortalecer e ou desenvolver capacidades de liderança, persistência, criatividade, conhecimento profissional, poder de decisão, sensibilidade, flexibilidade e iniciativa para poder aliar seu papel a uma visão participativa em consonância com a missão, com os objetivos e metas da instituição.

Segundo Bonfiglio, (2014) a educação superior no Brasil, no seu contexto histórico, influenciada pelo sistema europeu, atendia aos interesses da classe dominante. Em decorrência das mudanças, tanto no cenário nacional como internacional, na década de 90, principalmente com os avanços das tecnologias de informação e comunicação, surgiu a necessidade do alastramento do conhecimento e do saber cientificamente elaborado. A partir de então, teve seu grande avanço em 1998, crescendo aproximadamente 80% no que se refere a oferta de cursos de graduação e aumento de 700 mil novas vagas. Esta realidade vem exigindo das instituições, maior conhecimento e envolvimento quanto à gestão universitária.

Soares (2002) corrobora com Cunha (1989) ao destacar que a educação superior brasileira foi palco de grandes mudanças desde os séculos XVI, principalmente pelas intervenções oriundas da família real; da era Vargas; da Nova República até os dias de hoje. Tais mudanças acarretaram num aumento significativo do número de cursos e vagas exigindo uma postura gerencial diferenciada em no que diz respeito às práticas pedagógicas.

No Brasil, a primeira universidade oficial foi criada em 1920, no Rio de Janeiro, com cursos já existentes. No governo de Getúlio Vargas, em 1930, foi criado o Ministério da Saúde, e em 1931 o mesmo governo aprovou o Estatuto das Universidades Brasileiras que permaneceu em vigor até 1961, quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira Nº 4.024 reforçou o modelo tradicional de instituição de ensino superior vigente no país, buscando a modernização institucional.

Em 1968 o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 5540/68 – Reforma Universitária, criando os departamentos nas universidades, o sistema de créditos, o vestibular classificatório, os cursos de curta duração e o ciclo básico.

Em 1996 é aprovada a Lei Nº 9.394/96 que, Lei da Educação Superior, que em seus artigos, prevê variados graus de abrangência ou especializações nos estabelecimentos de ensino público e privado. Introduziu o processo regulador e sistemático de avaliações dos cursos, condicionando seu credenciamento a partir da mensuração das avaliações. Além disso, obstante a essa Lei, fixaram-se outras regras ao ensino superior, como por exemplo: frequência obrigatória de alunos e professores nos cursos, obrigatoriedade de oferta de cursos noturnos nas instituições públicas; período de 200 dias, exigências de pós-graduação para o professor, prioritariamente mestrado e doutorado. Houve alteração, também, nos cursos de pós-graduação *scriptu sensu* pois foi unido à pesquisa aos cursos, criando um sistema de orientação das dissertações e teses, que fortaleceu o crescimento da produção científica nas diversas áreas de conhecimentos e saberes.

Neste contexto de grandes alterações da Educação Superior no Brasil, a partir de 1998, desponta no cenário nacional, por mais uma iniciativa, a inserção de cursos superiores a Distância. Esta modalidade de ensino impulsiona as Instituições de Ensino Superior (IES) a ofertar maior número de cursos, somando-se entre duas modalidades – presencial e a distância – um crescimento acerca de 80% (oitenta), de certa forma, impondo que as instituições invistam na qualificação de suas equipes, e modernizem sua forma de gestão.

Neste cenário de grande fonte de conhecimento qualificado que a universidade pode cumprir o papel de campo da Inovação. Segundo Cadore (2013, p. 82):

[...] A criação e a aplicação do conhecimento são o núcleo da existência de uma organização. A relevância de variados conhecimentos difere entre as organizações e muda com o passar do tempo. Todavia, a crescente importância do conhecimento nas organizações tem também suas implicações para a gestão em organizações do conhecimento. É necessário ainda, assegurar que o conhecimento certo esteja em primeiro plano, e então, melhore o poder de inovação da organização e de seus trabalhadores do conhecimento.

Para Gasparetto (2006), as organizações do conhecimento são aquelas que se configuram como organizações que aprendem. Que criam um ambiente em que aprender se torna um valor cultural. Um lugar onde aprender se torna sinônimo de trabalhar e cuja estrutura se torna um organismo vivo com processos, que apesar de independentes são integrados. Um ambiente cuja capacidade de interação, intervenção e adaptação constantes, gera a capacidade de cocriar o futuro da organização e do próprio mercado.

O campo organizacional da inovação é muito vasto e compreende inúmeros domínios gerais, tais como: reformulação de formas de organizar o trabalho e a gestão do tempo do mesmo; investir em formação contínua dos colaboradores, em ações que visem à responsabilidade social; em práticas de recursos humanos e segurança, bem como em higiene e saúde no trabalho (MARTINS, 2013).

Mesmo o processo gerador da tecnologia inicia-se com a capacidade intelectual das pessoas e atinge o seu ápice na idealização de critérios técnicos, mediante à utilização e aplicação da sua capacidade intelectual, na busca de soluções para problemas que a natureza e a sociedade apresentam à sociedade (ASSAFIM, 2005).

O Manual de Inovação – MBC (2008, p.11) menciona que a inovação tecnológica é proveniente do resultado da “[...] aplicação de conhecimentos obtidos por meio da pesquisa científica aplicada a produtos ou processos de produção, com novas funcionalidades e efetivos ganhos de qualidade ou produtividade, resultando em maior competitividade.”

Poucos são os locais que reúnem estes aspectos referentes a geração e amplificação do conhecimento. As Universidades nesta área possuem grande valia para a sociedade, pois possui estudiosos com habilidades distintas nas mais diversas áreas do conhecimento. Há estudiosos em todos os campos da ciência, cujas pesquisas colaboram para o desenvolvimento da humanidade. No Brasil é nas universidades que estão presentes a maioria dos pesquisadores que são os detentores do conhecimento e técnicas necessárias à inovação e ao progresso da nação.

## 2.4 AVALIAÇÃO DE NÚCLEOS DE INOVAÇÃO – MODELO PRONIT

A publicação em 2004 da Lei da Inovação (Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004) estimulou a participação das ICTs, ao estabelecer medidas de incentivo a inovação e à pesquisa científica e tecnológica

com vistas a capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do País.

Esta lei possibilitou que as ICTs tivessem outras formas de acesso a recursos e parcerias em PeD que não fossem o Governo Federal, possibilitando a assinatura de contratos e convênios com outros órgãos e junto a iniciativa privada.

Em meio à evolução do incentivo a inovação, o Ministério da Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2008) publicou a Chamada Pública MCT/FINEP/AT-PRO-INOVA-01/2008. Este edital se destinou a Seleção de propostas para o poio ao Programa Nacional de Sensibilização e Mobilização para a Inovação – PRO-INOVA, que em sua linha temática 2 previa a implantação e estruturação de arranjos estaduais e regionais de Núcleos de Inovação Tecnológica – NIT.

Entre as exigências da chamada, estavam a participação de no mínimo 6 (seis) núcleos de instituições distintas.

Esta chamada acabou se tornando um marco que mudou a relação e funcionamento dos NITs em nosso estado (SC) mudando o cenário em pesquisa e inovação dentro das ICTs públicas e privadas.

Para concorrer a esta chamada no estado de Santa Catarina, foi realizada uma parceria entre a UFSC, o Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina (IEL/SC) e a Fundação de Amparo à Pesquisa Universitária do Estado (FAPESC) para a elaboração de um projeto cujo objetivo resultaria no arranjo catarinense de núcleos de inovação tecnológica (TRZECIAK; VAILATI; CORAL 2012)

O projeto desta parceria foi um dos 4 selecionados na Linha 2, com valor aprovado de R\$ 1.001.734,00 (um milhão e um mil, setecentos e trinta e quatro reais) destinado a criação e estruturação do arranjo. (colocar as fontes)

Para a execução do projeto foram convidadas as universidades e centro de pesquisa do estado de Santa Catarina, tanto públicas como privadas para propor e discutir ações que resultassem na sua concretização.

É neste momento que se inicia a estruturação do projeto de implantação e estruturação do arranjo catarinense de núcleos de inovação tecnológica - o PRONIT.

No decorrer do projeto que durou cerca de 3 anos, houve o envolvimento de mais de 60 pesquisadores e gestores das 18 instituições coexecutoras e de 11 empresas do estado de Santa Catarina e definiu-se então o IEL/SC como o gerenciador do projeto. As instituições participantes foram:

1. ACATE - Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia;
2. EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves;
3. EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
4. Fundação CERTI - Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras;
5. FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau;
6. IEL/SC - Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina;
7. IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina;
8. Instituto Stela;
9. SENAI/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Santa Catarina;
10. SOCIESC – Sociedade Educacional de Santa Catarina;
11. UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina;
12. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina;
13. UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense
14. UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina;
15. UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí;
16. UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville;
17. UNOCHAPECÓ - Universidade Comunitária da Região de Chapecó;
18. UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina.

Como se observa, as principais ICTs públicas e privadas do estado de Santa Catarina se uniram para a criação do arranjo e possibilitando o fortalecimento do NIT de cada uma das instituições e uma maior integração entre elas.

Desenvolvido sob a ótica do modelo de efetividade de transferência de tecnologia, considerando as diversas funções que um NIT desempenha e com base construída através da inter-relação de vários setores que serviram de referência ao modelo.

O projeto teve como escopo 7 ações, descritas no Quadro 3:

Quadro 3- Escopos do projeto PRONIT

<b>Escopos do Projeto PRONIT</b>		
1	<b>Implementação do Arranjo</b>	Com a adesão das 18 instituições, organizou o cadastro e planejamento da rede. Definiu também o plano de trabalho.
2	<b>Plano de Capacitação</b>	Para capacitar o corpo técnico dos NITs e de empresas participantes no gerenciamento de todo o processo de inovação tecnológica.
3	<b>Modelo de estruturação</b>	Desenvolver um modelo de referência para estruturação e gestão dos NITs, que servisse de base para capacitar os técnicos das ICTs em relação ao funcionamento do NIT de forma a maximizar a interação com as empresas e viabilizar os projetos em parceria e a transferência de tecnologia
4	<b>Mapeamento de Competências</b>	Mapear as competências das instituições participantes através do levantamento de suas potencialidades com a finalidade de divulgação ao setor produtivo e a outras ICTs
5	<b>Aplicativo para NITs</b>	Desenvolver um aplicativo de gestão de NIT que se transformasse na ferramenta de Tecnologia da Informação que daria suporte às ações e interações dos NITs, possibilitando a gestão do fluxo de processos e de sistematização da forma de atuação dos mesmos
6	<b>Valoração de Tecnologias</b>	Desenvolver de um modelo de valoração de tecnologias seus projetos de inovação tecnológica, mapeamento dos riscos de investimento e das opções gerenciais, possibilitando o gerenciamento da carteira de projetos de PeD
7	<b>Implementar núcleos em empresas</b>	Implementar núcleos de gestão da inovação nas empresas, quando então selecionaram 11 empresas do estado para participar do projeto e objetivando prepará-las para interagir com as ICTs, fechando assim o ciclo de interação entre a oferta e a demanda de tecnologia

Fonte: Adaptado pelo Autor (TRZECIAK; VAILATI; CORAL, 2012).

O produto desta união e esforço de cerca de 3 anos de trabalho, resultou na implementação do Arranjo Catarinense de Núcleos de Inovação Tecnológica – o PRONIT.

Esta união resultou na elaboração de 08 (oito) catálogos com o nome e os contatos de competências tecnológicas (pesquisadores e pesquisadoras) das ICTs de Santa Catarina, que objetivam apresentar

um método para mapear competências a partir de termos de busca no Portal Inovação.

Os catálogos são destinados aos setores de Agropecuária, Alimentos, Cerâmica, Metal Mecânico, Plástico, Saúde, Têxtil e Tecnologia de Informação e Comunicação.

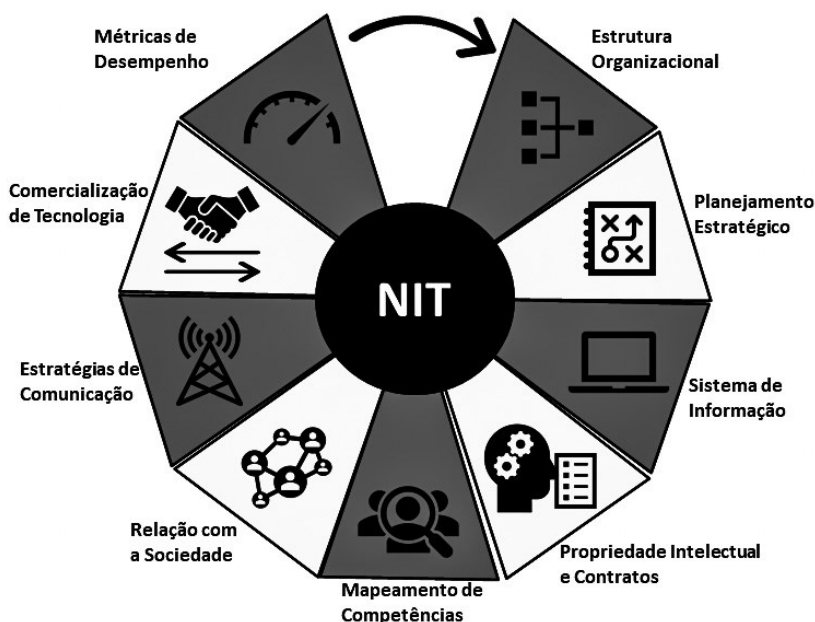
Resulta do arranjo também o Modelo PRONIT de Estruturação e Gestão de Núcleo de Inovação Tecnológica, servindo como um guia para NITs em fase de implantação ou já estruturados.

O modelo aborda o gerenciamento de um NIT de forma sistêmica, na sua complexidade de detalhes, e apresenta sugestões de como lidar com cada característica inerente na gestão de um NIT.

O Modelo PRONIT de Estruturação e Gestão de NITs é baseado em nove categorias a seguir relacionadas, para estruturação e gestão de um NIT, mostradas na Figura 5:

Figura 5- Configuração do modelo PRONIT de estruturação de NITs

#### Modelo Pronit de Estruturação e Gestão de NIT



Fonte: Adaptado pelo Autor (TRZECIAK; VAILATI; CORAL, 2012).

No Quadro 4 mostrado a seguir, estão descritas todas as categorias do modelo PRONIT de avaliação de NITs:

Quadro 4- Categorias do modelo PRONIT.

<b>Categorias</b>		<b>Descrição</b>
1	<b>Estrutura Organizacional</b>	Foca na formalização do NIT, sua estruturação com recursos humanos e físicos e no grau de autonomia do setor, tanto de gestão como financeira.
2	<b>Planejamento Estratégico</b>	Trata do planejamento do NIT, sua missão, seus propósitos, linhas de ação. Constituída por seis macrotemas: diretrizes organizacionais, análise SWOT, metas, estratégias, implementação e Feedback e controle.
3	<b>Sistema de Informação</b>	Consiste no mapeamento de fluxos de processos e segurança das informações e em seu sistema informatizado.
4	<b>Propriedade Intelectual e Contratos</b>	Aborda a gestão da PI e dos contratos, proteção da PI de produtos processos e serviços, de acordo com o marco regulatório da inovação no Brasil e em Santa Catarina.
5	<b>Mapeamento de Competências</b>	Mapeamento das competências necessárias para realizar a ponte de ligação entre instituição e empresa, ao conhecer a demanda e oferta de tecnologia e conhecimento e poder facilitar a ligação entre ambos.
6	Relação com a Sociedade	Aborda a relação e interação entre a sociedade e o NIT da instituição. Envolve quatro temas: prospecção, relacionamento, negociação e prestação de serviços.
7	<b>Estratégias de Comunicação</b>	Realiza levantamento sobre a forma de interação do NIT com seus públicos.
8	<b>Comercialização de Tecnologias</b>	Analisa a coleta e guarda das informações pertinentes a tecnologia que podem ser desenvolvidas, sua valoração e negociação.
9	<b>Métricas de Desempenho</b>	Verifica se há indicadores de desempenho para as categorias do modelo.

Fonte: Adaptado pelo Autor (TRZECIAK; VAILATI; CORAL, 2012).



A criação destas categorias e seus desmembramentos foram desenvolvidos após uma compilação da bibliografia existente e entrevistas realizadas com gestores de NIT do projeto Pronit e de alguns NITs considerados referência no Brasil.

Para cada uma das categorias, o modelo apresenta uma planilha para que resuma todas as atividades necessárias para validar sua implementação. A planilha possui 3 colunas: o que fazer, como fazer e pontuação.

Como exemplo é apresentado na Tabela 1 a planilha de pontuação da Motivação Interna, referente categoria de Sistema de Informação que foi uma das categorias analisadas.

Tabela 1- PRONIT – Sistema de Informação – Administração do Aplicativo

SISTEMA DE INFORMAÇÃO		
Administração do Aplicativo		
O que fazer	Como fazer	Pontuação
Controlar os atendimentos	Avaliar os registros, o tempo de resposta e o desfecho dos atendimentos	X
Cadastrar usuários	Efetuar e aprovar cadastro de novos usuários no sistema	X
Hierarquia de acesso	Definir hierarquia de acesso e permissões para novos usuários de acordo com o perfil do usuário	X
Segurança das informações	Autorizar publicações de acordo com permissões dos usuários	X
	Visualizar os usuários cadastrados no sistema, de acordo com o perfil, data e hora de autenticação	X
Soma dos Pontos (SM)		5X
Nota da Atividade (NA)=SMx100/15		X%

Fonte: Trzeciak; Vailati; Coral (2012).

O modelo prevê que em cada atividade seja inserida uma pontuação de acordo com o andamento da mesma. Esta pontuação varia de 0 a 3 de acordo com o demonstrado na tabela 2:

Tabela 2- Referência para pontuação Modelo – PRONIT

<b>Referência para Pontuação</b>	
Estágio da Atividade	Valor
Não Iniciada	0
Iniciada, em espera	1
Em andamento	2
Concluída	3

Fonte: Trzeciak; Vailati; Coral (2012)

Ao concluir o preenchimento das planilhas referentes a cada etapa, chega-se a nota final da Categoria. A Tabela 3 apresenta a composição da nota final da Categoria Estrutura Organizacional.

Tabela 3- Cálculo Nota Final da Categoria – Modelo PRONIT.

<b>Soma das notas da etapa Sistema de Informação</b>	
Atividade	Nota
Motivação interna	X
Formalização do NIT	X
Configuração do NIT	X
Soma de Todas as Notas (SN)	3X
<b>Nota final da categoria Estrutura Organizacional</b>	
<b>Estrutura Organizacional = SC / 3</b>	<b>X%</b>

Fonte: Trzeciak; Vailati; Coral (2012)

Após realizar o cálculo do percentual de implementação de cada categoria, calcula-se o percentual de implementação do Modelo PPRONI como um todo, conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4- Nota Final Modelo PRONIT.

<b>Nota final de todas as etapas do Modelo de Gestão</b>	
<b>Etapa</b>	<b>Percentual de Desempenho</b>
Estrutura Organizacional	%
Planejamento Estratégico	%
Sistema de Informação	%
Gestão da Propriedade Intelectual e Contratos	%
Mapeamento de Competências	%
Relação com a Sociedade	%
Comercialização de Tecnologias	%
Métricas de Desempenho	%

Fonte: Trzeciak; Vailati; Coral (2012)

Ao final, é feita uma compilação de todas as categorias, proporcionando medir o percentual de implementação total do NIT na instituição. O Modelo PRONIT sugere desenvolver um gráfico do tipo radar para auxiliar na visualização do grau de implantação do NIT, possibilitando verificar onde planejar as ações a serem tomadas.

No âmbito da UFSC, o PRONIT consta como projeto em andamento nos relatórios do então DIT da UFSC em 2010 e 2011. A implantação do Aplicativo de Gestão DIT/PRONIT está entre os projetos desenvolvidos em 2011 e 2012, todos disponíveis na página da SINOVA.



### 3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Neste tópico apresentam os procedimentos metodológicos que norteiam as ações para atingir os objetivos desta dissertação. Esses procedimentos formam o delineamento da pesquisa.

De acordo com Demon (1985), a metodologia é uma preocupação instrumental, cuida das ferramentas e dos caminhos a serem seguidos em um trabalho acadêmico/científico, e envolve, inicialmente, os elementos da pesquisa.

Lakatos e Marconi (2007, p. 157) destacam que a pesquisa é “um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para se descobrir resultados parciais.”

Gil (2008, p. 26) assume uma visão mais pragmática ao definir que a pesquisa “é um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico.” Com relação ao objetivo o autor afirma que; “O objetivo fundamental da pesquisa é de descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” (GIL, 2008, p. 26).

Ou seja, pesquisar significa buscar conhecimentos balizados por procedimentos que permitam a confiabilidade dos resultados.

#### 3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Para este estudo, devido a sua natureza aplicada, trabalhou-se com geração de dados e procedimentos dentro de uma abordagem qualitativa.

Merriam (1998) destaca que a pesquisa qualitativa aborda algumas características, tais como: envolve a compreensão de um evento em seu ambiente natural; trabalho e campo e resulta em um produto descritivo.

Em outras palavras, a pesquisa científica precisa deixar claro qual o seu posicionamento frente ao seu desenvolvimento teórico e, portanto neste caso se caracteriza como pesquisa descritiva e exploratória, pelo fato de utilizar-se de técnicas padronizadas de coleta dados: levantamento de dados e informações e análise documental.

Como enquadramento, esta pesquisa se caracteriza também como estudo de caso, tendo como local a Divisão de Propriedade Intelectual da Secretaria de Inovação da UFSC – SINOVA, criada pela Portaria Nº 970/2016/GR, de 11 de maio de 2016,

### 3.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE

Para atender aos objetivos, a metodologia foi desenvolvida a partir de fases:

Na primeira realizou-se uma análise diagnóstica da realidade do local da SINOVA com a realização de busca documental referentes a dados sobre sua estrutura, posição no organograma institucional, setores, funções e serviços prestados.

Esta pesquisa foi realizada nas páginas da SINOVA e em outros setores da UFSC, em seus relatórios de gestão, manuais e guias de procedimentos. Outro procedimento realizado foi o estudo dos sistemas utilizados para atendimento e tramitação de processos, sendo parte destes disponíveis a todos os setores da instituição.

O que se pretendeu neste momento, foi compreender sua estrutura organizacional. Nesta fase foi priorizada a coleta de documentos e informações que caracterizem a gestão da PI da UFSC pela secretaria tendo por propósito conhecer os tipos de PI que a SINOVA presta assistência à comunidade universitária e também como funcionam os fluxos processuais para registros e acompanhamento de PI por parte da secretaria.

A segunda fase foi a aplicação do modelo PRONIT de estruturação e gestão de núcleos de inovação tecnológica utilizado pela SINOVA, sendo preenchidas as devidas tabelas de avaliação a estruturação da Gestão de NIT.

Desta forma, foram realizadas buscas documentais, que validassem as afirmações contidas nas planilhas de acordo com que a categoria prevê. Por se tratar o presente estudo da Gestão da Propriedade Intelectual na SINOVA, o autor optou por realizar a análise documental que possibilitem a mensuração das categorias do Modelo PRONIT de Sistema de Informação e Propriedade Intelectual e Contratos. Para estas categorias, foram identificados os documentos que possibilitem considerar válida sua implementação. As demais planilhas adaptadas, embora não façam parte do presente estudo, estão apensadas ao final do trabalho.

A terceira fase foi a análise e discussão dos resultados obtidos após o preenchimento das tabelas. Nesta fase também são apresentadas sugestões do autor para melhor publicitação dos dados da secretaria.

### 3.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Dentro da pesquisa documental, foram identificadas as referências com relação às categorias Sistema de Informação e Propriedade Intelectual e Contratos.

As informações e documentos foram coletados nos sites do Departamento de Planejamento e Gestão da Informação - DPGI/UFSC, no site da SINOVA, no site do Tramita Fácil da UFSC, no portal do Sistema de Atendimento Integrado da SINOVA, no sistema de processos da UFSC – SPA e por contato direto, seja este por e-mail, telefone ou conversa informal. Cabe ressaltar que o Orientador deste trabalho, na época de seu início, ocupava o cargo de gestor da secretaria o que permitiu ao autor, observar certos aspectos que serão contemplados nas categorias de análise.

Quadro 5- Categorias de marcas segundo uso e forma:

<b>Sistema de Informação</b>					
<b>Localização dos dados / Etapas</b>	<b>Site SINOVA</b>	<b>Sistema Integrado</b>	<b>DPGI</b>	<b>Tramita Fácil</b>	<b>Direto</b>
Administração do Aplicativo	X	X			X
Comunicação		X			X
Biblioteca	X				X
Atendimentos	X	X		X	
<b>Gestão da Propriedade Intelectual e Contratos</b>					
<b>Localização dos dados / Etapas</b>	<b>Site SINOVA</b>	<b>Sistema Integrado</b>	<b>DPGI</b>	<b>Tramita Fácil</b>	<b>Direto</b>
<b>Gestão da PI</b>	X	X		X	X
<b>Projetos</b>	X	X	X	X	
<b>Gestão de Negócios</b>	X	X		X	
<b>Processos Jurídicos</b>	X	X		X	

Fonte: Criado pelo Autor.

O Quadro 5 apresenta os locais onde foram encontrados os documentos e referências para o autor auferir as notas de cada item e subitem das categorias analisadas.

Como as tabelas originais do modelo foram desenvolvidas para a implementação de um NIT, adaptou-se a tabela e seu texto para um modelo de análise de um NIT existente, mantendo o objetivo do texto original. Portanto na etapa de análise e determinação da nota aplicada para cada atividade, optou-se por:

- a) Suprimir a coluna denominada **O que fazer**;
- b) A coluna denominada **Como fazer** foi renomeada para **O que verificar** e os textos das duas colunas do modelo original foram mesclados em uma coluna para melhor compreensão e
- c) Adicionar símbolos que propiciem auxiliar na identificação da categoria.

As tabelas completas foram pensadas ao final deste trabalho.

No próximo capítulo, apresenta-se o caso SINOV/UFSC, com a descrição do setor, seus sistemas, bem como os dados coletados e sua análise.



## 4 O CASO SINOVA/UFSC

Este capítulo destina-se a apresentação dos dados coletados referentes a atual realidade da SINOVA, sua análise e a discussão dos resultados encontrados. No decorrer deste capítulo, será apresentada sua atual estrutura administrativa, e as tecnologias de informação utilizadas no labor e gestão do setor. Será também apontado onde se localiza a PI dentro desta estrutura e apresentados os fluxos internos para o registro da PI relativa a UFSC e ao final, são apresentadas as sugestões do autor.

A SINOVA/UFSC está faz parte da estrutura administrativa da Universidade Federal de Santa Catarina estando localizada no Campus Reitor João David Ferreira Lima, no bairro Trindade, próximo ao centro da capital de Santa Catarina, Florianópolis.

Dentro da estrutura organizacional da UFSC, a Secretaria de Inovação encontra-se diretamente subordinada ao Gabinete do Reitor, possuindo a mesma importância administrativa que uma Pró-Reitoria. Sua estrutura interna está publicada no site do Departamento de Planejamento e Gestão da Informação onde se subdivide em três setores: Departamento de Inovação, Serviço de Comunicação e Divisão de Propriedade Intelectual.

Ao visualizar seu organograma interno, observa-se que a secretaria é a responsável pela gestão da propriedade intelectual no âmbito da UFSC, conforme demonstrado na Figura 5, a seguir.

Figura 6- Organograma SINOVA



Fonte: <<http://dpgi.seplan.ufsc.br/>>.

A UFSC criadora da SINOVA teve sua data de criação em 18 de dezembro de 1960, a partir da Lei nº 3.849. Batizada inicialmente com o nome de Universidade de Santa Catarina. O primeiro Reitor, Professor João David Ferreira Lima, tomou posse em 25 de outubro de 1961. As atividades tiveram seu início com, com 847 alunos e 49 docentes

provindos de sete faculdades isoladas, conforme segue: Faculdade de Direito, fundada em 1932; de Ciências Econômicas, em 1943, de Farmácia e Odontologia, 1946; de Filosofia, em 1951; de Serviço Social, em 1958; de Medicina em 1959; e de Engenharia Industrial (modalidades de Química, Mecânica e Metalurgia) em 1960. Esta última, criada junto com a Lei que criou a universidade (HARGER, 2011).

As principais transformações que influenciaram a Universidade Federal de Santa Catarina foram: a Lei nº 11.892/2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), separação do Colégio Agrícola de Camboriú (CAC) e do Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira (CASCAGO), de Araquari e a criação de três novos Campi: Araranguá, Curitiba e Joinville (HARGER, 2011).

Dá-se destaque, neste estudo ao Departamento de Ciências da Administração e seus cursos de Graduação em Administração e o Mestrado Profissionalizante em Administração Universitária, onde o presente pesquisador realiza seus estudos.

O Curso Superior de Administração e Finanças tem sua criação anterior à própria UFSC, criado pelo Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, como Curso Técnico tendo somente em 16 de maio de 1944 obtido seu reconhecimento, de acordo com o Decreto nº 15.581/44. A antiga Faculdade de Ciências Econômicas de Santa Catarina, reconhecida pelo Decreto nº 37.994, de 28 de setembro de 1955, teve sua origem no referido Curso Superior de Administração e Finanças. Em 1º de dezembro de 1965, a Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas aprovou o relatório final de criação do Curso de Administração de Empresas e de Administração Pública. O Departamento de Administração e Finanças da antiga Faculdade de Ciências Econômicas, após a Reforma Universitária, passou a ser denominado Departamento de Ciências da Administração. Em 10 de abril de 1975, de acordo com o Decreto nº 75.590, o Curso de Administração da UFSC foi reconhecido pelo MEC. A criação deste curso foi uma resposta ao reclame da economia catarinense que, no início dos anos 60, clamava por mais administradores para conduzirem os seus destinos. Atualmente, o Departamento de Ciências da Administração oferta cursos de Capacitação, Aperfeiçoamento, Graduação e Especialização, tanto na modalidade presencial quanto a distância; Mestrado Profissionalizante em Gestão Universitária, Mestrado Acadêmico em Administração e Doutorado Acadêmico em Administração. (PORTAL CAD/UFSC, 2018).

Destaca-se, também, o Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária – PPGAU, da Universidade Federal de Santa Catarina. O PPGAU iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010, com o oferecimento do Curso de Mestrado Profissional em Administração Universitária. Reconhecido pela Portaria N° 1045, de 18/08/10, DOU de 19/08/10, sec. 1, p 10. O Curso, que tem sua área de concentração em Gestão Universitária, está suportado por duas linhas de pesquisa: Universidade e Sociedade e Gestão Acadêmica e Administrativa, linha de pesquisa a qual se insere o presente estudo.

Atualmente a UFSC está presente em cinco cidades: Florianópolis, Araranguá, Blumenau, Curitiba e Joinville, todas no estado de Santa Catarina. Na cidade de Florianópolis a universidade possui dois campi, um no bairro Trindade e outro no bairro Itacorubi. Vinculados à reitoria estão 15 centros de ensino com 45.180 alunos matriculados em 2015, inclusive alunos da Educação Básica, Graduação e Pós-Graduação, com destaque ao Mestrado Profissional com 381 alunos matriculados. As orientações aqui apresentadas são baseadas em um conjunto de normas elaboradas pela ABNT, as quais estão disponíveis para consulta na Biblioteca Universitária da UFSC (BU/UFSC).

Quanto aos objetivos da universidade, cabe destacar que a UFSC tem por missão:

[...] produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida (UFSC, 2016).

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, com duração de quatro anos, expressa que a UFSC deve afirmar-se como:

[...] um centro de excelência acadêmica, no cenário regional, nacional e internacional, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida, com base nos seguintes valores: Acadêmica e de Qualidade, Ousada, Culta, Atuante, Internacionalizada, Livre, Autônoma, Democrática e Plural, Bem Administrada e

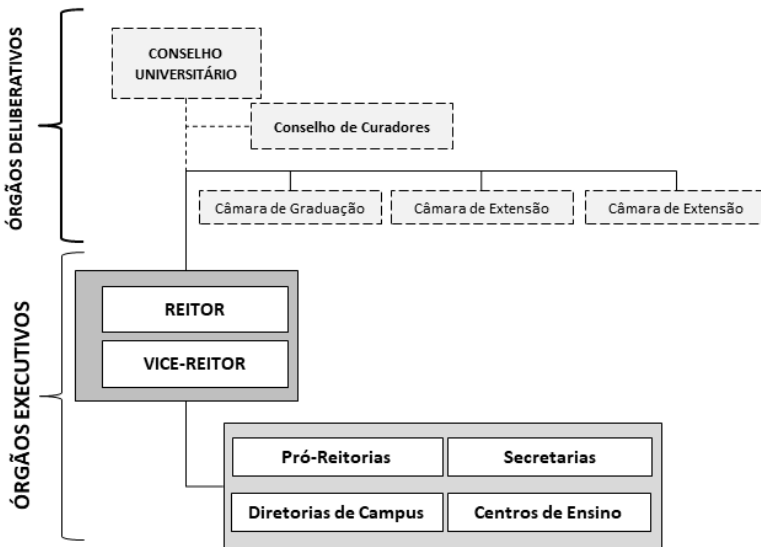
Planejada, Saudável, Responsável (HARGER, 2011, p. 105).

Sua estrutura principal é desmembrada em 2 (duas) subestruturas sem vínculo hierárquico e com funções distintas. A figura 1 apresenta os principais órgãos de cada uma destas estruturas.

Apesar de o organograma dar a entender que os órgãos executivos estão subordinados ao Conselho Universitário, isto não ocorre. O mais correto na visão do autor, seria colocá-los lado a lado, uma vez que possuem ligação indireta, sem subordinação.

A Figura 7 nos apresenta o Organograma desta estrutura.

Figura 7- Organograma da estrutura organizacional da UFSC



Fonte: <<http://www.dpgi.seplan.ufsc.br/organograma-ufsc-estrutura-geral/>>

Com os avanços na área do saber, da educação superior, bem como dos avanços tecnológicos, impondo mudanças que estimulem o processo criativo e a inovação nos ambientes interno e externo, a administração da UFSC, no ano de 2016, sob a gestão do Prof. Luiz Carlos Cancellier de Olivo, foi criada a SINOVA.

Revisando a história do NIT da UFSC a universidade criou o seu Núcleo de Inovação Tecnológica no ano de 1981 (Portaria nº

276/GR/1981) para ser um elo nas interações universidade-governo no que se refere a Propriedade Intelectual.

A SINOVA fora anteriormente pensada e estruturada para ser uma Agência de Inovação estava vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ) da UFSC. Teve sua origem oficial datada de 21 de março de 2016 com a publicação da Portaria 541/2016/GR, pela então reitora da UFSC, Profa. Roselane Neckel, que extinguiu o Departamento de Inovação (DIT) e criou a Agência de Inovação Tecnológica da Pró-Reitoria de Extensão.

Os princípios institucionais da secretaria estão bem definidos e divulgados, podendo ser visualizados tanto no ambiente de trabalho, quanto na sua página na internet.

No quadro 6 estão apresentados a missão, visão, princípios e objetivos da Secretaria de Inovação da UFSC.

Ao se ler estas informações, já se tem uma percepção inicial do que é, o que faz que objetivos a SINOVA pretende atingir e no que pretende se tornar.

Quadro 6- Institucional SINOVA

INSTITUCIONAL SINOVA	
<b>Missão</b>	Promover a inovação e o empreendedorismo, por meio de parcerias e interações com diferentes atores, criando condições para que o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, produzido na Universidade, possa ser revertido em prol da sociedade.
<b>Visão</b>	Acreditamos que a inovação aberta é o caminho para se criar novas oportunidades e propor soluções para os grandes desafios da sociedade.
<b>Princípios</b>	Nossos princípios são: Legalidade, Impessoalidade, Eficiência, Moralidade e Transparência.
<b>Objetivos</b>	Promover a Inovação aberta e a cultura do empreendedorismo.
	Criar sinergia com diferentes segmentos da sociedade e setor produtivo.
	Identificar e criar oportunidades para projetos cooperados.
	Exercer a gestão da Incubadora de EBT e do Parque CeT da UFSC a ser implantados.
	Atuar de forma integrada e transversal com as ações de ensino, pesquisa e extensão da UFSC.
Gerenciar questões relativas a propriedade e a gestão dos direitos sobre a criação e propriedade intelectual.	

Fonte: Secretaria de Inovação - SINOVA (2018).

Com a posse do Prof. Luiz Carlos Cancellier de Olivo como Reitor da UFSC, a Agência foi elevada ao grau de Secretaria, através da Portaria Nº 970/2016/GR de 11 de maio de 2016 que em seu Art. 9º cria a Secretaria de Inovação.

Foi quando os então gestores da SINOVA modificaram sua estrutura administrativa e atualizaram o organograma do setor.

Atualmente (2018), conforme descrito em seu site, a SINOVA está constituída por uma equipe de 08 (oito) servidores, sendo 01 (um) Professor e 07 (sete) Técnicos em Educação de Ensino Superior (TAES).

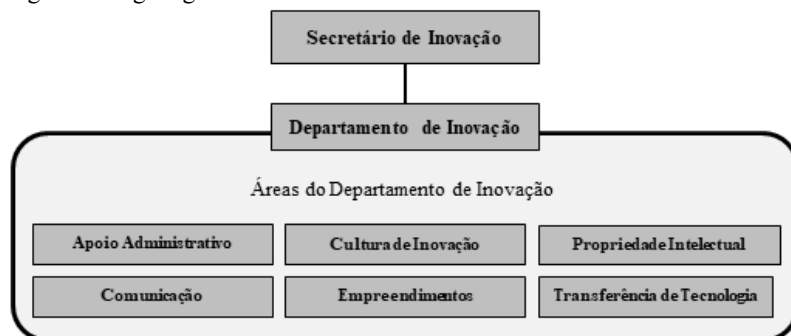
Os TAES estão lotados em um único departamento que se subdivide em seis áreas:

- ✓ Apoio Administrativo,
- ✓ Comunicação,
- ✓ Cultura de Inovação,
- ✓ Empreendimentos,
- ✓ Propriedade Intelectual e
- ✓ Transferência de Tecnologia.

O atual organograma não está publicado no site da UFSC ou da SINOVA, podendo ser consultado apenas *in loco* na própria secretaria.

Na figura 8, vemos a atual estrutura da Secretaria, divulgada em seu mural interno.

Figura 8- Organograma interno SINOVA em dezembro de 2018



Fonte: Secretaria de Inovação – SINOVA (2018)

Após a realização do levantamento de dados, percebe-se que a estrutura atual diverge da demonstrada na figura 6 e constata-se que decorre da ampliação da antiga estrutura. Onde antes havia três setores

subordinados diretamente ao Secretário de Inovação, hoje há seis setores subordinados ao Departamento de Inovação que por sua vez está subordinado ao Secretário.

Os principais objetivos da Secretaria de Inovação da UFSC são proteger as criações intelectuais decorrentes das pesquisas acadêmicas, principalmente por meio de depósitos de patentes e buscar sua transferência para o setor produtor de bens e serviços.

Ou seja, a principal função da secretaria está ligada diretamente à Propriedade Intelectual, observando ainda que agrega diversas competências necessárias à proteção e licenciamento das pesquisas e tecnologias

Para que isto se realize, com segurança de informações e garantir o sigilo dos processos, todos os seus colaboradores da SINOVA tiveram que assinar um Termo de Sigilo para então poderem trabalhar no local.

A SINOVA presta serviço assessoria aos diversos setores da UFSC com relação a proteção da Propriedade Intelectual. Entre eles estão a prestação de informações acerca dos tipos de PI e suas formas de proteção; acesso a legislação nacional e interna que aborde PI; esclarecimentos de dúvidas sobre patenteabilidade do invento de acordo com a legislação vigente; orientações quanto aos trâmites necessários para registro da PI, incluindo a busca de anterioridade.

A Portaria Nº 225/2017/GR de 28 de setembro de 2017, ampliou as atribuições da Secretaria, delegando a SINOVA maior autonomia ao poder praticar vários atos administrativos em nome da UFSC junto as instituições nacionais e do exterior, responsáveis pelo registro de direitos autorais.

No rol de procedimentos estão: a solicitação de registro de PI, firmar contratos, acordos, convênios e termos de compromisso, que envolvam direitos de propriedade intelectual e não envolvam repasses financeiros.

A SINOVA possui maior conotação no registro de Patentes, Marcas e Programas de Computador.

Se a invenção a ser registrada for resultante de um projeto e/ou pesquisa da UFSC, este registro será realizado por intermédio da SINOVA, neste caso a secretaria realiza o registro das invenções em âmbito nacional junto ao INPI, bem como se responsabiliza pela manutenção dos depósitos realizados junto ao mesmo órgão para depósitos feitos no Brasil e também em outras organizações responsáveis por tratar da propriedade intelectual para depósitos feitos em outros países (PCT).

Os demais gastos jurídicos e atividades-padrão da SINOVA para realização das ações do projeto em questão, também tem seu custo arcado pela instituição.

Além disto, a SINOVA disponibiliza aos usuários um Guia de Propriedade Intelectual e um Manual de Procedimentos para a Solicitação de PI no âmbito da UFSC, onde há todas as informações relevantes e os passos a serem seguidos pelo solicitante, incluindo as rotinas e ações que devem ser realizadas por ele e pela secretaria no decorrer do processo. Para os casos que não envolvam registro junto ao INPI a secretaria oferece suporte administrativo, técnico e jurídico para o registro da PI junto ao órgão competente.

Afora os serviços e informações relacionados à PI, a SINOVA funciona como uma rede de contato entre os diversos departamentos e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento dentro da UFSC e representa a instituição em feiras, eventos, congressos e fóruns estaduais e nacionais relacionados a Inovação e Propriedade Intelectual, ampliando a divulgação dos saberes da instituição junto a outras organizações públicas e privadas criando junto a ela uma rede de contatos dentro e fora da universidade.

Em complemento a isto, a SINOVA procura fomentar a entrada de empresas nesta rede, com o intuito de estabelecer uma conexão entre o mundo acadêmico e o mercado.

Outros serviços prestados pela Secretaria são a execução e divulgação de eventos e notícias ligados às áreas de Inovação, Empreendedorismo e Propriedade Intelectual.

Dentre o material de divulgação permanente, a SINOVA possui uma página onde consta um compêndio que reúne as principais informações a respeito dos principais programas e medidas Governamentais que visam à inovação.

Além disto, a Secretaria realiza a divulgação das disciplinas de Empreendedorismo oferecidas nos cursos de graduação e pós-graduação da UFSC e também realiza com apoio institucional, feiras de inventores para divulgação de invenções que foram criadas na UFSC ou por inventores independentes.

Para assessorar a Secretaria de Inovação em suas atividades, foi criado o Comitê de Inovação da UFSC, através da portaria, 2806/2016/GR que tem entre suas competências:

- ✓ Auxiliar no processo decisório das atividades inerentes à política de inovação, empreendedorismo, transferência de tecnologia e proteção de propriedade intelectual;



- ✓ Manifestar-se quanto às políticas institucionais inerentes à política de inovação, empreendedorismo, transferência de tecnologia e proteção da propriedade intelectual da universidade;
- ✓ Auxiliar na avaliação dos processos que envolvem licenciamento de tecnologia da instituição e também nos processos que envolvem questões a cultivares e ao direito autoral;
- ✓ Opinar na avaliação da patenteabilidade ou não do resultado de uma pesquisa, sobre as atividades de incubação e do Parque Científico e Tecnológico da Universidade.

Fazem parte do Comitê de Inovação, 17 (dezessete) membros nomeados pelo Reitor ou indicados por entidades externas.

Os membros internos são o Secretário de Inovação da UFSC como Presidente, o Diretor de Inovação como vice-Presidente. Os outros membros vinculados a UFSC são o presidente do Conselho de Curadores, os pró-reitores de Pesquisa e o de Extensão, 05 (cinco) servidores docentes, 02 (dois) TAES, 01 (um) representante da PF junto a UFSC.

Como membros externos a universidade, 01(um) representante do SEBRAE, 01(um) representante da OAB, 01(um) representante da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) e 01(um) representante do INPI.

O comitê gestor se reúne mensalmente, o que possibilita aos gestores da secretaria, uma visão ampla das necessidades e fazeres da universidade.

A última portaria normativa publicada referente a SINOVA foi a Portaria Nº. 2225/2017/GR que amplia as funções e a autonomia do setor.

Estas informações básicas inicialmente apresentadas sobre a SINOVA completam as que foram apresentadas na fundamentação teórica e deixam claro o papel da secretaria como responsável pela gestão da Propriedade Intelectual no âmbito da UFSC, dado que a PI possui setor próprio para sua gestão e está entre os objetivos principais da secretaria.

#### 4.1 DADOS COLETADOS E ANÁLISE

Para apresentar os serviços prestados, a SINOVA possui um site com todas as informações as suas atividades, incluindo manuais, legislação e acesso ao sistema de atendimento integrado do setor.

O site da SINOVA<sup>1</sup> possui domínio UFSC e foi desenvolvido de acordo com os padrões da instituição e constitui-se como o principal de acesso a todo o material disponível para a pesquisa e registro da Propriedade Intelectual no âmbito da UFSC.

Seu conteúdo abrange informações institucionais, contados, descrição dos tipos de PI, guias, vídeos e tutoriais de orientação interna e de órgãos externos como INPI para a busca de anterioridade e registro de marcas e patentes.

O material de apoio para consulta é amplo, abrangendo todos os tipos de PI e não só os registrados pela Secretaria. Para estes casos, apesar de não realizar o registro, o órgão fornece a orientação e suporte necessários ao usuário para que realize a pesquisa e/ou registro da PI.

Ele se divide em quatro partes, sendo que, na parte superior, segue o padrão da Universidade Federal de Santa Catarina, a esquerda, apresenta um menu de acesso as informações necessárias ao funcionamento e expediente da secretaria.

Na parte central da página há um ícone permanente de acesso ao atendimento integrado e logo abaixo o portal de notícias da secretaria, onde ocorre a divulgação de informativos, ações e eventos referentes a inovação, propriedade intelectual e gestão da secretaria.

O menu a direita oferece acesso a versão em inglês da página, acesso aos canais de informação da secretaria no Facebook e YouTube e um ícone para acesso ao sistema interno de Acompanhamento de Solicitações. Abaixo deste menu estão as informações de contato e horário de funcionamento da SINOVA.

Na forma em que está estruturada, a página possui várias ramificações, e para quem não tem familiaridade com o tema Propriedade Intelectual exige uma leitura mais completa dos tópicos para conseguir encontrar o que procura.

A Figura 9 apresenta a página inicial da secretaria, conforme acesso em dezembro de 2018.

---

<sup>1</sup> Site SINOVA: <http://www.sinova.ufsc.br>.

Figura 9- Site SINOVA – página inicial

The image shows the homepage of the SINOVA website. At the top, there is a dark navigation bar with links for 'BRASIL', 'Acesso à Informação', 'Participar', 'Serviços', 'Login', and 'Contato'. Below this is a search bar and social media icons. The main content area features the SINOVA logo on the left, a navigation menu with categories like 'Home', 'A Secretária', 'Comitê de Inovação', 'Propriedade Intelectual - UFSC', 'Empreendedorismo', 'Programas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação', 'Legislação', 'Biblioteca', 'Links Importantes', 'Feira do Inventor', and 'Perguntas Frequentes'. The central section is titled 'Secretaria de Inovação da UFSC' and includes a date 'Publicado em 28/09/2017 às 17:50' and a 'SINOVA Atualização Integrada' graphic with the text 'acesse aqui'. Below this is a 'Notícias XXX' section with a placeholder image labeled 'Foto XXX' and several lines of placeholder text represented by 'X's. On the right, there is a sidebar with an 'English version' link, social media links for Facebook ('Página no Facebook'), YouTube ('Canal no YouTube'), and RSS ('Assessores em RSS'), and a 'CONTATOS' section providing the address and contact details of the UFSC Secretariat of Innovation.

Fonte: <http://www.sinova.ufsc.br>, acesso em dezembro de 2018.

Após leitura do site completo, se percebe que a área de maior destaque dentro da SINOVA é a área destinada a Propriedade Intelectual (PI). Essa constatação se deve ao fato de que a maioria das informações contidas no site se refere aos tipos de PI, seus processos de consulta e de registro.

Na parte de Proteção Intelectual do site, são encontrados os formulários para cadastramento das solicitações de registro, patente e programas de computador, em formulários específicos para cada tipo. Nele também se disponibilizam dados estatísticos sobre PI na UFSC, e relação de Parques Científicos e Tecnológicos (PCT's) dentro da UFSC.

Observa-se que conforme o andamento do trâmite do registro, a SINOVA possui documentos padronizados para o registro de informações sobre a invenção, outro para o resultado da pesquisa nas bases de dados.

Como base de apoio e pesquisa, a SINOVA disponibiliza em seu site, os relatórios de gestão dos períodos de 2004-2008 e 2010 a 2015,

acesso aos manuais internos e formulários padrões para o registro de Propriedade Industrial.

Além disto, contém informações sobre os Programas de PDI da UFSC, números estatísticos da Secretaria e um local contendo respostas as perguntas mais frequentes formuladas ao setor.

Para pesquisas a nível nacional e internacional, a SINOVA dispõe de acesso direto a manuais sobre propriedade intelectual com acesso os links dos órgãos governamentais e internacionais pertinentes a cada tipo de PI.

Na parte referente a legislação, estão disponíveis para consulta, as leis e regulamentos e normas pertinentes a PI nos âmbitos Federal e interno da UFSC, incluindo um local dedicado aos Programas Nacionais de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Este destinado a apresentar um compêndio com vários programas nacionais, contendo:

- ✓ Agência Nacional de Energia Elétrica;
- ✓ Inovarauto;
- ✓ Lei da Informática;
- ✓ Lei do Bem;
- ✓ Agência Nacional do Petróleo e
- ✓ IBAMA – Acesso ao Patrimônio Genético.

Ao clicar no nome do programa, o usuário é direcionado a uma subpágina da SINOVA, onde estão as seguintes informações: Apresentação, Tipo de Investimento, Benefícios (no caso de Voluntários), Beneficiários, Margem, Valor Gasto Obrigatoriamente com Universidades, Propriedade Intelectual e links úteis sobre o programa.

O acesso ao IBAMA é uma exceção, neste caso, o usuário tem acesso a informações, cartilhas, formulários e orientações ao pesquisador para obter acesso à amostra de componente de patrimônio genético para fins de pesquisa.

Nos formulários já estão-preenchidos os dados pertinentes a UFSC, sendo que o Anexo IV (Formulário Autorização Especial) está com os dados do representante legal da instituição desatualizado.

Como informações complementares ao usuário, a secretaria possui uma página destinada aos eventos realizados pela SINOVA, com uma subdivisão de acesso a certificados e outra referente às edições da “Feira do Inventor” já realizadas.

Para a gestão das demandas de informações, solicitações, e pedidos a SINOVA utiliza um sistema de Atendimento Integrado. O

acesso ao sistema pode ser realizado pela página inicial da Secretaria através de 03 (três) ícones distintos.

Um em destaque ao centro para o registro, um ao final do menu a esquerda para acompanhamento processual e outro com mesmo destino em menu a direita.

Todos os atendimentos da secretaria são registrados no sistema integrado, inclusive para pedido de informações. Com base na experiência própria do autor, os servidores lá lotados, solicitam ao usuário que cadastre a solicitação no sistema e quando não é possível, eles próprios o fazem, com e-mail informado pelo usuário.

A seguir, apresentamos na figura 10 um *Print Screen* da página de encaminhamento das solicitações:

Figura 10- Página de encaminhamento de solicitações

**Encaminhe sua  
Solicitação**

A SINOVA, Secretaria de Inovação da UFSC, buscando ampliar seu atendimento e dar maior celeridade aos procedimentos sob sua responsabilidade implantou este atendimento integrado. Encaminhe suas solicitações por meio do formulário abaixo e receba um código identificador para acompanhá-las posteriormente.

Seu nome (obrigatório)

Seu e-mail (obrigatório)

Seu telefone

Assunto

Sua mensagem

Anexo  
 Nenhum arquivo selecionado

Código de Segurança  
**U 4 D 4**

Fonte: SINOVA (2018).

Desta forma o trâmite interno segue de acordo com os responsáveis pela demanda, possibilitando aos gestores auditoria em tempo real de tudo o que ocorre na Secretaria.

Acessando através desta página, o usuário pode realizar junto a secretaria os seguintes trâmites:

- a) Agendamento de Reunião,
- b) Análise de Processos (SPA),
- c) Dúvidas sobre Patentes e sobre Outros Registros,
- d) Registro de Patente, Marca e Programas de Computador.

Ao final da página há links contendo acesso rápido ao conteúdo por tipo de demanda.

O outro ponto de acesso e solicitação para a SINOVA se dá através do ícone denominado “Acompanhe sua Solicitação”, localizado na parte superior direita da página inicial.

A figura 11 apresenta um print com a página inicial deste sistema.

Figura 11- Página inicial do sistema de atendimento integrado da SINOVA.



Fonte: [http://sinova2.ufsc.br/os/index.php?lang=pt\\_BR](http://sinova2.ufsc.br/os/index.php?lang=pt_BR), acesso em março de 2018.

Nele observa-se que o sistema ainda está em desenvolvimento e disponível para acesso aos menus, parte deles no vernáculo português e parte no vernáculo inglês, o que pode dificultar o acesso por pessoas que não possuem conhecimento mínimo do vernáculo inglês.

Os dois primeiros ícones do menu superior, referentes ao suporte (*Support Center Home*) e a base de conhecimento (*knowledgebase*)

ainda estão em desenvolvimento, não estando operacionais e acessíveis até o momento da realização desta pesquisa

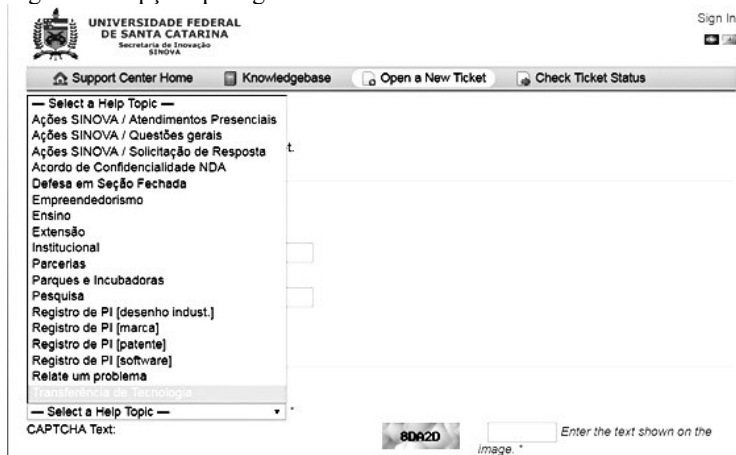
Nesta mesma tela, é possível realizar o mesmo procedimento de registro que é feito na página inicial da secretaria. Porém o ícone do sistema integrado referente a abertura de novos tickets (Open a New Ticket) dá acesso a uma gama de opções com vários itens a mais.

Este sistema apesar de não estar finalizado, propicia ao usuário a visualização completa de todo o trâmite interno referente a sua solicitação, estando nele incluso todos os despachos e procedimentos adotados internamente na secretaria.

Uma vantagem a este sistema é a eliminação da necessidade de contato com o órgão para a atualização quanto a demanda, pois é expressa de forma clara e transparente ao usuário, com registro de dia, hora e setor onde se realizou cada procedimento, o que transmite segurança ao usuário quanto a celeridade do processo. É dentro deste sistema que a SINOVA realiza seus trâmites internos referentes a PI da UFSC

Na figura 12 apresentada a seguir está, está o print com o rol de solicitações que podem ser feitas na página inicial do sistema integrado de atendimento da SINOVA.

Figura 12- Opções para gerar novos tickets no sistema da SINOVA



Fonte: <http://sinova2.ufsc.br/os/open.php>, acesso em fevereiro, 2019.

Entende-se que isto representa uma evolução no aprimoramento do sistema de ticket, porém necessita da realização de sincronia de com

a página de solicitação acessível pelo ícone ao centro da página inicial e representada pela figura 10.

Conforme se conhece o sistema utilizado pela SINOVA para atendimento integrado e no conteúdo disponibilizado no site, fica claro a existência de ferramentas que dão amparo as notas aplicadas em cada uma das divisões.

Todos os atendimentos da secretaria são registrados no sistema integrado, inclusive para pedido de informações. Com base na experiência própria do autor, os servidores lá lotados, solicitam que o usuário cadastre a solicitação no sistema e quando não é possível, eles cadastram o pedido, com e-mail informado pelo usuário.

O usuário também só tem acesso limitado, podendo visualizar as suas demandas, podendo a equipe da secretaria visualizar outras.

Figura 13 Acompanhamento *status* de *ticket* no sistema da SINOVA.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Tecnologia SINOVA

Support Center Home Knowledgebase Open a New Ticket View Ticket Thread

Solicitação XXXXX/2018 #ENS XXXX

Basic Ticket Information		User Information	
Ticket Status:	Pendencia Interna	Name:	Xxxxxx Xxxxxxx
Department:	Interno	Email:	xxxxxxxxxx@xxx.xx
Create Date:	28/11/2018 12:09	Phone:	

Xxxxxx Xxxxxxx posted 28/11/2018 12:09

Despacho: Solicito que seja deferida a autorização ;

PartesdoProcesso.pdf 5.2 kb

Created by Yyyyyy Yyyyyy 28/11/2018 12:09

Zzzzzz posted 29/11/2018 07:59

Prezado Xxxxxx Xxxxxxx  
Em virtude do programa de compliance ;

At

SINOVAUFSC

Zzzzzz changed the status to Aguardando Retorno Externo 04/12/2018 11:15

Fonte: <http://sinova2.ufsc.br/>, acesso em dezembro 2018.

Ao visualizar a figura 13 se percebe que os registros são passíveis de monitoramento em tempo real, com data, hora e minuto. Se pode verificar todos os setores em que passou e cada ação realizada.

Na parte de Administração do Aplicativo, ao realizar uma solicitação junto a SINOVA, como foi o caso da solicitação de



informações para este estudo. Quando alguém no setor realizava uma atualização de dados ou encaminhamento, o sistema enviava um aviso.

Desta forma o trâmite interno segue de acordo com os responsáveis pela demanda, possibilitando aos gestores auditoria em tempo real de tudo o que ocorre na Secretaria.

Para cada ação realizada, muda o status da solicitação. O solicitante recebe mensagem automática com a atualização do status no sistema quando ele precisa prestar algum esclarecimento e só pode responder ao que lhe foi solicitado, não podendo dar outro encaminhamento que não seja o determinado pelo sistema.

Na parte de comunicação o próprio sistema já permite envio de comunicação aos usuários e troca de mensagens.

Ao estarem todas as comunicações, dentro do sistema próprio, facilita o cruzamento de dados eliminando o uso de e-mail para muitas demandas. O mesmo sistema também é utilizado para marcação de reuniões com a equipe da secretaria, possibilitando ao gestor, visualizar a agenda de toda a equipe.

Para que isto ocorra de forma organizada e bem direcionada internamente, os gestores da secretaria definiram fluxos de trabalhos para cada tipo de demanda.

Ao serem observados estes fluxos fica claro que os dados referentes às demandas internas estão registrados em seus sistemas, não sendo realizados atos e informações sem que haja o respectivo registro.

Para os registros de Marcas e Programas de Computador, é utilizado o mesmo fluxo processual, com 2 atores atuantes no processo: SOLICITANTE e SINOVA.

Já no processo de registro de Patentes, demonstra-se mais longo e complexo que o de anterior envolvendo 4 atores no processo: SOLICITANTE, SINOVA, EMPRESA TERCEIRIZADA e INPI. A Empresa Terceirizada é uma empresa contratada especialista em trâmites de PI, que realiza neste caso, a parte de análise de anterioridade e a escrita de patente para registro.

Desta forma a SINOVA possui o processo de trâmite do registro de Propriedade Industrial claramente definido, com suas etapas e trâmites pertinentes delineados e pré-determinados, ficando claro o papel pertinente a cada ator no decorrer do processo.

A seguir nas figuras 14 e 15 como exemplo, apresentam-se os fluxos para registro de Marcas e Programas de Computador:

Figura 14- Fluxo processo de registro de Marcas e Programas de Computador. (Continua)

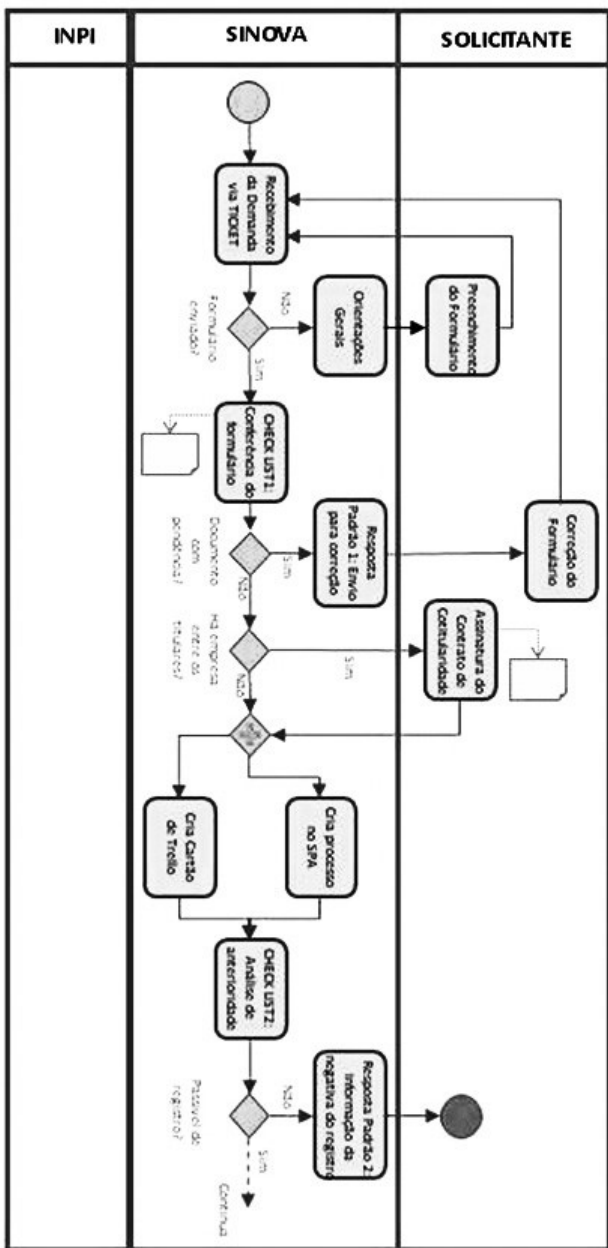
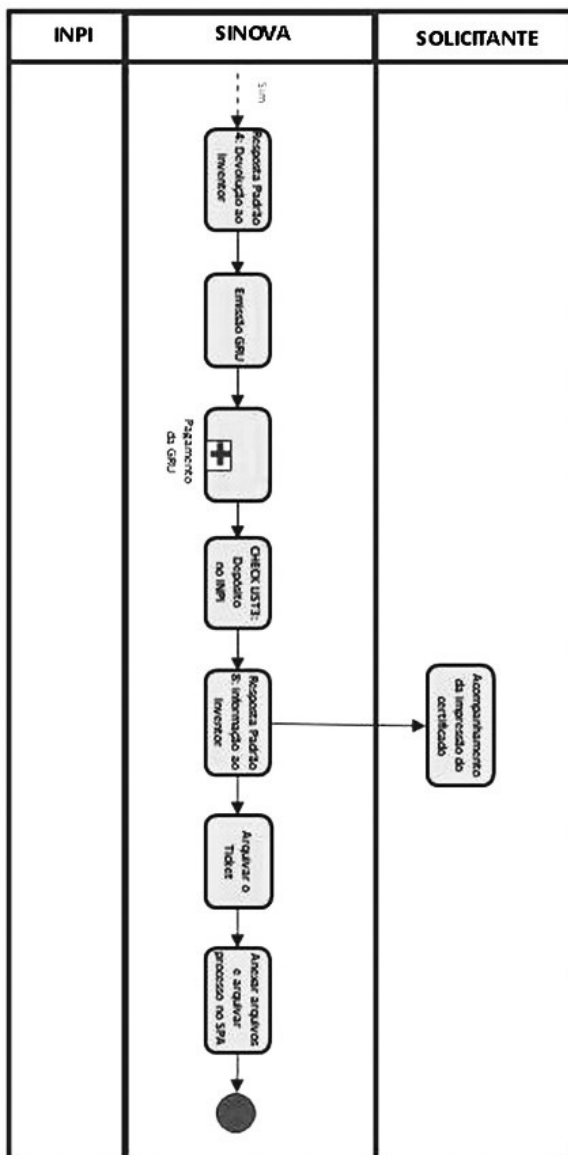


Figura 14- Fluxo processo de registro de Marcas e Programas de Computador  
(Conclusão)



Fonte: SINOVA, 2018.

Figura 15- Fluxo do processo para registro de patentes

(Continua)

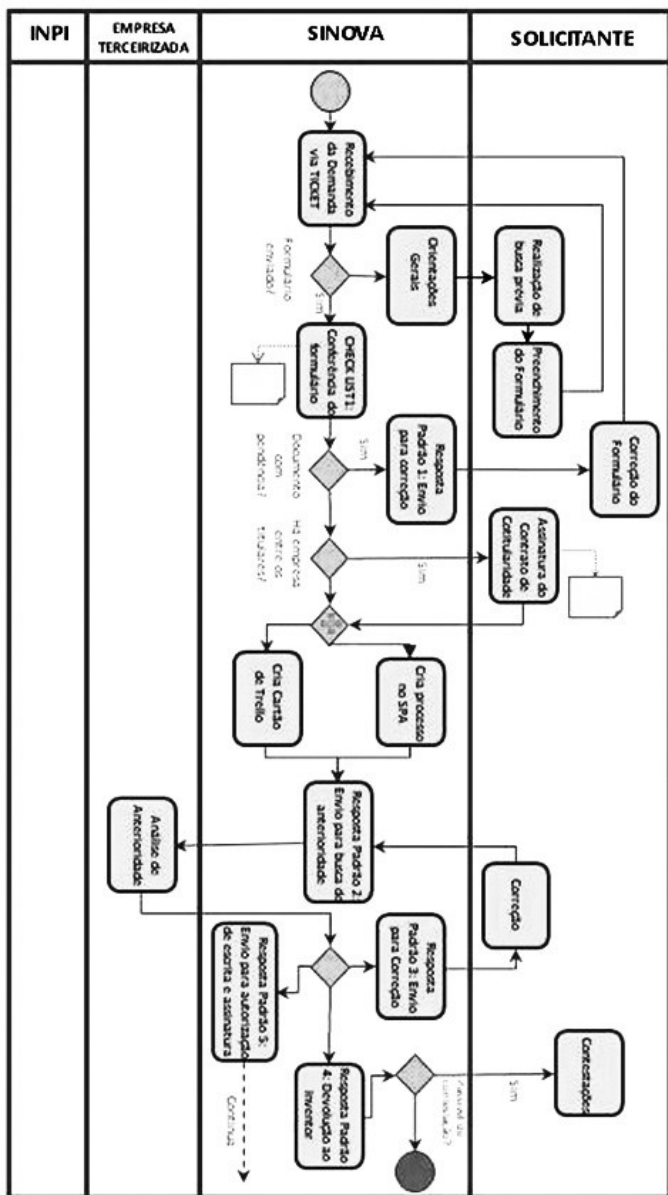


Figura 15: Processo para registro de Patentes.

(Continuação)

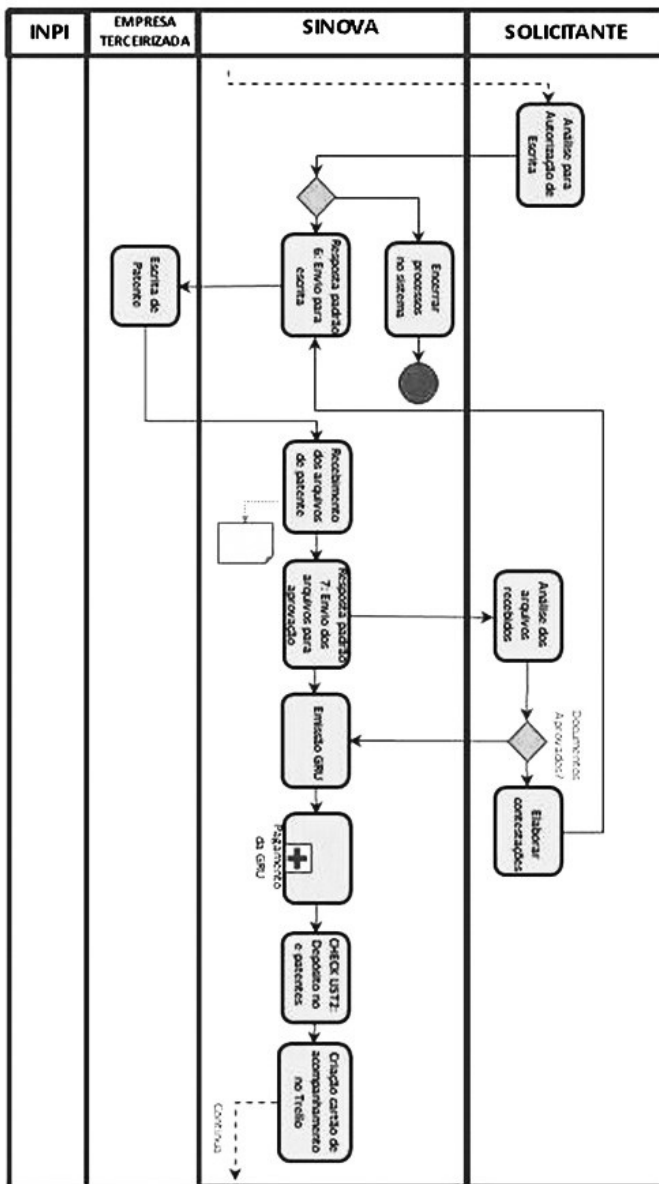
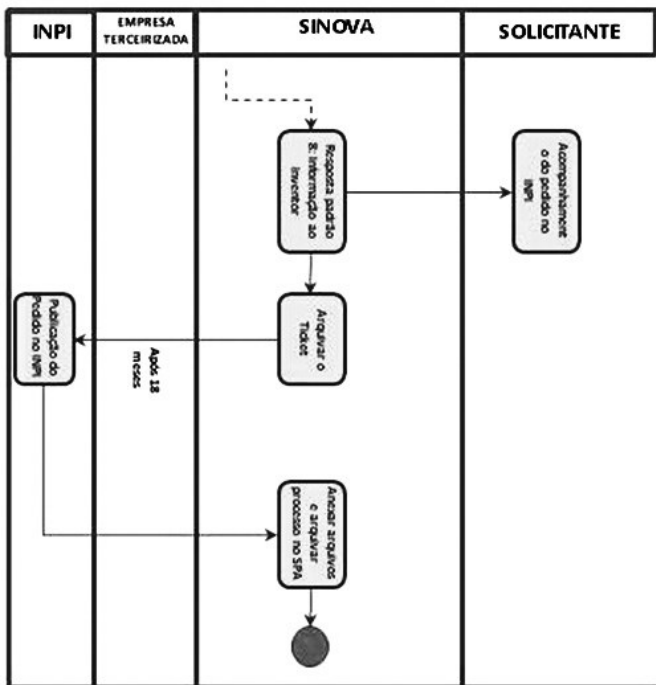


Figura 15: Processo para registro de Patentes.

(Conclusão)



Fonte: SINOVA, 2018.

Ao visualizar os fluxos fica claro ao leitor o funcionamento o processo, sem deixar quanto o seu funcionamento.

Estes fluxos ainda não estão disponíveis aos usuários, sendo o acesso por meio de solicitação digital realizada no sistema de atendimento integrado. Ao solicitar os documentos via sistema, uma vez aprovado, um servidor da Secretaria envia um e-mail com o arquivo desejado, realizando também o registro do envio no sistema de atendimento integrado.

Além do Sistema Integrado de Atendimento, a SINOVA conta com outros 2 (dois) sistemas institucionais:

O Sistema de Gestão de Processos da UFSC (SPA) é o sistema administrativo pelo qual são registrados e tramitam todos os processos e solicitações dentro da instituição.

A SINOVA utiliza este sistema para tramitar seus processos para outros setores e acompanhar os trâmites pelos quais passar. Ao consultar

no sistema, o gestor saberá por onde o processo já passou, e os despachos e destinos relacionados.

Um dos exemplos relacionados ao SPA é o Tramita Fácil da UFSC, que consiste em uma força de trabalho institucional empenhada em racionalizar e dar celeridade ao trâmite de instrumentos contratuais dentro da UFSC.

Ele auxilia a SINOVA em sua gestão ao definir o papel de outros agentes institucionais dentro de um fluxo processual na assinatura de contratos e acordos com a UFSC. O site do tramita fácil explica passo a passo todo o processo e disponibiliza os modelos de documentos necessários para as assinaturas. Nele se realiza o trâmite e registro de projetos, para assinatura de contratos, acordos e parcerias que envolvam a Propriedade Intelectual.

Para o processo de assinatura de termos e protocolos ocorre de acordo com o estabelecido no Tramita-Fácil da UFSC, onde está detalhado todo o processo de trâmite interno na instituição e são disponibilizados os documentos para preenchimento. Neste caso o processo envolve vários setores da UFSC, com fluxo definido de trâmites e competências em cada fase.

Todos os projetos são cadastrados com obrigatoriedade de apresentação de projeto. A SINOVA é a responsável principal pelo processo, ficando responsável pelas etapas de formalização da solicitação, elaboração da minuta do convênio, planilha orçamentária, plano de trabalho e coleta dos documentos da empresa parceira e guarda documental após a assinatura. No ambiente interno da Secretaria, o processo tramita pelo sistema integrado de atendimento.

Com a publicação da Portaria Nº 2225/2017/GR o Reitor da UFSC delegou ao Secretário de Inovação a competência de firmar estes e outros documentos quando não envolver repasse financeiro.

No que se refere aos Processos Jurídicos, até alguns anos o NIT da UFSC possuía em seu quadro um consultor nomeado pelo Reitor com conhecimento jurídico para dar suporte a demanda de processos e pareceres.

Após a criação da SINOVA, foi contratada uma empresa especializada para realizar estas análises. Esta contratação permite a Secretaria realizar os trâmites com maior celeridade, uma vez que não existiram nos últimos anos concursos públicos para a contratação de advogados para a instituição, conforme pode ser visualizado no site da PRODEGESP/UFSC.

As partes referentes ao cadastramento de processos e encaminhamentos internos e externos a instituição ficam ao encargo da

SINOVA. Essa empresa terceirizada contratada, além do suporte jurídico ao processo, redige as informações sobre a invenção em formato e conteúdo para a realização do depósito junto ao órgão competente. Este depósito junto ao órgão é realizado pela Secretaria de Inovação.

Já o sistema chamado SIGPEX, criado pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ) da Universidade Federal de Santa Catarina, serve para registrar todos os projetos de pesquisa e extensão dos servidores da instituição, tanto docentes quanto técnicos administrativos.

O sistema contém os projetos de forma detalhada, com aprovação dos setores de cada indivíduo que estiver vinculado a ele, registro de todos os pesquisadores e equipe técnica e de estagiários que estão trabalhando no projeto e são cadastrados pelas áreas de pesquisa, vinculando aos laboratórios e linhas de pesquisa dos pesquisadores.

A gestão da UFSC possui acesso a relatórios detalhados onde se pode realizar consulta com vários parâmetros configuráveis de acordo com a necessidade do gestor no momento. Inclusive permite visualizar os projetos ainda em rascunho. Assim permitindo ao gestor entrar em contato com o pesquisador antes mesmo da realização da pesquisa, caso haja alguma parceria em vista que necessite daquela competência.

O SIGPEX é alimentado pelos próprios pesquisadores e eliminou a utilização de outros sistemas de controle ao integrar e padronizar as plataformas de pesquisa e extensão.

Desta forma ele serve de ferramenta que facilita aos gestores da SINOVA o trabalho de mapeamento de competências, uma vez que pode ser visualizado em tempo real e em poucos minutos.

Foi com base nestes elementos apontados que se atribuíram as notas referentes as duas categorias objeto deste estudo. Sistema de Informação e Gestão da Propriedade Intelectual e de Contratos.

Já a categoria Gestão da Propriedade Intelectual e Contratos aborda proteção da PI de produtos processos e serviços, de acordo com o marco regulatório da inovação no Brasil e em Santa Catarina.

Neste caso o modelo também propõe 4 (quatro) subdivisões com ações a serem verificadas: 1 Gestão da Propriedade Intelectual; 2 Projetos; 3 Gestão de Negócios; e 4 Processos Jurídicos.

Desta forma pontua-se cada item ao verificar a existência de sistema informatizado que o atenda.

As planilhas completas estão presentes no Apêndice A desta dissertação.



## 4.2 NOTAS ATRIBUIDAS E RESULTADOS OBTIDOS

Nesta fase são apresentadas as tabelas adaptadas preenchidas de acordo com as notas constantes na Tabela 2, referentes ao Modelo PRONIT. A tabela original apresenta cada categoria com as subdivisões conjuntas. Para este estudo, estas tabelas da Categoria foram desmembradas para facilitar a sua compreensão. Após cada tabela são apresentados os motivos que levaram a apresentação de cada nota, uma vez que elas dependeram da interpretação do Autor quanto ao funcionamento do setor.

### 4.2.1 Categoria Sistema de Informação

A Categoria Sistema de Informação consiste no mapeamento de fluxos de processos e segurança das informações e em seu sistema informatizado. Para o cálculo do seu percentual de implementação o modelo propõe 4 (quatro) subdivisões com ações a serem verificadas: Tabela 5 - Administração do Aplicativo; Tabela 6 - Comunicação; Tabela 7- Biblioteca; e Tabela 8 - Atendimentos.

Tabela 5- Notas SINOVA - Sistema de Informação - Aplicativo

<b>SISTEMA DE INFORMAÇÃO - Administração do Aplicativo</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
1. Monitoramento dos registros, tempo de resposta e desfecho dos atendimentos.	3
2. Realizados e aprovados o cadastro de novos usuários no sistema.	3
3. Existência de permissões de acesso para novos usuários de acordo com o perfil.	3
4. Possibilidade de visualizar usuários de acordo com perfil, data e hora / Se há nível de permissão para publicação.	3
Soma dos Pontos (SM)	12
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/12</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019).

Conforme apresentado em maiores detalhes no item anterior, o sistema de Atendimento Integrado da SINOVA possibilita o monitoramento dos registros em tempo real. Na Figura 13 é possível perceber que cada atendimento pode ser monitorado e acompanhado

com registro do usuário que está com a demanda, quais os despachos realizados, bem como dia e horário dos registros.

Há também a obrigatoriedade de registro de solicitações de toda espécie no sistema, o que suscita a necessidade de registro no sistema por parte do solicitante. Ficando claro também que cada usuário pode acessar o sistema de acordo com o perfil, tendo cada um, nível diferente de funcionalidades.

Desta forma pode-se considerar que todos os quatro itens referentes à Administração do Aplicativo podem ser considerados concluídos e recebendo a nota 3.

Tabela 6- Notas SINOVA - Sistema de Informação - Comunicação

<b>SISTEMA DE INFORMAÇÃO – Comunicação</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Existência de agenda eletrônica que possibilita cruzar dados e emitir relatórios de compatibilidade de compromissos.	3
Existência de ferramenta para troca de mensagens com usuários cadastrados	3
Se usuário são comunicados das publicações e alterações do sistema	3
Soma dos Pontos (SM)	9
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/9</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019).

A pontuação referente ao primeiro item foi auferida após conhecer o funcionamento do sistema e também através de conversa informal sobre o funcionamento do setor. Primeiro com o Secretário de Inovação anterior e posteriormente com o atual e a servidora que trabalhava como secretária no setor. Percebeu o Autor que o sistema de atendimento integrado possibilita saber as tarefas que cada um está realizando, bem como sua fila. Que a SINOVA também utiliza um sistema integrado de agenda, onde os servidores registram seus compromissos e estes são visualizados pelos demais.

Para a nota relativa ao segundo item, ferramenta de troca de mensagens, a SINOVA utiliza o e-mail institucional que também é alimentado pelos e-mails registrados no sistema integrado de atendimento.

A nota referente ao último item, foi atribuída ao se constatar que a SINOVA realiza comunicação aos seus usuários de várias maneiras. Pelo seu site, no site da UFSC, do sistema interno da UFSC, o SPA e

também através de e-mails, onde informam atividades e mudanças relevantes.

Tabela 7- Notas SINOVA - Sistema de Informação - Biblioteca

<b>SISTEMA DE INFORMAÇÃO – Biblioteca</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Existência de ferramentas para publicação e armazenamento de documentos que permitam a construção coletiva do conhecimento (livros, artigos, dissertações).	3
Soma dos Pontos (SM)	3
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/3</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019).

Para auferir a nota ao item Biblioteca, foram coletadas informações de várias formas. Em visita a Secretaria observou-se a existência de uma pequena biblioteca própria com livros referentes a sua área de atuação, com títulos que passam pelos temas de inovação, propriedade intelectual, jurídicos, entre outros. Há também em seu site, uma biblioteca virtual que pode ser visualizada na Figura 9. Nesta biblioteca virtual estão disponíveis para *download* diversas publicações próprias e externas que complementam sua biblioteca física.

Tabela 8- Notas SINOVA - Sistema de Informação - Atendimentos

<b>SISTEMA DE INFORMAÇÃO – Atendimentos</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Possibilita a busca no cadastro de usuário.	3
Existência de formulário para cadastro dos usuários	3
Registro dos atendimentos.	3
Se os atendimentos são direcionados de acordo com o tipo da demanda.	3
Soma dos Pontos (SM)	12
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/12</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019).

Além do apresentado na figura 10 que expressa claramente a necessidade de cadastro e da descrição do sistema de atendimento de demonstram que para solicitações e acompanhamentos é obrigatório o fornecimento de algumas informações cadastrais. O sistema possui o

registro dos usuários com os quais os funcionários do setor realizam contato, portanto possibilitando a busca do usuário. O registro dos atendimentos é bem demonstrado pela necessidade de cadastro do atendimento presente no site, pelas informações prestadas ao se ligar para o setor e principalmente pela Figura 13, onde está um *print* de um atendimento realizado para o autor.

Com estas considerações acerca das quatro divisões da categoria Sistema de Informação, calculou-se a seguinte nota para a etapa, conforme tabela 9;

Tabela 9- Nota Final categoria Sistema de Informação.

**Nota Final - Sistema de Informação**

<b>Atividade</b>	<b>Pontuação</b>
Administração do Aplicativo	100,00
Comunicação	100,00
Biblioteca	100,00
Atendimentos	100,00
Soma de todas as notas (SN)	400,00
Nota Final (NF) Categoria = SN/4	100,00
<b>Percentual de Implementação</b> Cálculo= NF em %	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019).

Diante do exposto acima, o autor considera no que concerne Sistema de Informação, que a SINOVA atingiu na totalidade os quesitos requeridos no modelo de avaliação, atingindo o percentual de 100%.

#### **4.2.2 Categoria Gestão da Propriedade Intelectual e Contratos**

Assim como a Categoria Sistema de Informação a categoria Gestão da Propriedade Intelectual e Contratos possui quatro subdivisões: Tabela 10- Gestão da Propriedade Intelectual; Tabela 11- Projetos; Tabela 12- Gestão de Negócios; e Tabela 13- Gestão de Negócios Jurídicos.

Esta categoria aborda a gestão da PI e dos contratos, proteção da PI de produtos processos e serviços de acordo com o marco regulatório da inovação no Brasil e em Santa Catarina.

A seguir apresentam-se as notas e considerações acerca de cada uma delas.

Tabela 10- Notas SINOVA - Gestão da PI e Contratos – Gestão da PI

<b>GESTÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E CONTRATOS</b>	
<b>Gestão da Propriedade Intelectual</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Realiza cadastramento das solicitações (patetes, registro, etc.)	3
Utiliza formulário para registro de informações sobre a invenção.	3
Realiza pesquisa nas bases de patente e elabora formulário de busca.	3
Redige informações sobre a invenção em formulário específico.	3
Realiza o depósito do pedido junto ao órgão competente.	3
Soma dos Pontos (SM)	15
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/15</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019).

No site da SINOVA, Figura – 9, na lateral esquerda, há uma aba referente à Propriedade Intelectual na UFSC. Através desta aba se acessam os arquivos referentes à Propriedade Intelectual na SINOVA. Conforme apontado anteriormente, ali estão além de informações relacionadas à PI, acesso aos formulários próprios para solicitação de proteção intelectual. Neste espaço também, está explícita a função da SINOVA como realizadora dos registros.

O mesmo se comprova também pelos fluxos disponibilizados e apresentados neste estudo. No fluxo e nas informações contidas nesta área também está o papel de cada agente interno e externo ao setor com suas responsabilidades durante o processo, inclusive para a busca nas bases de patente. Para este caso também existe formulário próprio.

Para redigir as informações sobre a invenção, além de formulário específico preenchido pelo autor com auxílio da secretaria, a equipe terceirizada conforme fluxo de processo apresentado, realiza a parte final para apresentação ao órgão de registro.

Desta forma, o autor concluiu que a SINOVA possui concluídos os itens referentes a esta etapa, atribuindo a pontuação 3 para todas as quatro.

Tabela 11- Notas SINOVA - Gestão da PI e Contratos - Projetos.

<b>GESTÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E CONTRATOS</b>	
<b>Projetos</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Se é realizado o cadastro dos projetos na instituição.	3
Tem armazenadas as informações dos projetos (objetivos, cronograma, etc.).	3
Soma dos Pontos (SM)	6
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/6</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019).

Para considerar as notas referentes aos itens desta etapa, foi realizado levantamento no site da secretaria, no sistema Notes de publicação da UFSC e no site do Tramita Fácil da UFSC.

No site da SINOVA se descreve a secretaria como a responsável pelo cadastro dos projetos e assinaturas de parcerias entre a UFSC e outros entes públicos e privados. Há também neste sentido, portaria do reitor da UFSC nº 2225/2017/GR que transfere ao Secretário de Inovação o poder de selar vários tipos de parceria, contanto que não envolvam transferência de recursos.

Colaborando para a consideração de concluídos estes, no site do Tramita Fácil da UFSC, há fluxo explicativo dos registros de Projetos, onde consta a SINOVA como destinatário final e responsável pela guarda e registro destes processos.

Tabela 12- Notas SINOVA - Gestão da PI e Contratos – Gestão de Negócios.

<b>GESTÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E CONTRATOS</b>	
<b>Gestão de Negócios</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Registra e cadastro dos atendimentos.	3
Realiza mapeamento das necessidades de interação universidade-empresa.	3
As partes assinarem termo de confidencialidade antes das reuniões.	3
Tem mapeadas as competências na ICT ou no setor produtivo, de acordo com as necessidades.	3
Realizam protocolo de intenções.	3
Elaboram contratos, convênio ou acordo.	3
Soma dos Pontos (SM)	18
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/18</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019).

Para consideram como concluídos os itens referentes a esta etapa, utilizou-se dos seguintes critérios. O sistema de atendimento e os documentos para preenchimento no site da secretaria e Tramita Fácil, apontam que a SINOVA registra e cadastra todos os atendimentos nesta questão, com preenchimento de ata própria para vários casos, com necessidade de assinatura de termo de confidencialidade para casos previstos. Os servidores lotados na secretaria também mencionam a necessidade de assinatura de termos de confidencialidade como obrigatório para trabalhar no setor.

Para o mapeamento das necessidades de interação universidade-empresa, a pontuação foi atribuída de acordo com informações presente o próprio site da secretaria onde há registro de reuniões entre o secretário e sua equipe com representantes dos setores produtivos com a instituição. Da mesma forma, estão registradas participações em eventos relacionados a sua área para divulgação da instituição. Contribui também para a atribuição desta pontuação a existência do sistema SIGPEX relatado anteriormente, onde o gestor do setor consegue mapear dentro da UFSC, pesquisadores e laboratórios relacionados a cada necessidade do mercado.

A realização de protocolo de intenções e elaboração de contratos acordos e convênios estão presentes no site, no fluxo e informações do Tramita Fácil e previsto na portaria acima mencionada, assinada pelo Reitor da UFSC.

Assim exposto, o autor considera cumpridas as exigências necessárias para considerar como concluídos os itens referentes a esta etapa, recebendo pontuação 3 para cada um.

Tabela 13- Notas SINOVA - Gestão da PI e Contratos – Gestão de Negócios Jurídicos.

<b>GESTÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E CONTRATOS</b> <b>Gestão de Negócios Jurídicos</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Cadastram os processos.	3
Possui consultor para análise do processo.	3
Emite parecer jurídico.	3
Encaminha o processo após parecer para os demais setores.	3
Soma dos Pontos (SM)	12
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/12</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019).

Quanto a Gestão de Negócios Jurídicos, os itens foram considerados concluídos pelo fato de a SINOVA possuir equipe externa contratada para a realização destes serviços.

Os cadastros dos processos ocorrem tanto no sistema de atendimento interno quanto no sistema SPA da UFSC onde tramitam os processos dentro da UFSC, porém fora da secretaria.

Em seu site e em fluxos da secretaria há informação sobre a emissão de parecer relativo a contratos que envolvam PI como atribuição do setor.

Desta forma o autor pode considerar como concluídos os itens relativos a gestão de negócios jurídicos.

Com as considerações sobre as notas atribuídas na Categoria de Gestão da Propriedade Intelectual e Contratos, calculou-se a seguinte nota para a etapa, conforme tabela 4.

Tabela 14- Nota final da categoria Gestão da Propriedade Intelectual e Contratos.

<b>Nota Final Propriedade Intelectual e Contratos</b>	
<b>Atividade</b>	<b>Pontuação</b>
Gestão da PI e Contratos	100,00
Projetos	100,00
Gestão de Negócios	100,00
Processos Jurídicos	100,00
Soma de todas as notas (SN)	400,00
Nota Final (NF) Categoria = SN/4	100,00
<b>Percentual de Implementação Cálculo= NF em %</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019).

De acordo com o apresentado, o autor considera no que se refere a Gestão da Propriedade Intelectual e Contratos, que a SINOVA também atingiu na totalidade os quesitos requeridos no modelo de avaliação, sendo estabelecido o percentual de 100%.

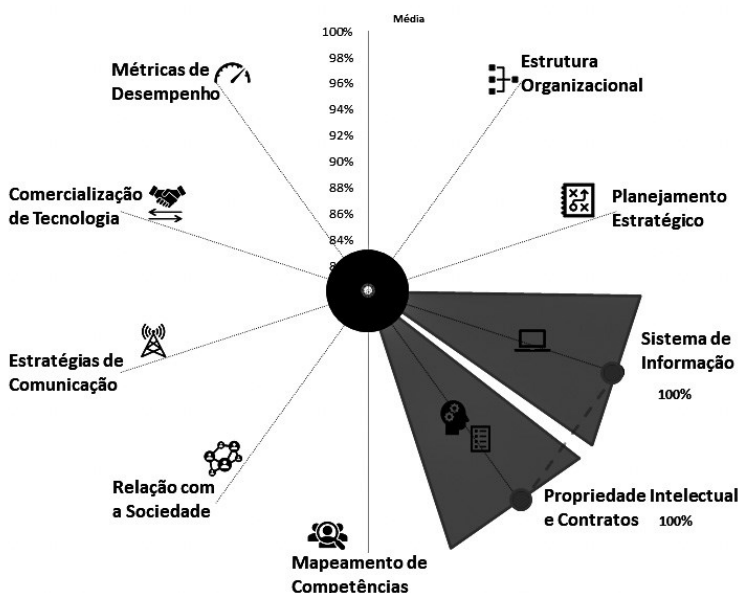


### 4.2.3 Resultado Final Do Modelo Utilizado

As categorias que foram objeto de análise detalhada pelo autor demonstram que a SINOVA atingiu 100% do que o modelo propõe.

O Modelo PRONIT de Estruturação e Gestão de Núcleos de Inovação Tecnológica pode ser expresso em gráfico tipo radar, conforme figura 1, onde se visualiza o percentual de implementação de das categorias propostas.

Figura 16- Gráfico radar, implementação do modelo PRONIT na SINOVA.  
**Percentual de Implementação e Gestão do NIT UFSC**



Fonte: Elaborado pelo Autor (2019).

Como resultado do grau de implementação do modelo, a SINOVA alcançou 100% nas etapas relativas ao presente estudo.

Ao finalizarmos este capítulo, com a descrição da estrutura da SINOVA e de seu funcionamento, visualizando os fluxos referentes a PI no setor, fica claro que a secretaria é a responsável pela gestão da Propriedade Intelectual dentro da Universidade Federal de Santa Catarina.

### 4.3 SUGESTÕES DO AUTOR

O autor entende necessário frisar que mesmo obtendo o grau mais elevado no que se refere a gestão da Propriedade Intelectual, o estudo se limitou a 02 (duas) das 09 (nove) categorias do modelo PRONIT.

O presente estudo revela também que o site e o sistema integrado mesmo atendendo aos requisitos apontados no modelo, ainda em desenvolvimento. O autor percebe que as dificuldades a serem encontradas pelos usuários são em sua maioria referente a informações sobre os trabalhos realizados pela SINOVA e pela apresentação de seu site que pode ser aprimorada. Importante frisar que estas dificuldades ao usuário não afetam a qualidade das informações e no resultado das notas auferidas no presente estudo.

Não foram realizados cálculos dos percentuais referentes as demais categorias por se tratar este estudo das categorias analisadas sendo necessário acesso a outros documentos que não foram objeto do presente estudo e aos quais o autor não dispunha para consulta.

A primeira recomendação ou sugestão é que a equipe da SINOVA:

- ✓ Realize o cálculo das etapas que não foram objeto deste estudo para determinar o real grau total de implementação do completo do modelo.

Quanto ao sistema de atendimento integrado o autor sugere:

- ✓ Disponibilizar os menus do sistema também no Vernáculo Brasileiro (Português), o que facilitaria a compreensão de quem não domina o Vernáculo Inglês;
- ✓ O sistema integrado possui 10 opções a mais para seleção de assunto que o disponibilizado no site. Estes sistemas poderiam ser unificados;
- ✓ Complementar a anterior e para simplificar ao usuário, ao se clicar na figura do atendimento na página inicial do site, o usuário poderia ser direcionado diretamente ao sistema integrado, eliminando a existência de duas telas de igual função;
- ✓ Disponibilizar no sistema integrado os check lists para registro que estão em construção;
- ✓ O mesmo com a base de dados knowledgebase que pode também ter seu conteúdo ligado as perguntas frequentes do site.

Quanto ao site o autor tem as seguintes sugestões que a seu ver facilitariam a compreensão pelo usuário:


- ✓ Completar as informações sobre a secretaria, incluindo o organograma atual e a informação constante na primeira resposta das perguntas frequentes: “O que a Secretaria da Inovação (SINOVA) faz?”
- ✓ Atualizar o item relatórios;
- ✓ Disponibilizar a lista dos atuais membros do Comitê de Inovação;
- ✓ Realizar estudo para reorganizar as informações do menu à esquerda do site, de modo a facilitar a compreensão do usuário;
- ✓ Modificar o constante no menu expediente pois há itens que direcionam os usuários ao mesmo endereço na internet;
- ✓ Incluir o Mapa do Site que facilitaria ao usuário na busca de informações.

Finalizando o presente estudo, o autor apresenta uma proposta a seguinte proposta de mapa do site visando facilitar a navegação pelo usuário e representada na figura 17.

Estas mudanças podem ser realizadas de maneira que não envolvam grande demanda de tempo e programação, sendo em grande parte um reposicionamento do que já existe.


Figura 17- Sugestão da Configuração dos menus no site da SINOVA.

Área Restrita    Administradores do Site



**Secretaria de Inovação da UFSC**

Publicado em 29/09/2017 às 17:50



acesse aqui

atendimento integrado

**English version**

Access our English website here

**Acompanhe sua Solicitação**

**Página no Facebook**  
curta e compartilhe

**Canal no YouTube**  
veja o conteúdo

As 2 imagens que dão acesso ao sistema integrado podem ser iguais pra facilitar a compreensão.

Acesso ao sistema fixo reposicionado para maior destaque.

**Home**

**A Secretaria >>**

- Institucional
- Equipe
- Comitê de Inovação

**Perguntas Frequentes**

**PROPRIEDADE INTELECTUAL**

**Conheça Propriedade Intelectual (PI) >>**

- Cultivares
- Desenho Industrial
- Diretor Autoral
- Indicações Geográficas
- Know-how
- Marcas
- Patentes
- Programas de Computador
- Topografia de Circuito Integrado

**Material de Apoio no Registro de PI >>**

- Bases de Inovação Tecnológica
- Busca de Patentes
- Formulários para Solicitação de Proteção

**Pesquisa e Desenvolvimento >>**

- Programas nacionais de P&D

**Propriedade intelectual na UFSC >>**

- PI em números UFSC
- Relação de PCT's UFSC

**MATERIAL PARA CONSULTA**

**Biblioteca**

**Legislação >>**

- UFSC
- Santa Catarina
- Brasil

**Relatórios SINOVA**

- Inovação
- Propriedade Intelectual
- Outros

**Links Importantes**

**EVENTOS SINOVA**

**Cursos e Palestras**

**Feira do Inventor >>**

- 1ª Edição
- 2ª Edição
- XX Edição

**Retire seu Certificado**

**ACESSO A SISTEMAS**

- Atendimento Integrado
- SPA/UFSC
- Tickets (Interno)

**CONTATOS**

Universidade Federal de Santa Catarina  
Secretaria de Inovação

Avenida Desembargador Vítor Lima, 222 - Loja 03  
Ritona Prédio 2  
Trindade - Florianópolis, SC, Brasil  
CEP: 88040-900

Horário de Funcionamento:  
Segunda a Sexta das 07h às 19h.  
E-mail: sinova@contato.ufsc.br  
Telefone: 3721 2346

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema deste estudo está relacionado com a gestão da Propriedade Intelectual (PI) pela SINOVA/UFSC. O tema principal da pesquisa é avaliar a Gestão da Propriedade Intelectual na SINOVA/UFSC, a partir do modelo PRONIT.

Em relação ao 1º objetivo específico de “Descrever SINOVA/UFSC”, os apontamentos a seguir levaram o autor a considerá-lo como atingido:

Na parte inicial do capítulo 4 intitulada O caso SINOVA/UFSC, é apresentado à evolução histórica da atual Secretaria de Inovação. O capítulo inicia-se com a apresentação da instituição UFSC, a seguir com o histórico que parte da criação do primeiro NIT na UFSC em 1981 até sua transformação em Secretaria com localização de destaque no Organograma Institucional.

Em seguida é realizada a descrição institucional da secretaria, com missão, visão, valores, objetivos. Seu organograma e estrutura de administrativa. Segue então para a descrição das atividades realizadas e dos sistemas utilizados para sua gestão e a forma que se dá o atendimento no setor. Também neste momento é apresentado o site da secretaria com seus desmembramentos, os demais sistemas utilizados e exemplos de fluxos de processos que envolvam registro de Propriedade Intelectual.

Posto isto, o autor entende como atingido o primeiro objetivo específico.

Já para caracterizar o 2º objetivo específico de “Identificar dados públicos da SINOVA/UFSC que contemplem as categorias do Modelo PRONIT avaliadas neste estudo”, destaca-se que:

No capítulo referente ao procedimento metodológico, na parte de coleta e análise de dados é demonstrado através do Quadro 5 apontaram-se os locais onde foram coletados os dados dentro de cada item relacionado às categorias analisadas neste estudo.

Com o material levantado foi descrito o setor, o que levou ao atingimento do 1º objetivo específico. No capítulo 4, na parte referente às notas atribuídas e resultados obtidos, são apresentadas as planilhas referentes ao modelo PRONIT, adaptadas para a análise um NIT já existente.

Junto a estas planilhas, foram explanados de forma detalhada os locais de onde foram recolhidas as informações que formaram a base para o autor determinar a pontuação informada. Isto de forma diferenciada para cada item e etapa das categorias analisadas.

Diante do exposto, conclui o autor ter atingido o 2º objetivo específico deste estudo.

A partir dos dados coletados durante a pesquisa que resultaram na conclusão dos objetivos específicos, foram preenchidas as planilhas de acordo com o que estabelece o modelo PRONIT, relativa a categoria de Sistema de Informação e a categoria Gestão da Propriedade Intelectual e Contratos.

Os resultados obtidos constam nas Tabelas 5 a 14, cujo gráfico representativo está representado na Figura 16. Os resultados obtidos levam o autor a constatar que a SINOVA/UFSC atinge 100% de implantação, no que se refere às categorias analisadas. Complementando com as análises e informações descritas para se atingir os objetivos gerais, o autor considera atingido o objetivo geral desta dissertação: “Avaliar, a partir de dados públicos, a Propriedade Intelectual na SINOVA/UFSC, tendo por base o modelo PRONIT.”

Em decorrência do exposto acima, completam-se as considerações finais, com seguintes apontamentos acerca das premissas tomadas como verdadeiras para a realização da pesquisa:

Os resultados obtidos ao aplicar os cálculos do modelo, de 100% de implementação aos itens relativos a PI na SINOVA, apontam para a validação da premissa de que a SINOVA/UFSC utiliza um modelo de gestão da Propriedade Intelectual, apresentando as condições necessárias para atender aos preceitos legais previstos na legislação brasileira. O mesmo resultado, concomitante aos dados presentes nos relatórios institucionais e do setor, apontam para a validação da premissa de que “A UFSC por ser uma das instituições idealizadoras do modelo PRONIT, utilizou o seu modelo para registro e controle da Propriedade Intelectual na instituição”.

Os sistemas utilizados pela SINOVA com controles de acesso, as informações referentes aos tramites processuais de PI constantes em suas páginas e nas páginas da UFSC, além das descrições de atividades realizadas e fluxos internos inclusive, apontam como verdadeira a última premissa de que a SINOVA possui a viabilidade técnica e econômica para realizar um registro de PI e acompanhar os processos de forma eletrônica, através de uma interface própria, segura com fluxo previsto e passível de auditoria em tempo real.

Com os apontamentos realizados que comprovam o atingimento dos objetivos propostos e validam as premissas consideradas verdadeiras, conclui-se este trabalho científico.

## REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício. “**Preocupações com a cultura: emergência de um direito cultural internacional**”, Mimeo, 2010.

ASSAFIM, João Marcelo de Lima. **A transferência de tecnologia no Brasil: aspectos contratuais e concorrenciais da propriedade industrial**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

AUTM - *Association of University Technology Managers. Licensing Income on University Technology Transfer*. 2007. Disponível em: <http://www.autm.net>. Acesso em: 14 fev. 2018.

BARBOSA, Denis Borges. **Uma Introdução à Propriedade Intelectual** - 2ª Edição. Lumem Juris – RJ, 2003.

\_\_\_\_\_. **Uma introdução à propriedade intelectual: Teoria de concorrência, patentes e signos distintivos**. 1997.

BARBOSA, Antonio L. Figueira. **Sobre a propriedade do trabalho intelectual: uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

BARROS, Adil Juses Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia: Um Guia para a Iniciação Científica**. 2 Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BEN-ISRAEL, Renée. Yissum. Universidade Hebraica de Jerusalém. E Íntegras. Entrevista publicada em 15 maio 2006. Disponível em: <http://www.inovacao.unicamp.br/report/entre-renee.shtml>. Acesso em: 20 mai. 2017.

BONFIGLIO, Simoni Urnau; BEBER, Bernadette; SILVA, Eduardo da. **Gestão Acadêmica: uma investigação com instituições de ensino superior do vale do itajai - Santa Catarina**. Revista da UNIFEBE, [S.l.], v. 1, n. 13, jun. 2014. ISSN 2177-742X. Disponível em: <http://periodicos.unifebe.edu.br/index.php/revistaeletronicadaunifebe/article/view/265/115>. Acesso em: 05 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação

científica e tecnológica e à inovação. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 05 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Patrimônio Genético. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/patrimonio-genetico.html>. Acesso em dez 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Relatório Formict 2016**. Disponível em: [https://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/tecnologia/propriedade\\_intelectual/arquivos/Relatorio-Formict-Ano-Base-2016.pdf](https://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/tecnologia/propriedade_intelectual/arquivos/Relatorio-Formict-Ano-Base-2016.pdf). Acesso em: 05 mai. 2018.

\_\_\_\_\_, Ministério da Ciência e Tecnologia. **Chamada Pública MCT/FINEP/AÇÃO TRANSVERSAL – PRO-INOVA – 01/2008**. Disponível em: [http://www.finep.gov.br/arquivos\\_legados/fundos\\_setoriais/acao\\_transversal/](http://www.finep.gov.br/arquivos_legados/fundos_setoriais/acao_transversal/)

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002 – conhecida como **Código Civil**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 5 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério de Ciência e Tecnologia. **Livro Branco: ciência, tecnologia e inovação**. Brasília, 2002. 80 p. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/720>. Acesso em: 05 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.609 de 19 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a proteção de propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no país e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em: 05 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em: 05 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996. Regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Com alterações estabelecidas pela Lei nº 10.196, de 14 de fevereiro de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em: 05 mai. 2018.



\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.  
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 05 mai. 2017.

CADORI, Aluizia Aparecida. **A gestão do conhecimento aplicada ao processo de transferência de resultados de pesquisa de instituições federais de ciência e tecnologia para o setor produtivo: processo mediado pelo Núcleo de Inovação Tecnológica**. 2013. 467 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Florianópolis, 2013.

CARVALHO, Hélio Gomes de; REIS, Dálcio Roberto dos;  
CAVALCANTE, Márcia Beatriz. **Gestão da inovação**. Curitiba, PR: Aymarã Educação, 2011.

CARVALHO, Hélio Gomes de. **Inovação como estratégia competitiva da micro e pequena empresa** / Hélio Gomes de Carvalho... [et al.]. -- Brasília: SEBRAE, 2009. 23 p. : il.

CHESBROUGH, Henry W. **Modelos de negócios abertos: como prosperar no novo cenário da inovação**. Tradução de Raul Rubenich e revisão técnica de Jonas Cardona Venturini. Porto Alegre: Bookman. 2012.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

COELHO, Lucas Cunha Duarte; DIAS, Alexandre Aparecido. **O núcleo de inovação tecnológica da UFPE: instrumento de política de inovação ou obrigação legal?** RACEF, Ribeirão Preto, v. 7, n. 1, Ed. Esp. Ecossistemas de Inovação e Empreendedorismo, p. 28-42, 2016.

COPETTI, Michele; CADORI, Aluizia Aparecida. **A Gestão Estratégica de Proteção das Marcas com Ênfase no Agronegócio**. In: PIMENTEL, Luiz Otávio; BOFF, Saete Oro; DEL'OLMO, Florisbal de Souza. (Org.). Propriedade Intelectual, Gestão do Conhecimento, Inovação Tecnológica no Agronegócio e Cidadania. Florianópolis: Fundação José Arthur Boiteux, 2008.

CORREA, Carlos María. *Normativa nacional, regional e internacional sobre propiedad intelectual y su aplicación em los INIAS del Cono Sur*.

Programa Cooperativo para el desarrollo tecnológico agropecuario del Cono Sur – PROCISUR. Uruguay, 1999.

COSTA, Tânia Maria Zambelli de Almeida, 2000. Organização e Responsabilidade Social. Disponível em Acesso em 02 de abril de 2016.

CUNHA, Maria Isabel da. **O bom professor e sua prática**. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

DAVID, Paul A. e FORAYoray, D. Economic Fundamentals of the Knowledge Society. Policy Futures in Education – An e-Journal, Special Issue: —Education and the Knowledge Economy, January 2003. Disponível em: <http://www.siepr.stanford.edu/workp/swp02003.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2012.

DEMO. P. **Introdução à Metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.

DENHARDT, Robert B. **Teorias da administração pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

EVERS, H. *Knowledge society and the knowledge gap*. Dept. of Southeast Asian Studies. Germany: University of Bonn, 2002.

Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/251701764\\_Knowledge\\_Society\\_and\\_the\\_Knowledge\\_Gap1](https://www.researchgate.net/publication/251701764_Knowledge_Society_and_the_Knowledge_Gap1). Acesso em: 20 jun. 2018.

FAVA DE MORAES, Flávio. **Universidade, inovação e impacto socioeconômico**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 8-11, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2008.

FERREIRA, Maria Carolina Zanini; TEIXEIRA, Clarissa Stefani; FLÔR, Clarissa da Silva. A disseminação da cultura de inovação e o desenvolvimento dos Núcleos de Inovação Tecnológica nas ICTs de Santa Catarina. in: Conferência ANPROTEC, 26, 2016, Fortaleza, Ceará. Anais. Fortaleza, 2016.

GASPARETTO, Neiva Aparecida. **Modelo de inclusão digital para organizações: uma prática de responsabilidade social**. Florianópolis, 2006. 163 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PEPS5112.pdf>

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, José Ernesto Lima; GOMES, Cecília de Almeida. “A Tecnologia: Realização do Trabalho”, in Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 106-121, 1993.

MESSAS, Júlia Cristina Alves e. **Administração da educação e administração pública: relações e implicações**. 2007. 257 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/104843>.

HARGER, Carlos Augusto. **Planejamento estratégico em organização universitária: um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Catarina**. 2011. 229f. Dissertação de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa. Florianópolis. 2011.

HERSEY, Paul; BLANCHARD, Kenneth H. **Psicologia para administradores: a teoria e as técnicas da liderança situacional**. São Paulo: EPU, 1986.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL. Instrução Normativa nº 16 de 18 de março de 2013. Normalizar os procedimentos de averbação ou registro de contratos de transferência de tecnologia, de franquia e de licença compulsória de patente. Disponível em: [http://www.inpi.gov.br/legislacao-1/instrucao\\_normativa\\_16-2013.pdf](http://www.inpi.gov.br/legislacao-1/instrucao_normativa_16-2013.pdf). Acesso em: 05 mai. 2018.

JONASH, Ronald S.; SOMMERLATTE, Tom. **O valor da inovação: como as empresas mais avançadas atingem alto desempenho e lucratividade**. Tradução de Flávia Beatriz Rossler. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

JUNGMANN, Diana de Mello. **Inovação e propriedade intelectual: guia para o docente** / Diana de Mello Jungmann, Esther Aquemi Bonetti. – Brasília: SENAI, 2010. 93 p.: il.

\_\_\_\_\_. **A caminho da inovação: proteção e negócios com bens de propriedade intelectual: guia para o empresário** / Diana de Mello Jungmann, Esther Aquemi Bonetti. Brasília: IEL, 2010 125 p.: il.

\_\_\_\_\_. **Proteção da criatividade e inovação: entendendo a propriedade intelectual: guia para jornalistas** / Diana de Mello Jungmann, Esther Aquemi Bonetti. – Brasília: IEL, 2010. 65 p.: il.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

LEONARDOS, Luiz. **O sistema de propriedade intelectual como fomentador da inovação tecnológica**. In: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA et. al. **Tecnologia industrial básica: trajetória, tendências e desafios no Brasil**. Rio de Janeiro, 2005. Brasília: MCT; CNI; SENAI/DN; IEL/NC, 2005, p. 165-177.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** São Paulo: Ed. 34, 1995. (Coleção TRANS).

LOBATO, David Menezes. **Administração Estratégica - Uma visão orientada para a busca de vantagens competitivas**. Rio de Janeiro: Ibmec, 2000, 155p.

MAGALHÃES, Tânia Tasca. **Inovações tecnológicas e qualificação dos trabalhadores de empresas do setor metal-mecânico do Estado do Rio Grande do Sul: estudo de casos**. 1998. Porto Alegre. 1998

MARTINS, Glauciene Silva. **Inovação, competências e recursos humanos: uma articulação possível? estudo em organizações brasileiras e portuguesas**. 2013. 250f. Dissertação de Mestrado em Administração do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2013.

MASCARENHAS, Tatiane Cordeiro. **Gestão de ativos de propriedade intelectual: práticas adotadas por empresas na Bahia.** 2008. 221f. Dissertação de Mestrado Profissional em Administração do Núcleo de Pós-graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2008.

MASLOW, Abraham H. *A theory of human motivation.* Psychological review, v. 50, n. 4, p. 370, 1943.

MANUAL DE INOVAÇÃO / Liliane Rank, Gustavo Emediato, Héctor Hemán González Osorio, coordenação. \_ Brasília: Movimento Brasil Competitivo, 2008. 133 p.; 30 cm.

MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO DE PROTEÇÃO À PROPRIEDADE INTELECTUAL/ org. BITTENCOURT, Kelli Cristina Honório de; PEDROSA, Rozangela Curi. Florianópolis: UFSC/ PROPESQ/Departamento de Inovação Tecnológica, 2012. 29 p.: il., tabs

MCGILL, M. E.; SLOCUM, J. W., 1940-. **A empresa mais inteligente: como construir uma empresa que aprende a se adapta às necessidades do mercado.** Rio de Janeiro: Campus, 1995.

MERRIAN, S. Qualitative research and case study application in educacion. San Francisco: Jossey-Bass, 1998

MESSAS, Júlia Cristina Alves e. **Administração da educação e administração pública: relações e implicações.** 2007. 258f. Tese de doutorado de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília. Marília. 2007.

MICHAELIS, **Dicionário online Michaelis.** Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em 28 ago. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTERO, Paula e Cebrap, Usp. O conceito de conhecimentos tradicionais. 10.13140/RG.2.2.20053.12003. Um estudo preliminar do conceito antropológico de sociedades tradicionais para o Ministério da Justiça, 2018.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **Teoria das organizações: evolução e crítica**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MOURA, Glória Maria Perez de. **Gestão do conhecimento e inovação organizacional: fatores críticos à sua implantação no SENAI-PE**. 2011. 217f. Dissertação de Mestrado em Administração, área de concentração em Gestão Organizacional, da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.

NEGRI, João Alberto de; KUBOTA, Luís Cláudio. **Políticas de Incentivo à Inovação Tecnológica no Brasil**. Brasília, 2008.

Disponível em:

<[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_contentview=articleid=5569](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_contentview=articleid=5569) > Acesso em: 08 fev, 2017.

NELSON, Richard R. **As fontes do crescimento econômico**. Campinas: UNICAMP, 2006.

NEWMAN, William H. **Ação administrativa. As técnicas de Organização e Gerência**. São Paulo: Atlas, 1972.

OCDE. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Departamento Estatístico da Comunidade Europeia. **Manual de Oslo: proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica**. 3. ed. FINEP/OCDE, 2005

OLIVEIRA, Nivaldo. **Redes e propriedade intelectual: análise das relações de colaboração em uma universidade pública**. 2014. 146f. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, de Pós-Graduação em Administração, área de concentração Gestão Estratégica, Marketing e Inovação. Lavras – MG. 2014.

OMPI. Convenção que institui a Organização Mundial da Propriedade Intelectual. Estocolmo, jul. 1967. Disponível em: [https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo\\_pub\\_250.pdf](https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_250.pdf). Acesso em jun. 2017.

PACTI – Plano de Ação 2007-2010: Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional, elaborado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

PIMENTEL, Luiz Otávio. **Propriedade intelectual e universidades: aspectos legais**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Marco Legal da inovação no Brasil**. In: CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO PARA AGENTES REGIONAIS DE INOVAÇÃO. Florianópolis: CERTI/FAPESC, 2010.

POSTMAN, Neil (1994) Tecnopolia. **Quando a Cultura se rende à tecnologia**. Lisboa: Difusão Cultural.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBAUT, Jean-Michel; MARTINET, Bruno; LEBIDOIS, Daniel. **A gestão das tecnologias**. Publicações Dom Quixote: Lisboa, 1995.

SAMPAIO, M. J. A. e SANTOS, M. M. **Direitos de propriedade intelectual na agricultura**, 2000.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico. Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SERPA, Flávia de Araújo. **Notas introdutórias sobre a propriedade industrial**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 18, n. 3536, 7 mar. 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/23908>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

SIMANTOB, Moysés; LIPPI, Roberta. **Guia Valor Econômico de Inovação nas Empresas**. São Paulo: Editora Globo, 2003.

SINOVA. Secretaria de Inovação Tecnológica. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em:<<http://www.sinova.ufsc.br>>. Acesso em dez. 2018.

SOARES, Maria Suzana Arrosa. **A educação superior no Brasil. Instituto Internacional para a educação superior na América Latina e no Caribe**. Porto Alegre: IESALC-UNESCO, 2002.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez, 2006.

SPENCER, B. A. *Models of organization and total quality management: a comparison and critical evaluation*. Academy of Management Review, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 446-472, 1994.

SVEIBY, K. E. **A nova riqueza das organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TEIXEIRA, Francisco Lima Cruz e ROCHA, Francisco Neves da. “Estratégia Tecnológica na Petroquímica Brasileira”. In: XVIII ENANPAD, Curitiba, PR, p. 220-229, 1994.

TERRA, Branca. **A transferência de tecnologia em universidades empreendedoras: um caminho para a inovação tecnológica**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

THEOTONIO, Sérgio B. **Proposta de implementação de um núcleo de propriedade intelectual e transferência de tecnologia no CEFET/RJ**. 2004. 157 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de CeT) - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ, Rio de Janeiro, 2004.

TIGRE, Paulo Bastos. **Gestão da inovação: a economia da tecnologia do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

TRZECIAK, Dorzeli Salete. CORAL, Eliza. PEREIRA, Guilherme Luiz (org.). **Estruturação e planejamento de Núcleos de Inovação Tecnológica**. Florianópolis: IEL/SC, 2010. Manual.

TRZECIAK, Dorzeli Salete; VAILATI, Priscila Voigt; CORAL, Eliza (orgs). **Estruturação e Gestão de: Núcleos de Inovação Tecnológica**. Blumenau: Nova Letras, 2012.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Patrimônio Genético. Disponível em:  
<http://www.ufrgs.br/patrimoniogenetico/conceitos-e-definicoes/patrimonio-genetico>. Acesso em: set/2016.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.  
DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA. Pró-reitoria de  
pesquisa e extensão. Relatório de Gestão 2004-2008. Florianópolis, SC.  
Disponível em:  
[http://sinova.ufsc.br/files/2009/12/relatorio\\_gestao\\_dpi\\_2004-2008.pdf](http://sinova.ufsc.br/files/2009/12/relatorio_gestao_dpi_2004-2008.pdf)

\_\_\_\_\_. Departamento de Planejamento e Gestão da  
Informação/Secretaria de Planejamento. Organogramas da UFSC.  
Disponível em: [http://dpgi.seplan.ufsc.br/organograma-ufsc-estrutura-  
geral/](http://dpgi.seplan.ufsc.br/organograma-ufsc-estrutura-geral/). Acesso em: 14 dez 2018.

\_\_\_\_\_. PORTAL CAD. Departamento de Ciência da Administração.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Acesso em:  
<http://portal.cad.ufsc.br/> 2018.

\_\_\_\_\_. PPGAU. Programa de Pós-Graduação em Gestão Universitária.  
Disponível em : <http://ppgau.ufsc.br/>> Acesso em: 05 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Missão, visão e valores. Disponível em:  
<http://estrutura.ufsc.br/missao/>. Acesso em: set. 2016.

VANIN, Carlos Eduardo. **Propriedade Intelectual: à proteção de sua  
marca**. Jusbrasil: Disponível em  
[https://duduhvanin.jusbrasil.com.br/artigos/646374726/propriedade-  
intelectual-e-a-protecao-de-sua-marca](https://duduhvanin.jusbrasil.com.br/artigos/646374726/propriedade-intelectual-e-a-protecao-de-sua-marca) (2016)

VEGA, Roberto I. *La gestión de la universidad: planificación,  
estructuración y control*. 1a ed. - Buenos Aires: Biblos, 2009.322 pp.;  
20 x 14 cm.

VERGARA, Sylvia Constant. (2012). **Métodos de pesquisa em  
administração** (5 ed.). São Paulo: Atlas.

WILKINSON, John. (coord.); CASTELLI, P. G. A  
**Transnacionalização da Indústria de Sementes no Brasil:**  
Biotecnologias, Patentes e Biodiversidade. Rio de Janeiro: ActionAid  
Brasil, 2000.




**APÊNDICE A – Modelo PRONIT adaptado para análise de NIT existente.**

<b>Referência para Pontuação</b>	
<b>Estágio da Atividade</b>	<b>Valor</b>
Não Iniciada	0
Iniciada, em espera	1
Em andamento	2
Concluída	3

<b>Categoria 1. ESTRUTURAÇÃO DO NIT</b>		
<b>1.1. Motivação Interna</b>		
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>	
Se a alta-gestão reconhece o NIT como estratégico.		
Se há envolvimento da alta-gestão em comissão do NIT.		
	Soma dos Pontos (SM)	0
	<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/6</b>	<b>0,00</b>
<b>1.2. Formalização do NIT</b>		
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>	
Presença do NIT no organograma da UFSC.		
Se competências do NIT estão em conformidade com a legislação.		
Existência de resolução ou portaria que oficialize o NIT.		
Se há política de Inovação definida.		
Se há política de Propriedade Intelectual definida.		
	Soma dos Pontos (SM)	0
	<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/15</b>	<b>0,00</b>
<b>1.3. Configuração do NIT</b>		
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>	
Se a SINOVA possui modelo de atuação (serviço/desenv./renda).		
Cargos e funções dos membros da equipe estão definidos.		

NIT possui espaço físico e equipamentos necessários ao seu funcionamento.	
Colaboradores estão formalmente lotados no NIT.	
Possui orçamento estipulado.	
	Soma dos Pontos (SM) 0
	<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/15 0,00</b>

<b>Nota Final ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</b>	
<b>Atividade</b>	<b>Pontuação</b>
1 Motivação Interna	0,00
2 Formalização do NIT	0,00
3 Configuração do NIT	0,00
Soma de todas as notas (SN)	0,00
<b>Nota Final (NF) categoria = SN/3</b>	<b>0,00</b>
<b>Percentual de Implementação</b>	
<b>Cálculo = NF em %</b>	<b>0,00%</b>

 <b>Categoria 2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b>	
<b>2.1. Diretrizes Organizacionais</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Possui missão definida.	
Possui visão definida.	
Tem seus valores definidos.	
	Soma dos Pontos (SM) 0
	<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/9 0,00</b>

<b>2.2. Análise SWOT</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Conhecem seus pontos fortes potenciais	
Percebem onde o NIT pode melhorar	
Analizam dentro da ICT, os pontos que destacam o NIT	
Analisam, dentro da ICT, os pontos que podem ser melhorados	
Identificam características na ICT que sejam oportunidades para o NIT	
Identificam características na ICT que sejam ameaças para o NIT	
Identificam oportunidades ao NIT, no ambiente externo	
Identificam ameaças para o NIT, no ambiente externo	
Identificam oportunidades ao NIT em outras áreas (econômica, ecológica, sociocultural).	
Verificar ameaças ao NIT em outras áreas	
Soma dos Pontos (SM)	0
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/30</b>	<b>0,00</b>

<b>2.3. Formulação de Metas</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Se há metas voltadas ao ambiente externo a partir dos pontos fortes do NIT.	
Se há metas voltadas ao ambiente externo a partir dos pontos fracos do NIT.	
Possui ações de defesa às ameaças do ambiente externo e macroambiente.	
Possui ações de defesa às ameaças na ICT à partir dos pontos fortes do NIT.	
Metas ante mudanças radicais nos ambientes externo e macro.	
Metas ante mudanças radicais no ambiente intermediário.	
Soma dos Pontos (SM)	0
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/18</b>	<b>0,00</b>

<b>2.4. Formulação de Estratégias</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Se há plano de estratégias por metas..	
Soma dos Pontos (SM)	0
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/3</b>	<b>0,00</b>

<b>2.5. Implementação do Planejamento Estratégico</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Realiza-se a análise SWOT	
Reavaliam-se as metas delineadas.	
Reavaliam-se as estratégias.	
Se equipe conhece o PE.	
Se cada estratégia possui responsável.	
Cada responsável por estratégia tem etapas e prazos definidos	
<b>Soma dos Pontos (SM)</b>	<b>0</b>
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/15</b>	<b>0,00</b>

<b>2.6. Feedback e Controle</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Se realiza reuniões de acompanhamento das ações do setor.	
Se é feita análise da possibilidade de alterar estratégias se necessário.	
<b>Soma dos Pontos (SM)</b>	<b>0</b>
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/6</b>	<b>0,00</b>

<b>Nota Final PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b>	
<b>Atividade</b>	<b>Pontuação</b>
1 Diretrizes Organizacionais	0,00
2 Análise Swot	0,00
3 Formulação de Metas	0,00
4 Formulação de Estratégias	0,00
5 Implementação	0,00
6 Feedback e Controle	0,00
<b>Soma de todas as notas (SN)</b>	<b>0,00</b>
<b>Nota Final (NF) categoria = SN/6</b>	<b>0,00</b>
<b>Percentual de Implementação</b>	
<b>Cálculo = NF em %</b>	<b>0,00%</b>

<b>Categoria 3. SISTEMA DE INFORMAÇÃO</b>	
<b>3.1. Administração do Aplicativo</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Monitoramento dos registros, tempo de resposta e desfecho dos atendimentos.	
Realizados e aprovados o cadastro de novos usuários no sistema.	
Existência de permissões de acesso para novos usuários de acordo com o perfil.	
Possibilidade de visualizar usuários de acordo com perfil, data e hora / Se há nível de permissão para publicação.	
Soma dos Pontos (SM)	0
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/12</b>	<b>0,00</b>

<b>3.2. Comunicação</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Existência de agenda eletrônica que possibilita cruzar dados e emitir relatórios de compatibilidade de compromissos.	
Existência de ferramenta para troca de mensagens com usuários cadastrados	
Se usuário são comunicados das publicações e alterações do sistema	
Soma dos Pontos (SM)	
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/9</b>	<b>0,00</b>

<b>3.3. Biblioteca</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Existência de ferramentas para publicação e armazenamento de documentos que permitam a construção coletiva do conhecimento (livros, artigos, dissertações).	
Soma dos Pontos (SM)	0
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/3</b>	<b>0,00</b>

<b>3.4. Atendimentos</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Possibilita a busca no cadastro de usuário.	
Existência de formulário para cadastro dos usuários	
Registro dos atendimentos.	
Se os atendimentos são direcionados de acordo com o tipo da demanda.	

Soma dos Pontos (SM)	0
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/12</b>	<b>0,00</b>

<b>Nota Final SISTEMA DE INFORMAÇÃO</b>	
<b>Atividade</b>	<b>Pontuação</b>
1. Administração do Aplicativo	0,00
2. Comunicação	0,00
3. Biblioteca	0,00
4. Atendimentos	0,00
Soma de todas as notas (SN)	0,00
<b>Nota Final (NF) categoria = SN/4</b>	<b>0,00</b>
<b>Percentual de Implementação Cálculo= NF em %</b>	<b>0,00%</b>

<b>Categoria 4. GESTÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E CONTRATOS</b>	
<b>4.1. Gestão da Propriedade Intelectual</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Realiza cadastramento das solicitações (patetes, registro, etc.)	
Utiliza formulário para registro de informações sobre a invenção.	
Realiza pesquisa nas bases de patente e elabora formulário de busca.	
Redige informações sobre a invenção em formulário específico.	
Realiza o depósito do pedido junto ao órgão competente.	
Soma dos Pontos (SM)	0
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/15</b>	<b>0,00</b>

<b>4.2. Projetos</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Realiza-se o cadastro dos projetos na instituição.	
Tem armazenadas as informações dos projetos (objetivos, cronograma, etc.).	
Soma dos Pontos (SM)	0
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/6</b>	<b>0,00</b>



<b>4.3. Gestão de Negócios</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Registra e cadastro dos atendimentos.	
Realiza mapeamento das necessidades de interação universidade-empresa.	
As partes assinarem termo de confidencialidade antes das reuniões.	
Tem mapeadas as competências na ICT ou no setor produtivo, de acordo com as necessidades.	
Realizam protocolo de intenções.	
Elaboram contratos, convênio ou acordo.	
<b>Soma dos Pontos (SM)</b>	<b>0</b>
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/18</b>	<b>0,00</b>

<b>4.4. Gestão de Negócios Jurídicos</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Cadastram os processos.	3
Possui consultor para análise do processo.	3
Emite parecer jurídico.	3
Encaminha o processo após parecer para os demais setores.	3
<b>Soma dos Pontos (SM)</b>	<b>12</b>
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/12</b>	<b>100,00</b>

<b>Nota Final - GESTÃO DA PROPRIEDADE INTELLECTUAL E CONTRATOS</b>	
<b>Atividade</b>	<b>Pontuação</b>
1. Gestão da PI e Contratos	0,00
2. Projetos	0,00
3. Gestão de Negócios	0,00
4. Processos Jurídicos	0,00
Soma de todas as notas (SN)	0,00
<b>Nota Final (NF) categoria = SN/4</b>	<b>0,00</b>
<b>Percentual de Implementação</b> Cálculo= NF em %	<b>0%</b>



## Categoria 5. MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS

### 5.1. Análise do Planejamento Estratégico

O que verificar	Pontuação
NIT conhece os objetivos da ICT	
Conhece estratégias, políticas e diretrizes da ICT.	
Soma dos Pontos (SM)	0
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/6</b>	<b>0,00</b>

### 5.2. Definição do Conceito de Competências a ser aplicado no NIT

O que verificar	Pontuação
Conhece as competências que se aplicam a UFSC	
Conhece os pesquisadores por tipos de perfis dentre as variáveis de habilidades.	
Mapeados os laboratórios da ICT.	
Tem matriz conceitual com variáveis para mapeamento de competências.	
Soma dos Pontos (SM)	0
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/12</b>	<b>0,00</b>

### 5.3. Identificação de Áreas de Reconhecimento da ICT

O que verificar	Pontuação
Realizam busca em fontes de informação de competências.	
Busca em base de dados que sinalizem as áreas de competência da UFSC.	
Soma dos Pontos (SM)	0
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/6</b>	<b>0,00</b>

### 5.4. Levantamento do Quadro de Pesquisadores

O que verificar	Pontuação
Possuem listados os docentes da instituição.	
Soma dos Pontos (SM)	0
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/3</b>	<b>0,00</b>

### 5.5. Análise do Currículo dos Docentes

O que verificar	Pontuação
Realizam busca por palavras-chave.	
Identificados por áreas de publicação.	


Tem identificados os projetos de pesquisa.	
Conhecem as parcerias já realizadas.	
Tem identificadas as parcerias em andamento.	
Soma dos Pontos (SM)	0
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/15</b>	<b>0,00</b>

<b>5.6. Realização de Entrevistas</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Escolher laboratórios e pesquisadores segundo o perfil pretendido.	
Realizam agendamento Via e-mail ou telefone.	
Possuem roteiro de entrevistas e coleta de dados.	
Soma dos Pontos (SM)	0
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/9</b>	<b>0,00</b>

<b>5.7. Elaboração do Mapa de Competências</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Utilizam aplicativo para tabulação dos dados.	
Competências classificadas de acordo com mapa estabelecido.	
Possuem mapa de competência da ICT.	
Soma dos Pontos (SM)	0
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/9</b>	<b>0,00</b>

<b>Nota Final MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS</b>	
<b>Atividade</b>	<b>Pontuação</b>
1. Análise do Planejamento Estratégico	0,00
2. Definição do Conceito de Competências a ser aplicado no NIT	0,00
3. Identificação de Áreas de Reconhecimento da ICT	0,00
4. Levantamento do Quadro de Pesquisadores	0,00
5. Análise do Currículo dos Docentes	0,00
6. Realização de Entrevistas	0,00
7. Elaboração do Mapa de Competências	0,00
Soma de todas as notas (SN)	0,00
<b>Nota Final (NF) categoria = SN/7</b>	<b>0,00</b>

<b>Percentual de Implementação</b>	
<b>Cálculo = NF em %</b>	<b>0,00%</b>


	
<b>Categoria 6. RELAÇÃO COM A SOCIEDADE</b>	
<b>6.1. Prospecção</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Conhece competências da ICT por área e as pesquisas com potencial de mercado.	
Cruza competências da ICT com setores da sociedade que possam se interessar.	
Tem mapeadas as instituições para cada setor identificado.	
Cadastro das instituições em nível local, regional e estadual.	
Registro das informações relevantes de cada instituição (participação no mercado, recursos humanos, parcerias).	
Estratégias de aproximação com as instituições.	
<b>Soma dos Pontos (SM)</b>	<b>0</b>
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/18</b>	<b>0,00</b>

<b>6.2. Relacionamento</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
No relacionamento com as empresa. Busca conhecer o que as motiva na parceria com a ICT.	
Mapea instituições do 3º setor na região da ICT e avaliar suas demandas.	
Possui relacionamento com outras ICTs, participação no FORTEC, feiras, etc.	
Participa de discussões sobre inovação, transferência de tecnologia, propriedade intelectual com órgãos de fomento.	
Organiza feiras para exposição de inventos e outras ações de relacionamento com inventores independentes.	
Possui relacionamento com a administração pública para conhecer áreas que receberão maior investimento.	
Comunicação transparente com pesquisadores, visitas a laboratórios e realização de reuniões entre pesquisadores e empresários.	
<b>Soma dos Pontos (SM)</b>	<b>0</b>
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/21</b>	<b>0,00</b>

<b>6.3. Negociação</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Possui procedimentos estabelecidos para negociações.	
Se há procedimento definido para a apresentação a possíveis parceiros.	
Soma dos Pontos (SM)	0
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/6</b>	<b>0,00</b>

<b>6.4. Prestação de Serviço</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Informa ao cliente os passos do atendimento e procedimentos que cabem ao NIT executar.	
Gere a qualidade dos serviços, buscando compreender o que o cliente espera.	
Monitora se os envolvidos executam as funções e cumprem os prazos previstos.	
Monitora se o que foi comunicado está sendo executado.	
Solicita <i>feedback</i> do atendimento aos clientes.	
Soma dos Pontos (SM)	0
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/15</b>	<b>0,00</b>

<b>Nota Final – RELAÇÃO COM A SOCIEDADE</b>	
<b>Atividade</b>	<b>Pontuação</b>
1. Prospecção	0,00
2. Relacionamento	0,00
3. Negociação	0,00
4. Prestação de Serviço	0,00
Soma de todas as notas (SN)	0,00
<b>Nota Final (NF) categoria = SN/4</b>	<b>0,00</b>
<b>Percentual de Implementação</b> Cálculo= NF em %	<b>0%</b>

 <b>Categoria 7. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO</b>	
<b>7.1. Emissor da Mensagem</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Possui nome do NIT definido.	
Possui logotipo, cores, fontes e aplicação do uso da marca definidos.	
<b>Soma dos Pontos (SM)</b>	<b>0</b>
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/6</b>	<b>0,00</b>

<b>7.2. Selecionar o Público-Alvo</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Tem fluxo para a comunicação interna, definido de acordo com a demanda.	
Mapeamento dos pesquisadores e competências.	
Mapeamento dos colaboradores que possam contribuir com o NIT.	
Mapeamento dos discentes com projetos de pesquisa.	
Mapeamento das empresas e outros por região, porte e área de atuação com perfil para as áreas de conhecimento da ICT.	
Mapeamento das instituições do 3º setor em nível local agrupado por área de atuação.	
Outras ICTs mapeadas geograficamente com comparativos de pontos fortes com os da ICT.	
Conhecer os representantes dos principais órgãos de financiamento e as áreas com mais projetos de pesquisa.	
Conhece as associações de inventores regionais e busca contato com inventores independentes.	
Identificar demandas para inovação no setor público.	
<b>Soma dos Pontos (SM)</b>	<b>0</b>
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/30</b>	<b>0,00</b>

<b>7.3. Objetivo da Mensagem</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Objetivos de comunicação do NIT com estratégia de comunicação.	
<b>Soma dos Pontos (SM)</b>	<b>0</b>
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/3</b>	<b>0,00</b>

7.4. Conteúdo e Meio da Mensagem	
O que verificar	Pontuação
Linhas de ação para comunicação interna definida.	
Linhas de ação para comunicação mercadológica, ICT definidas.	
Linhas de ação para comunicação mercadológica, sociedade definidas.	
Linhas ação para comunicação institucional definida.	
Soma dos Pontos (SM)	0
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/12</b>	<b>0,00</b>

7.5. Gerenciamento da Comunicação	
O que verificar	Pontuação
Avalia resultados das ações: publico atingido x público sensibilizado.	
Soma dos Pontos (SM)	0
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/3</b>	<b>0,00</b>

Nota Final – ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO	
Atividade	Pontuação
1. Emissor da Mensagem	0,00
2. Selecionar o Público-Alvo	0,00
3. Objetivo da Mensagem	0,00
4. Conteúdo e Meio da Mensagem	0,00
5. Gerenciamento da Comunicação	
Soma de todas as notas (SN)	0,00
<b>Nota Final (NF) categoria = SN/5</b>	<b>0,00</b>
<b>Percentual de Implementação</b> Cálculo= NF em %	<b>0%</b>

<b>Categoria 8. COMERCIALIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS</b>	
<b>8.1. Avaliação Científica de Tecnologias</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Caracteriza a tecnologia, com registro das etapas de P&D, nível de proteção de PI, aplicações possíveis entre outros.	
Possui instrumento de avaliação de risco percebido nas fases de um projeto de inovação tecnológica.	
Possui instrumento para registro de orçamento de P&D.	
<b>Soma dos Pontos (SM)</b>	<b>0</b>
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/9</b>	<b>0,00</b>


<b>8.2. Avaliação Mercadológica de Tecnologias</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Utiliza metodologia para caracterização do negócio e do mercado.	
Utiliza método para avaliação de riscos.	
Definem os investimentos necessários através de instrumento próprio.	
<b>Soma dos Pontos (SM)</b>	<b>0</b>
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/9</b>	<b>0,00</b>

<b>8.3. Valoração de Tecnologias</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Definir se será comercializado o resultado ou se é prestação de serviço.	
Registra o definido no item anterior em instrumento próprio.	
<b>Soma dos Pontos (SM)</b>	<b>0</b>
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/6</b>	<b>0,00</b>

<b>8.4. Negociação de Tecnologias</b>	
<b>O que verificar</b>	<b>Pontuação</b>
Define forma de transferência de tecnologia.	
Define preços iniciais para negociação.	
Define estrutura de pagamento (única, periódica, por fase).	
Realiza preparação para a negociação.	
<b>Soma dos Pontos (SM)</b>	<b>0</b>
<b>Nota da atividade (NA)=SMx100/12</b>	<b>0,00</b>



<b>Nota Final – COMERCIALIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS</b>	
<b>Atividade</b>	<b>Pontuação</b>
1. Avaliação Científica de Tecnologias	0,00
2. Avaliação Mercadológica de Tecnologias	0,00
3. Valoração de Tecnologias	0,00
4. Negociação de Tecnologias	0,00
Soma de todas as notas (SN)	0,00
<b>Nota Final (NF) categoria = SN/4</b>	<b>0,00</b>
<b>Percentual de Implementação Cálculo= NF em %</b>	<b>0%</b>










 <b>Categoria 9. INDICADORES DE DESEMPENHO</b>		
<b>9.1. Grupo de Dimensão Entradas</b>		
<b>Dimensão</b>	<b>Verificar Existência</b>	<b>Pontuação</b>
	<b>Indicadores</b>	
<b>Estrutura Organizacional</b>	Motivação Interna. Aceitação na ICT.	
	Configuração Orçamentária. Retorno x Despesas.	
<b>Planejamento Estratégico</b>	Percentual de metas atingidas.	
	Número de estratégias executadas.	
<b>Mapeamento de Competências</b>	Atração de Recursos Humanos. Número de PHDs.	
	Número de mestres e doutores do quadro da ICT inserido nas empresas.	
	Graduados em engenharias e ciências.	
	Proximidade pesquisadores. Número entrevistas, reuniões realizadas.	
	Sensibilização. Percentual de aceitação para realização de pesquisas com empresas.	
<b>Soma dos pontos (SM)</b>		
<b>Nota da atividade (NA) = SM X 100 / 27</b>		

9.2. Grupo de Dimensão Processos		
Dimensão	Verificar Existência	Pontuação
	Indicadores	
Sistemas de Informação	Tempo médio de tramitação de processos.	
	Tempo médio de resposta a um atendimento.	
Gestão da PI	Número de tecnologias em análise.	
	Número de tecnologias recusadas.	
	Número de proteções depositadas.	
	Número de proteções concedidas.	
	Tempo de reposta para elaboração de contratos.	
	Número de pesquisas realizadas.	
Estratégias de Comunicação	Número de comunicações internas realizadas.	
	Número de comunicações externas realizadas.	
	Número de eventos realizados.	
<b>Soma dos pontos (SM)</b>		
<b>Nota da atividade (NA) = SM X 100 / 33</b>		

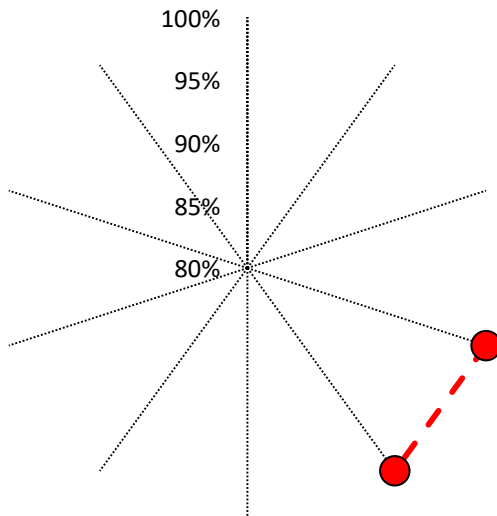
9.3. Grupo de Dimensão Saída		
Dimensão	Verificar Existência	Pontuação
	Indicadores	
Comercialização de Tecnologia	Prospecção. Número de instituições mapeadas.	
	Prospecção. Número de instituições contactadas.	
	Prospecção. Número de reuniões realizadas.	
	Relacionamento. Número de demandas recebidas.	
	Relacionamento. Percentual de demandas atendidas.	
	Relacionamento. Número de parcerias com inventores.	
	Negociação. Número de contratos assinados.	
	Negociação. Número de convênios assinados.	
	Negociação. Percentual de negociações acordadas.	
	Potencial dos discentes. Número de alunos graduados contratados por meio de projetos realizados na ICT.	
	Desenvolvimento. Número de <i>spin-off</i> gerados.	

<b>Comercialização de Tecnologia</b>	Geração de produtos/processos: Número de novos produtos.	
	Receita de <i>Royalties</i> . Receita percentual em relação a total do NIT.	
	Mercados beneficiados. Número de mercados beneficiados.	
<b>Soma dos pontos (SM)</b>		
<b>Nota da atividade (NA) = SM X 100 /42</b>		

<b>Nota Final – INDICADORES DE DESEMPENHO</b>	
<b>Atividade</b>	<b>Pontuação</b>
<b>1. Grupo de Dimensão Entradas</b>	0,00
<b>2. Grupo de Dimensão Processos</b>	0,00
<b>3. Grupo de Dimensão Saída</b>	0,00
Soma de todas as notas (SN)	0,00
<b>Nota Final (NF) categoria = SN/3</b>	<b>0,00</b>
<b>Percentual de Implementação</b> Cálculo= NF em %	<b>0%</b>

<b>MÉDIA DE TODAS AS ETAPAS PRONIT</b>		<b>X%</b>
Média = Soma dos % Etapas / 9		
	Estrutura Organizacional	%
	Planejamento Estratégico	%
	Sistemas de Informação	%
	Gestão da Propriedade Intelectual	%
	Mapeamento de Competências	%
	Relação com a Sociedade	%
	Estratégias de Comunicação	%
	Comercialização de Tecnologias	%
	Avaliação de Desempenho	%

### PERCENTUAL DE APLICAÇÃO DO MODELO PRONIT



## ANEXO A – Tabelas originais do Modelo PRONTI de avaliação NIT.

Tabela 1- Referencial para pontuação.

PONTUAÇÃO	
Estágio da Atividade	Pontuação da atividade
Não iniciada.	0
Iniciada, mas em espera.	1
Em andamento.	2
Concluída.	3

CATEGORIA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL		
Etapa - Motivação Interna		
O que fazer	Como fazer	Pontuação
Ter apoio da alta gestão da ICT	Mobilizar a alta-gestão para que não apenas autorize a instalação do NIT, mas sim o veja como um núcleo estratégico na ICT.	
Nomear uma comissão de estruturação do NIT	Reunir gestores, pesquisadores de diversas áreas e colaboradores com funções administrativas, num número entre seis e doze pessoas no total.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 6</b>		

Etapa - Formalização do NIT		
O que fazer	Como fazer	Pontuação
Definir posição no organograma	Analisar o organograma da instituição e definir qual a melhor posição, sob a análise da missão e metas da ICT, para alocar o NIT.	
Definir as competências do NIT	Definir as competências de atuação do NIT e se ater à legislação vigente.	
Deferir um documento legal que dê legitimidade para a criação do NIT	Formalizar sob a forma de um documento pertinente à figura jurídica da ICT (resolução, portaria, etc.) que oficialize a criação do NIT.	
Elaborar a Política de Inovação da ICT	Estabelecer um programa de reuniões entre a comissão de estruturação do NIT e dirigentes da ICT. Planejar uma linha de assuntos a serem discutidos em cada reunião e deliberar atividades para os membros.	
Elaborar a Política de Propriedade	Estabelecer um programa de reuniões entre a comissão de estruturação do NIT e dirigentes da	

Intelectual da ICT	ICT. Planejar uma linha de assuntos a serem discutidos em cada reunião e deliberar atividades para os membros.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 15</b>		

<b>Etapa - Configuração do NIT</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Definir modelo de atuação do NIT	Avaliar dentre os modelos de serviço, desenvolvimento ou renda qual será o estilo predominante de atuação do NIT.	
Estruturar as funções e cargos da equipe	Definir quais serão os cargos e funções a serem desempenhadas pela equipe.	
Definir a estrutura física a ser utilizada pelo NIT	Definir o espaço físico a ser ocupado pelo NIT e listar todos os equipamentos necessários para o seu funcionamento.	
Nomear equipe do NIT	Analisar no quadro de colaboradores e docentes as pessoas a serem convidadas a fazer parte do NIT, e fazer a nomeação formal da equipe.	
Definir o orçamento do NIT	Prever as despesas fixas e variáveis para a atuação do NIT e elaborar um orçamento.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 15</b>		

<b>Soma das notas da categoria Estrutura Organizacional</b>	
<b>Atividade</b>	<b>Nota</b>
Motivação interna	
Formalização do NIT	
Configuração do NIT	
Soma de todas as notas (SN)	
<b>Nota final da categoria Estrutura Organizacional</b>	
<b>Nota Final = SN / 4</b>	

<b>CATEGORIA PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b>		
<b>Etapa - Diretrizes Organizacionais</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Definição da missão	Elaborar um texto pequeno, com aproximadamente cinco linhas, que reflita o propósito do NIT e declare sua razão de existência. Deve ser objetivo e transparente. A missão do NIT deve estar alinhada com a missão da ICT.	

Definição da visão	Elaborar um texto pequeno que contenha um ou dois objetivos de longo prazo para o NIT. Pode apresentar uma data para esse objetivo ser alcançado. É necessário que a visão esteja alinhada com a missão do NIT e seja viável a ser alcançada.	
Definição dos valores	Representar, por meio de frases curtas ou palavras pontuais, as crenças e convicções do NIT. Os valores do NIT devem estar alinhados com os valores da ICT.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 9</b>		

<b>Etapa - Análise SWOT</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Identificar os pontos fortes no ambiente interno: NIT	Verificar o potencial do NIT.	
Identificar os pontos fracos no ambiente interno: NIT	Verificar o que pode ser melhorado.	
Identificar os pontos fortes no ambiente intermediário: ICT	Analisar, dentro da ICT, os pontos de destaque.	
Identificar os pontos fracos no ambiente intermediário: ICT	Analisar, dentro da ICT, os pontos que podem ser melhorados.	
Identificar as oportunidades no ambiente intermediário: ICT	Identificar quais características da ICT podem ser classificadas como oportunidades para a atuação do NIT.	
Identificar as ameaças no ambiente intermediário: ICT	Identificar quais características da ICT podem ser classificadas como ameaças para a atuação do NIT.	
Identificar as oportunidades do ambiente externo: sociedade	Identificar quais características da sociedade (empresas, terceiro setor, outras ICTs, órgãos de financiamento, inventores independentes e a administração pública) podem ser classificadas como oportunidades para a atuação do NIT.	
Identificar as ameaças do ambiente externo: sociedade	Identificar quais características da sociedade podem ser classificadas como ameaças para a atuação do NIT.	
Identificar as oportunidades do macroambiente	Identificar as tendências dentro das principais áreas (política, sociocultural, econômica, tecnológica, e ecológica) que podem ser classificadas como oportunidades para a atuação do NIT.	
Identificar as ameaças do macroambiente	Identificar as tendências dentro das principais áreas que podem ser classificadas como ameaças para a atuação do NIT	
Soma dos Pontos (SM)		

<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 30</b>	
---	--

<b>Etapa - Formulação de Metas</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Criar metas de oportunidade para o NIT com base	Se embasar na análise dos pontos fortes do NIT e da ICT para criar novas linhas de ação voltadas para as oportunidades encontradas no ambiente externo e no macroambiente.	
Criar metas de melhorias para o NIT.	Se embasar nos pontos fracos do NIT e da ICT para buscar melhorar algumas linhas de ação, a fim de explorar as oportunidades encontradas no ambiente externo e no macroambiente.	
Criar metas de defesa perante o ambiente externo e macroambiente	Se embasar na análise dos pontos fortes do NIT e da ICT para se defender das ameaças encontradas no ambiente externo e no macroambiente.	
Criar metas de defesa perante o ambiente intermediário, ICT	Se embasar na análise dos pontos fortes do NIT para se defender das ameaças encontradas na ICT.	
Criar metas de mudanças radicais perante o ambiente externo e macroambiente	Confrontar as fraquezas do NIT e da ICT com as ameaças encontradas no ambiente externo e no macroambiente para criar linhas de ação inovadoras.	
Criar metas de mudanças radicais perante o ambiente intermediário, ICT	Confrontar as fraquezas no NIT com as ameaças encontradas na ICT.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 18</b>		

<b>Etapa - Formulação de Estratégias</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Traçar estratégias para cada meta estabelecida	Elaborar cada estratégia respondendo sete perguntas: O que será feito? Por quem será feito? Por que será feito? Onde será feito? Quando será feito? Como será feito? Quanto custará pra fazer?	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 3</b>		

<b>Etapa - Implementação</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Reavaliar a análise SWOT	Analisar todas as observações feitas.	
Reavaliar as metas delineadas	Analisar cada meta traçada e verificar se não há incongruências entre elas.	
Reavaliar as estratégias	Analisar as estratégias propostas para cada meta e verificar se são ações possíveis.	



Verificar se todos compreenderam o planejamento estratégico	Rever com a equipe se todos compreenderam e assimilaram o planejamento estratégico.	
Analisar as responsabilidades e compromissos	Verificar se os responsáveis de cada estratégia compreenderam suas responsabilidades e compromissos.	
Desenvolver linhas de ação	O responsável de cada estratégia deverá desenvolver uma breve linha de ação, com etapas e prazos, para colocar a estratégia em prática.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 18</b>		

<b>Etapa - Feedback e Controle</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Realizar o acompanhamento da implantação das estratégias	Acompanhar por meio de reuniões semanais com a equipe o cumprimento das ações de cada estratégia.	
Corrigir eventuais falhas detectadas no feedback de implantação das linhas de ação.	Se necessário, criar alterações nas estratégias.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 6</b>		

<b>Soma das notas da categoria Planejamento Estratégico</b>	
<b>Atividade</b>	<b>Nota</b>
Diretrizes organizacionais	
Análise SWOT	
Formulação de metas	
Formulação de estratégias	
Implementação	
Feedback e controle	
Soma de todas as notas (SN)	
<b>Nota final da categoria Planejamento Estratégico</b>	
<b>Nota Final = SN / 6</b>	

<b>CATEGORIA - SISTEMA DE INFORMAÇÃO</b>		
<b>Etapa - Administração do Aplicativo</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Controlar os atendimentos	Avaliar os registros, o tempo de resposta e o desfecho dos atendimentos.	
Cadastrar usuários	Efetuar e aprovar cadastro de novos usuários no sistema.	
Hierarquia de acesso	Definir hierarquia de acesso e permissões para novos usuários de acordo com o perfil do usuário.	
Segurança das informações	Visualizar os usuários cadastrados no sistema, de acordo com o perfil, data e hora de autenticação.	
	Autorizar publicações de acordo com as permissões dos usuários.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 15</b>		

<b>Comunicação</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Agendar compromissos	Desenvolver uma agenda eletrônica que permita agendar compromissos, cruzar dados e fornecer relatórios de compatibilidade de compromissos.	
Possibilitar troca de mensagens	Desenvolver ferramentas para envio e recebimento de mensagens aos usuários cadastrados no sistema.	
Comunicar as publicações e alterações do sistema	Publicar todas as alterações feitas no sistema no perfil do usuário de acordo com suas permissões.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 9</b>		

<b>Biblioteca</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Publicar documentos oficiais e material para construção coletiva do conhecimento.	Desenvolver ferramentas que permitam a publicação e armazenamento de documentos oficiais nos NITs, e de material que auxilie na construção coletiva do conhecimento, como artigos, livros, teses dissertações, entre outros.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 3</b>		

<b>Soma das notas da categoria Sistemas de Informação</b>	
<b>Atividade</b>	<b>Nota</b>
Administração do Aplicativo	
Comunicação	
Biblioteca	
Soma de todas as notas (SN)	
<b>Nota final da categoria de Sistemas de Informação</b>	
<b>Notal Final = SN / 3</b>	

<b>GESTÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E CONTRATOS</b>		
<b>Etapa - Gestão de Propriedade Intelectual</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Cadastrar as solicitações de proteção da propriedade intelectual	Elaborar formulário específico para cadastro da solicitação (patente de invenção, registro ou certificado).	
Preencher formulários sobre a invenção	Elaborar formulário para informações sobre a invenção.	
Relatório de busca de anterioridade	Pesquisar nas bases de patente e elaborar relatório de busca.	
Redigir informações sobre a invenção	Redigir informações sobre a invenção em formulário específico.	
Depositar o pedido	Encaminhar formulário preenchido ao órgão competente para solicitar a proteção.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 15</b>		

<b>Etapa - Projetos</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Cadastrar o projeto	Cadastrar o projeto.	
Levantar informações sobre o projeto	Elaborar formulário para informações do projeto (objetivos, cronograma, financiamento, etc.).	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 6</b>		

<b>Etapa - Gestão de Parcerias e Negócios</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Cadastrar o atendimento	Elaborar cadastro para registrar os atendimentos.	

Mapear as necessidades de interação universidade-empresa	Elaborar formulário para mapear as necessidades de interação.	
Elaborar termo de confidencialidade	Antes de iniciar as reuniões para definição da interação, as partes devem assinar um termo de confidencialidade.	
Mapear as competências	De acordo com a necessidade da empresa ou do pesquisador, mapear as competências na ICT ou no setor produtivo.	
Elaborar protocolo de intenções	Com as competências mapeadas, de acordo com a necessidade da interação, elaborar protocolo de intenções.	
Elaborar contrato, convênio ou acordo	Elaborar documento contendo todas as cláusulas da parceria (propriedade intelectual, licenciamento, etc.).	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 18</b>		

<b>Processos Jurídicos</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Cadastrar o processo	Elaborar formulário para cadastrar o processo.	
Selecionar o consultor para análise do processo	Selecionar consultor para emissão de parecer.	
Emitir parecer	Elaborar formulário específico para emissão de parecer.	
Encaminhar o processo	Após emissão do parecer pelo consultor, o processo deve ser encaminhado para as devidas providências.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 12</b>		

<b>Etapa - Atendimentos</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Localizar cadastro	Buscar cadastro de usuário.	
Efetuar cadastro	Elaborar formulário para cadastro de usuários.	
Registrar o atendimento	Cadastrar o atendimento.	
Direcionar o atendimento	De acordo com a demanda direcionar o atendimento.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 12=</b>		

<b>Soma das notas da categoria Gestão da Propriedade Intelectual e Contratos</b>	
<b>Atividade</b>	<b>Nota</b>
Gestão de propriedade intelectual	
Projetos	
Gestão de parceria e negócios	
Assessoria Jurídica	
Atendimentos	
Soma de todas as notas (SN)	
<b>Nota final da categoria de Gestão da PI e Contratos</b>	
<b>Notal Final = SN / 6</b>	

<b>CATEGORIA - MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS</b>		
<b>Etapa - Análise do Planejamento Estratégico da ICT</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Identificação de objetivos da ICT	Buscar documentos do planejamento estratégico e outros documentos com o plano estratégico, políticas e diretrizes da ICT.	
Identificação de estratégias da ICT	Buscar documentos do planejamento estratégico e outros documentos com o plano estratégico, políticas e diretrizes da ICT.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 6</b>		

<b>Etapa - Definição do Conceito de Competências a Ser Aplicado no NIT</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Definir, dentre os conceitos de competência, qual será aplicado ao NIT	Definir as variações para caracterização do conceito de conhecimento, habilidades e atitudes aplicados à ICT.	
Classificar o perfil dos pesquisadores	Dentre as variáveis de habilidades e atitudes, organizar e classificar tipos de perfis.	
Realizar entrevistas para validar o modelo	Mapear os laboratórios da ICT e escolher os pesquisadores que serão entrevistados nesta etapa.	
Elaborar a matriz conceitual	Definir as variáveis a serem trabalhadas no mapeamento de competências.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 12</b>		

<b>Etapa - Identificação de Áreas de reconhecimento da ICT</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Identificar fontes de informação	Revistas, jornais, projetos, prêmios, empresas líderes, associações, Lattes, Portal Inovação, etc.	
Realizar pesquisa em base de dados existentes	Identificar as notícias e artigos que sinalizem as áreas de competência da ICT.	
Identificar os pontos fortes da ICT	Áreas e linhas de pesquisa, pesquisadores, grupos de pesquisa, laboratórios.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 9</b>		

<b>Etapa - Levantamento do Quadro de Pesquisadores</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Listar o quadro de docentes da ICT	Buscar informações nas bases de dados internas da instituição.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 3</b>		

<b>Etapa - Análise do Currículo dos Docentes</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Identificar as palavras-chaves	Busca direta das palavras-chaves no currículo Lattes – análise em base de dados primária.	
Identificar as áreas de publicação	Busca direta das palavras-chaves no currículo Lattes – análise em base de dados primária.	
Identificar os projetos de pesquisa	Busca direta das palavras-chaves no currículo Lattes – análise em base de dados primária.	
Identificar as parcerias já realizadas	Análise de conteúdo no currículo Lattes.	
Identificar as parcerias em andamento	Análise de conteúdo no currículo Lattes.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 15</b>		

<b>Etapa - Realização de Entrevistas</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Escolher os pesquisadores e laboratórios a serem entrevistados	Mapear os laboratórios da ICT e, partir de critérios pré-definidos, escolher os pesquisadores que serão entrevistados nesta etapa.	
Agendar as entrevistas	Via e-mail ou contato telefônico.	

Realizar as entrevistas	Elaborar e aplicar roteiro de entrevistas para coleta de dados das variáveis definidas anteriormente.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 9</b>		

<b>Etapa - Elaboração do Mapa de Competências</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Tabular os dados	Utilizar Microsoft Excell ou outro aplicativo para tabulação dos dados	
Classificar as competências	Utilizar a ferramenta de banco de dados escolhida na etapa anterior para classificar as competências de acordo com o mapa estabelecido.	
Elaborar o mapa de competências institucional	Será o resultado da tabulação dos dados e da classificação das competências da ICT. Poderá ser organizado de acordo com os filtros que o NIT vai estabelecer como prioridade.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 9</b>		

<b>Soma das notas da categoria Mapeamento de Competências</b>	
<b>Atividade</b>	<b>Nota</b>
Análise do planejamento estratégico da ICT	
Definição do conceito de competências a ser aplicado no NIT	
Identificação de áreas de reconhecimento da ICT	
Levantamento do quadro de pesquisadores	
Análise do Currículo dos docentes	
Realização de entrevistas	
Elaboração do mapa de competências	
<b>Soma de todas as notas (SN)</b>	
<b>Nota final da categoria Mapeamento de Competências</b>	
<b>Notal Final = SN / 7</b>	

<b>CATEGORIA - RELAÇÃO COM A SOCIEDADE</b>		
<b>Etapa - Prospecção</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Analisar o mapa de competências da ICT	Agrupar as competências por área. Agrupar os setores com maior número de pesquisa. Separar as pesquisas com potencial mercadológico. Avaliar o estágio das pesquisas com potencial mercadológico.	
Cruzar as competências e tecnologias com os setores da sociedade	Buscar quais setores da sociedade poderiam se interessar pelas competências da ICT (setor farmacêutico, construção civil, etc.).	
Mapear as instituições para cada setor identificado	Buscar por meio de associações, sites de busca (Portal Inovação), bancos de dados de patentes, etc., as instituições que se encaixam nos setores identificados.	
Separar as instituições por localização geográfica	Agrupar as instituições em nível local, regional e estadual.	
Desenvolver o perfil de cada instituição	Elaborar um documento com informações relevantes de cada instituição, como situação atual, percentual de participação no mercado, estrutura de recursos humanos (quem são as pessoas que ocupam os cargos-chave), parcerias já realizadas, etc.	
Criar estratégias de aproximação	Contatar as instituições identificadas. O primeiro passo pode ser por telefone, diretamente com a pessoa que lida com pesquisa e desenvolvimento e, após o contato inicial, o NIT pode enviar um material descritivo mercadológico sobre a tecnologia.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 18</b>		

<b>Etapa - Relação com a Sociedade</b>		
<b>Prospecção</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Analisar o mapa de competências da ICT	Agrupar as competências por área. Agrupar os setores com maior número de pesquisa. Separar as pesquisas com potencial mercadológico. Avaliar o estágio das pesquisas com potencial mercadológico.	
Cruzar as competências e tecnologias com os setores da sociedade	Buscar quais setores da sociedade poderiam se interessar pelas competências da ICT (setor farmacêutico, construção civil, etc.).	



Mapear as instituições para cada setor identificado	Buscar por meio de associações, sites de busca (Portal Inovação), bancos de dados de patentes, etc., as instituições que se encaixam nos setores identificados.	
Separar as instituições por localização geográfica	Agrupar as instituições em nível local, regional e estadual.	
Desenvolver o perfil de cada instituição	Elaborar um documento com informações relevantes de cada instituição, como situação atual, percentual de participação no mercado, estrutura de recursos humanos (quem são as pessoas que ocupam os cargos-chave), parcerias já realizadas, etc.	
Criar estratégias de aproximação	Contatar as instituições identificadas. O primeiro passo pode ser por telefone, diretamente com a pessoa que lida com pesquisa e desenvolvimento e, após o contato inicial, o NIT pode enviar um material descritivo mercadológico sobre a tecnologia.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 18</b>		

<b>Etapa - Relacionamento</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Relacionamento com as empresas	Ao se comunicar com as empresas, buscar enfatizar o que as motiva a estabelecer parceria com uma ICT, como acesso a professores e alunos; acesso à tecnologia para resolução de problemas, obter informações sobre o estado da arte de determinadas tecnologias; prestígio; uso econômico dos recursos; suporte técnico; acesso às instalações da ICT.	
Relacionamento com o terceiro setor	Mapear as instituições do terceiro setor da região geográfica da ICT e avaliar suas principais demandas.	
Relacionamento com outras ICTs	Afiliar o NIT ao Fortec. Participar de eventos / cursos / congressos que reúnam NITs de outras ICTs. Fomentar a instalação de uma rede de NITs em sua região e participar ativamente.	
Relacionamento com órgãos de financiamento	Participar de discussões sobre inovação, transferência de tecnologia, propriedade intelectual, etc, fomentada por esses órgãos.	
Relacionamento com inventores independentes	Organizar feiras para exposição de inventos na ICT. Criar um canal de comunicação no site do NIT, exclusivo para esse segmento. Desenvolver um formulário de descrição de invenção, atrelado a um termo de confidencialidade. Ter um processo de avaliação de invenção pré-estabelecido.	

Relação com a administração pública	Analisar as diretrizes para o desenvolvimento de sua cidade e/ou estado. Conhecer as áreas que receberão maiores investimentos públicos.	
Relação com os pesquisadores	Estabelecer uma comunicação transparente. Visitar os laboratórios com periodicidade regular. Organizar reuniões entre pesquisadores e empresários.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 21</b>		

<b>Etapa - Negociação</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Estratégia de negociação	Criar um procedimento estratégico para conduzir as negociações, atendo-se aos passos apresentados no capítulo.	
Estratégia de tomada de decisão	Ao elaborar qualquer documento a ser apresentado a um possível parceiro criar um procedimento com passos que devem conter no projeto; dispor de prazos e funções bem definidas e dispor de informações comerciais, quando possível.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 6</b>		

<b>Etapa - Prestação de Serviço</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Gerir as expectativas dos clientes	Informar o cliente de todos os passos do atendimento e dos procedimentos que cabem ao NIT executar.	
Gerir a qualidade do serviço	Compreender o que o cliente espera do serviço.	
Gerir a entrega dos serviços	Certificar-se que todos os colaboradores envolvidos no processo de atendimento cumprirão suas funções, o que foi combinado com o cliente e dentro do prazo previsto.	
Gerir a comunicação	Se algo foi comunicado a um cliente, é necessário cumprir tudo o que foi prometido.	
Gerir a satisfação do cliente	Solicitar que os clientes deem feedback do atendimento recebido.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 15</b>		

<b>Soma das notas da categoria Relação com a Sociedade</b>	
<b>Atividade</b>	<b>Nota</b>
Prospecção	
Relacionamento	
Negociação	
Prestação de serviço	
Soma de todas as notas (SN)	
<b>Nota final da etapa Relação com a Sociedade</b>	
<b>Nota Final = SN / 4</b>	

<b>CATEGORIA - ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO</b>		
<b>Etapa - Emissor de Mensagem</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Definir a nomenclatura a ser adotada pelo NIT	Analisar qual nome o NIT adotará.	
Definir a identidade visual do NIT	Criar logotipo, definir o uso de cores e fontes e a aplicação do uso da marca.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 6</b>		

<b>Etapa - Selecionar o público-alvo</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Conhecer o público da comunicação interna	Definir o fluxo de comunicação interna.	
Conhecer o público da comunicação mercadológica: ICT, pesquisadores	Mapear pesquisadores: verificar no mapeamento de competências o perfil dos pesquisadores e criar uma classificação entre esse público.	
Conhecer o público da comunicação mercadológica: ICT, colaboradores	Mapear os colaboradores que possam contribuir para a atuação do NIT.	
Conhecer o público da comunicação mercadológica: ICT, discentes	Mapear os discentes com projetos de pesquisa.	
Conhecer o público da comunicação mercadológica: sociedade, empresas	Mapear as empresas da região por área de atuação e porte, e verificar suas demandas. Mapear as empresas nacionais com perfil para as áreas de conhecimento com potencial de pesquisa na ICT.	

Conhecer o público da comunicação mercadológica: sociedade, terceiro setor	Mapear as instituições do terceiro setor em nível local e agrupá-las por área de atuação.	
Conhecer o público da comunicação mercadológica: sociedade, outras ICTs	Mapear as ICTs por região geográfica e agrupá-las em duas categorias; as que possuem os mesmos pontos fortes que a ICT em questão e as que possuem como pontos fortes o que na ICT em questão foi identificado como ponto fraco.	
Conhecer o público da comunicação mercadológica: sociedade, órgãos de financiamento	Identificar as áreas com mais projetos para pesquisa. Identificar os representantes dos principais órgãos de financiamento.	
Inventores independentes	Mapear regionalmente as associações de inventores. Buscar com escritórios de patentes o contato de inventores independentes.	
Administração Pública	Identificar as demandas para inovação no setor público.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 33</b>		

<b>Etapa - Objetivo da Mensagem</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Definir os objetivos de comunicação	Alinhar os objetivos do NIT, definidos no planejamento estratégico, com uma estratégia de comunicação.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 3</b>		

<b>Etapa - Conteúdo e Meio da Mensagem</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Definir linhas de ação para a comunicação interna	Definir para cada objetivo uma ação de comunicação para atingi-lo.	
Definir linhas de ação para a comunicação mercadológica, ICT	Definir para cada objetivo uma ação de comunicação para atingi-lo.	
Definir linhas de ação para a comunicação mercadológica, sociedade	Definir para cada objetivo uma ação de comunicação para atingi-lo.	
Definir linhas de ação para a comunicação institucional	Definir para cada objetivo uma ação de comunicação para atingi-lo.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 12</b>		

<b>Etapa - Gerenciamento da Comunicação</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Avaliar as ações de comunicação	Verificar o resultado de cada ação realizada. Pode-se fazer uma avaliação do público atingido pela comunicação x público sensibilizado pela comunicação. Exemplo: um cartaz na sala de reuniões de um departamento pode atingir 20 professores, mas trouxe como resultado real 2 ligações para o NIT.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 3</b>		

<b>Soma das notas da categoria Estratégias de Comunicação</b>	
<b>Atividade</b>	<b>Nota</b>
Emissor da mensagem	
Selecionar público-alvo	
Objetivo da mensagem	
Conteúdo e meio da mensagem	
Gerenciamento da comunicação	
Soma de todas as notas (SN)	
<b>Nota final da categoria Estratégias de Comunicação</b>	
<b>Nota Final = SN / 5</b>	

<b>CATEGORIA - COMERCIALIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS</b>		
<b>Etapa - Avaliação Científicas de Tecnologias</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Caracterização da tecnologia	Formulário de avaliação que contenha os seguintes dados: etapa de pesquisa & desenvolvimento, nível de proteção de PI, possíveis produtos e aplicações industriais e comerciais, estado atual da técnica, problema atual que o produto resolve, dentre outros.	
Avaliação de riscos	Criar um instrumento de avaliação de risco percebido nas diferentes fases de um projeto de inovação tecnológica – conceitual, viabilidade e desenvolvimento.	
Orçamento de P&D	Criar planilhas que registrem o orçamento de P&D.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 9</b>		

<b>Etapa - Avaliação Mercadológica de Tecnologias</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Caracterização do negócio e do mercado	Utilizando uma metodologia de definição de modelo de negócios: por exemplo o modelo de Canvas do Alexander Osterwalder e Yves Pigneur.	
Avaliação de riscos	Utilizar um dos métodos de análise de risco: análise de sensibilidade, análise de cenários e simulação de Monte Carlo.	
Definição dos investimentos necessários	Criar planilhas que registrem os seguintes investimentos: aquisição de terrenos; construção de instalações de produção e operação; aquisição de máquinas, equipamentos e aparelhos; capital de giro; dentre outros.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 9</b>		

<b>Etapa - Valoração de Tecnologias</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Identificar qual é a situação de valoração	Definido se será comercializado o resultado, ou se é prestação de serviço.	
Preencher as planilhas apropriadas	Utilizar uma metodologia adequada ao passo anterior. Se for resultado deve-se calcular o VPL da tecnologia. Se for prestação de serviço deve ser calculado o custo e acrescentado um Mark-up.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 6</b>		

<b>Etapa - Negociação de Tecnologias</b>		
<b>O que fazer</b>	<b>Como fazer</b>	<b>Pontuação</b>
Definição da forma de transferência de tecnologia	Avaliando a questão referente ao investimento, e relação risco-retorno.	
Definição do preço para iniciar uma negociação	Utilizar os indicadores de valor como base. Pode ser um percentual do VPL que não comprometa o retorno para o investidor.	
Definição de uma estrutura de pagamento	Definir entre Royalties e pagamento total. As opções de royalties podem ser: manutenção, taxa anual, pagamento por fase concluída com sucesso.	
Preparação para a negociação	Conhecer o histórico do investidor como negociador, conhecer o problema a ser resolvido com a tecnologia, identificar o perfil do investidor em termos de risco e retorno, antecipar alternativas para negociação, garantir um ambiente adequado para a negociação.	
Soma dos Pontos (SM)		
<b>Nota da Atividade (NA) = SM x 100 / 12</b>		

<b>Soma das notas da categoria Comercialização das Tecnologias</b>	
<b>Atividade</b>	<b>Nota</b>
Avaliação científica de tecnologias	
Avaliação mercadológica de tecnologias	
Valoração de tecnologias	
Negociação de tecnologias	
Soma de todas as notas (SN)	
<b>Nota final da categoria Comercialização das Tecnologias</b>	
<b>Nota Final = SN / 4</b>	

<b>CATEGORIA MÉTRICAS DE DESEMPENHO</b>	
<b>INDICADORES DE PROCESSOS DO NIT</b>	
<b>Dimensão</b>	<b>Grupo da Dimensão</b>
Estrutura organizacional	Entradas
Planejamento estratégico	
Mapeamento de Competências	
Sistemas de Informação	Processos
Gestão da PI	
Estratégias de Comunicação	
Relação com a Sociedade	Saídas
Comercialização de tecnologia	

Criar os seguintes indicadores com o prazo mínimo estipulado nas tabelas.

<b>Grupo da Dimensão</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Procedimento de cálculo</b>	<b>Periodicidade</b>
<b>Entradas</b>	Estrutura organizacional	Motivação interna	Percentual de aceitação do NIT	Anual
		Configuração orçamento	Percentual de retorno financeiro x despesas anuais	Anual
	Planejamento estratégico	Metas estabelecidas	Percentual de metas atingidas	Semestral
		Estratégias de ação	Número de estratégias executadas	Semestral
	Mapeamento de Competências	Habilidade de atrair e reter recursos humanos	Número de PHDs	Anual
		Programas de fixação de mestres e	Número de mestres e doutores do quadro da ICT inserido nas	Anual

		doutores nas empresas	empresas	
		Graduados em engenharias e ciências	Quantidade de alunos egressos destes cursos	Semestral
		Proximidade do NIT com os pesquisadores	Número de entrevistas realizadas	Semestral
		Sensibilização	Percentual de aceitação para realização de pesquisas com empresas	Annual

Grupo da Dimensão	Dimensão	Indicadores	Procedimento de cálculo	Periodicidade
Processos	Sistemas de informação	Tramitação de processos	Tempo médio de tramitação	Mensal
		Atendimentos	Tempo médio de resposta a um atendimento	Mensal
	Gestão da PI	Propriedade intelectual	Número de tecnologias em análise	Semestral
		Propriedade intelectual	Número de tecnologias recusadas	Semestral
		Propriedade intelectual	Numero de proteções depositadas	Semestral
		Propriedade intelectual	Número de proteções concedidas	Semestral
		Gerenciamento de contratos	Tempo de resposta para elaboração de contratos	Mensal
	Estratégias de comunicação	Pesquisa de anterioridade	Número de pesquisas realizadas	Semestral
		Comunicação interna efetiva e coordenada	Número de comunicações realizadas	Semestral
		Comunicação externa efetiva e coordenada	Número de comunicações realizadas	Semestral
		Eventos	Número de eventos realizados	Annual

Grupo da Dimensão	Dimensão	Indicadores	Procedimento de cálculo	Periodicidade
Saídas	Relação com a sociedade	Prospecção	Número de instituições mapeadas	Semestral
		Prospecção	Número de instituições contatadas	Semestral
		Prospecção	Número de reuniões realizadas	Semestral
		Relacionamento	Número de demandas recebidas	Semestral
		Relacionamento	Percentual de demandas atendidas	Semestral
		Relacionamento	Número de parcerias com inventores	Semestral
		Negociação	Número de contratos assinados	Semestral
		Negociação	Número de convênios assinados	Semestral
		Negociação	Percentual de	Semestral



			negociações acordadas	
		Potencial dos discentes	Número de alunos graduados contratados por meio de projetos realizados na ICT	Anual
		Desenvolvimento	Número de spin-off gerados	Anual
	Comercialização de tecnologia	Geração de novos produtos / processos	Número de novos produtos	Anual
		Receita proveniente de royalties	Total da receita e Percentual da receita total do NIT	Semestral
		Retorno sobre o investimento	Razão do gasto em inovação pelo total de royalties recebidos	Semestral
		Mercados beneficiados	Número de mercados beneficiados	Anual

<b>Soma das notas da categoria Métricas de Desempenho</b>	
<b>Atividade</b>	<b>Nota</b>
Dimensão Entradas	
Dimensão Processos	
Dimensão Saídas	
Soma de todas as notas (SN)	
<b>Nota final da etapa Métricas de Desempenho</b> SN = Quantidade de tipos de indicadores por Dimensão Nota Final = SN / 35	

<b>Nota final de todas as categorias do Modelo PRONIT</b>	
<b>Categoria</b>	<b>Percentual de Desempenho</b>
Estrutura Organizacional	
Planejamento Estratégico	
Sistema de Informação	
Gestão da Propriedade Intelectual e de Contratos	
Mapeamento de Competências	
Relação com a Sociedade	
Estratégias de Comunicação	
Comercialização de Tecnologias	
Métricas de Desempenho	

